

Sírio Possenti
Sonia Aparecida Lopes Benites
Organizadores

Estudos do Texto e do Discurso

Materialidades Diversas

Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas



Pedro & João Editores

Sírio Possenti
Sonia Aparecida Lopes Benites
[Organizadores]

**Estudos do texto e do discurso:
materialidades diversas**



Pedro & João Editores

Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos do autor.

POSSENTI, Sírio & BENITES, Sônia Aparecida Lopes [Organizadores]

Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. 228p.

ISBN 978-85-7993-054-6

1. Estudos de linguagem. 2. Análise do Discurso. 3. Materialidades diversas. 4. Autores. I. Título.

CDD – 410

Capa: Marcos Antonio Bessa-Oliveira

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito & Valdemir Miotello

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Roberto Leiser Baronas (UFSCar/Brasil); Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil) Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Dominique Maingueneau (Universidade de Paris XII); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil).



Pedro & João Editores

Rua Tadão Kamikado, 296

Parque Belvedere

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2011

SUMÁRIO

Apresentação	7
OS DISCURSOS SOBRE FAMÍLIA NO <i>FANTÁSTICO</i>: A PROPÓSITO DO CONCEITO DE DESTACABILIDADE Sonia Aparecida Lopes BENITES Maria Danielle MENDES	9
SOBREASSEVERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO Sírio POSSENTI	37
SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA EM FOUCAULT E O TRATAMENTO DE OBJETOS DA MÍDIA Jefferson VOSS Pedro NAVARRO	53
FRONTEIRAS DO SOCIAL NA ICONOGRAFIA PORTINARIANA: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DO CORPO NEGRO FEMININO EM (CON)TRADIÇÕES Ismara Eliane Vidal de Souza TASSO Jefferson Gustavo dos Santos CAMPOS	83
A POLÍTICA E O POLÍTICO NA LITERATURA DE CORDEL Fernanda Moraes D'OLIVO	105
POLÊMICA E NEGAÇÃO EM DOIS DISCURSOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL Marcela Franco FOSSEY	125

DIETA DA SEXUALIDADE: SEXO E VERDADE	151
Mariana Jafet CESTARI Sírío POSSENTI	
O FUNCIONAMENTO DO <i>ETHOS</i> NO DISCURSO DE PROPAGANDA ELEITORAL TELEVISIVA	173
Maria Célia Cortez PASSETTI Paula Camila MESTI	
DISCURSO BIZARRO MIDIÁTICO NO NOTICIÁRIO DO BIZARRO NA MÍDIA	199
Renata Marcelle Lara PIMENTEL	

APRESENTAÇÃO

Este volume dá continuidade ao projeto editorial da Linha de Pesquisa Estudos do Texto e do Discurso, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Trazemos a público, nesta ocasião, parte dos resultados de uma parceria entre a UEM e a Unicamp, possibilitada pela CAPES, por meio de um Projeto de Cooperação Acadêmica envolvendo as duas instituições. Por isso, os trabalhos aqui publicados são de autoria de docentes que participam do projeto ou de seus orientandos.

Depois de abordar conceitos e métodos de estudos do texto e do discurso, no primeiro volume da série, de interrelacionar língua(gens), identidade e memória, no segundo, e mídia e política, no terceiro, tratamos, neste quarto volume, de textos e discursos de diferentes materialidades: “olhos” e manchetes de jornalismo impresso e de webjornalismo, reportagens e propagandas televisivas, propagandas governamentais e campanhas publicitárias.

Enquanto algumas dessas análises consideram textos ou conjunto de textos de determinado campo, outras desestruturam essas unidades instituídas, ou consideram “destaques” de textos efetuados pela própria mídia, definindo *percursos* não esperados, a partir da interpretação de relações eventualmente insuspeitas no interior do interdiscurso.

Apelando para conceitos de Maingueneau, poderíamos dizer que, enquanto o primeiro grupo aborda unidades *tópicas*, o segundo focaliza unidades *não tópicas*, reunidas pelo pesquisador, de acordo com algum critério histórico, independentemente de fronteiras institucionais prévias.

Considerando que o sentido está em agrupamentos de enunciados inscritos em fronteiras, mas que eventualmente as atravessa, cabe ao analista do discurso considerar ambas as modalidades de circulação dos discursos. É isso o que propomos neste livro.

Campinas /Maringá, maio de 2011.

Sírio Possenti
Sonia Aparecida Lopes Benites

OS DISCURSOS SOBRE FAMÍLIA NO *FANTÁSTICO*: A PROPÓSITO DO CONCEITO DE DESTACABILIDADE¹

Sonia Aparecida Lopes BENITES (UEM)
Maria Danielle MENDES (PG-UEM)

1. Considerações Iniciais

Tendo como objetivo analisar os discursos destacados em uma série de reportagens sobre o tema família, apresentada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, o presente trabalho articula os estudos de Maingueneau sobre a destacabilidade e suas interfaces com a cenografia das reportagens. Esta, ao mesmo tempo em que legitima os discursos selecionados, é por eles legitimada.

A opção pela análise dessa atração televisiva semanal deve-se: a) à tradição e longevidade do programa, que possui quase quatro décadas de história; b) a seu alcance popular, uma vez que, conforme os institutos de pesquisa de opinião, ele atinge diversas faixas etárias e sociais; c) a seu slogan, “a revista ele-

¹ Este artigo baseia-se na dissertação *Os discursos sobre a família no Fantástico: destacabilidade e aforização*, defendida por Maria Danielle Mendes, em 2010, junto ao Programa de Pós-graduação em Letras (UEM), sob a orientação de Sonia Aparecida Lopes Benites.

trônica da família”; d) ao fato de se apresentar como veiculador do diferente, do “fantástico”.

Para traçar um retrato da família brasileira, em suas facetas tradicionais e atuais, as reportagens utilizam-se de uma cenografia que conjuga dados/arquivos/comentários a entrevistas e dramatizações humorísticas. As entrevistas mostram a heterogeneidade constitutiva do texto e o diálogo entre vozes de autoridades em campos de saber diversos, conferindo credibilidade aos discursos, enquanto as dramatizações constituem-se em esquetes teatrais de situações do cotidiano. As controvérsias que cercam as relações familiares permitem a apreensão de um sentido comumente controlado (reservado a certos espaços) e propiciam o humor, pois, como afirma Possenti (2010, p. 51): “todos os temas controversos, especialmente se as controvérsias se tornarem mais ou menos populares e algum dos aspectos relacionados ao tema foi estereotipado, são fontes de piada”.

Essa cenografia permite a referência aos modos de estruturação das famílias, ao contexto em que elas vivem, aos lugares institucionais que as cercam (casa, escola, trabalho, consultórios médicos), e a seus valores sociais. As reportagens apresentam, dessa maneira, construções histórico-discursivas do conceito de família, nas falas do jornalista/enunciador, dos entrevistados e dos atores das dramatizações.

Nesse contexto, a destacabilidade assume uma relevância especial, permitindo a articulação de argumentos, a comprovação de estatísticas e a tomada de posicionamentos frente aos diversos sentidos de família. Igualmente relevantes são os comentários sobre essas enunciações destacadas, que muitas vezes extrapolam a contextualização, acrescentando sentidos e direcionando a interpretação.

2. Pressupostos teóricos

O conceito de *enunciações destacadas*, conforme Maingueneau (2006, p.74-77), refere-se a enunciações que apresentam autonomia, devido a algumas características formais (“são curtas, bem estruturadas, de modo a impressionar, a serem facilmente memorizáveis e reutilizáveis”; além disso, são “pronunciadas com o ethos enfático conveniente” e generalizações “que enunciam um sentido completo”). As máximas, os provérbios e os slogans são enunciados naturalmente destacados. Outros são destacáveis, isto é, passíveis de serem destacados de um discurso, graças a características como: a posição em que se encontram (final de um capítulo ou de uma obra, por exemplo); o sentido de definição ou generalização que lhe pode ser atribuído; a marca de uma operação meta-discursiva (algo como “em resumo...”, “para concluir...”); a forma sintética e inusitada.

Aprofundando a discussão sobre destacabilidade, Maingueneau (2008-b) introduz o conceito de “enunciação aforizante”². Derivado da noção de aforisma, “frase de funcionamento sentencioso, que resume em algumas palavras uma verdade fundamental” (Grand Larousse de la langue française, em nota citada por Maingueneau, 2008-b, p.159), o enunciado aforizante institui uma cena de fala cujos protagonistas situam-se em planos diferentes, pois a instância responsável pela enunciação está distante.

As enunciações aforizantes, de acordo com Maingueneau (2008-b) podem ser *sentenciosas* ou *peçoais*. As primeiras referem-se a provérbios, ditados, adágios e slogans, enunciações generalizantes, naturalmente autônomas e basicamente polifônicas, cujo responsável, um “hiperenunciador”, encontra-se em uma instân-

² O texto *Citação e destacabilidade*, publicado em *Cenas da Enunciação* (MAINGUENEAU, 2006) traz, pela primeira vez, o conceito de aforização.

cia anônima. Já as enunciações aforizantes “pessoais” são atribuídas a indivíduos, indexados por nomes próprios, e não são necessariamente generalizantes.

As enunciações destacadas nas reportagens veiculadas pelo *Fantástico*, em comemoração ao trigésimo quinto aniversário do programa, nem sempre podem ser caracterizadas como aforizações. Muitas vezes, trata-se de citações em discurso direto. Entretanto, todos os destacamentos fazem parte da cenografia das reportagens e pertencem a um dos seus três componentes (dados/arquivos/ comentários, entrevistas e dramatizações). Nossa análise investiga se tais enunciações remetem, de forma estanque, a um conceito homogêneo ou heterogêneo de família, ou se ocorre uma articulação entre esses dois extremos.

3. Condições de produção das reportagens

Partindo do princípio de que o suporte material é constitutivo do discurso (MAINGUENEAU, 2004), compreendemos os efeitos de sentido dos dados como determinados também pelo conjunto de matérias relacionado às enunciações destacadas das reportagens e ao momento histórico referente aos 35 anos do programa (1973 a 2008). Daí nosso interesse em focalizar, além das circunstâncias da enunciação, os contextos histórico-sociais e ideológicos que fazem parte da situação discursiva.

3.1. O ethos do programa

A revista eletrônica *Fantástico*, ao tratar em seus discursos dos valores, convicções, crenças e conflitos acerca da família, faz uma apresentação de si e constrói em seu discurso uma imagem do programa. O *ethos* do programa tem como mote uma suposta exclusividade que se mostra em construções sintáticas e lexicais das chamadas de divulgação e das matérias veiculadas

no programa. Afirmações e convites como “isso você só vê aqui no *Fantástico*”, “você não pode deixar de assistir, com exclusividade”, “nós convidamos você a descobrir (...)” remetem ao caráter de extraordinário, de inusitado, sintetizado no título da revista televisiva.

A corporalidade do programa, aspecto constitutivo do ethos, enfatiza suas facetas de jornalismo e entretenimento (este último em uma dose bem maior). Um tom descontraído e dinâmico é dado pelo revezamento de quatro apresentadores em cena, sendo dois principais ou âncoras (Zeca Camargo e Patrícia Poeta), e dois auxiliares (Renata Ceribelli e Tadeu Schmidt). Estes últimos apresentam alguns quadros específicos, e, eventualmente, substituem os primeiros.

Durante o programa, os apresentadores aparecem de corpo inteiro, o que parece aproximá-los do público, que pode ver sua movimentação e seu figurino³. Os âncoras geralmente dividem a apresentação de uma mesma matéria, trocam olhares e sorrisos, o que contribui para propiciar proximidade e descontração. O programa reforça a imagem de interativo, ao disponibilizar ao telespectador vários canais de comunicação, na página na internet, para o envio de vídeos e sugestões de pauta.

A fórmula do programa é aprovada por muitos e alvo de crítica de outros tantos. Declarações encontradas em sites e blogs⁴ sobre televisão mostram telespectadores que desejam a renovação do *Fantástico*. Esses depoimentos avaliam o programa e dão indícios de razões da queda de audiência, verificada pelo IBOP, no fim de 2009:

³ Embora seja irrelevante para a análise aqui empreendida, de acordo com o site do programa, o figurino usado por Patrícia Poeta é um dos assuntos mais comentados pelos “internautas”.

⁴ http://tele-visao.zip.net/arch2009-10-25_2009-10-31.html
<http://antena-livre.blogspot.com/>
www.fabiotv.zip.net

Não acho que o Fantástico esteja tão ruim. Sim, o programa não é mais aquele "show da vida" do passado, mas pelo menos cumpre a sua função de aliar jornalismo e entretenimento. Gosto de alguns quadros, como a parte esportiva apresentada pelo Tadeu Schmid, por exemplo. As matérias jornalísticas (como as que repercutem as notícias que foram destaque na semana) têm bastante espaço no Fantástico e são bem-feitas. Mas concordo que algumas matérias são boas e dispensáveis, como a que exibiram ontem, sobre homens que se vestem de mulher. Afff! Pra que aquilo? Tem também aquele quadro dos Exagerados, que faz jus ao nome, pois as situações apresentadas ali são tão exageradas que não têm a menor graça. Também acho desnecessário aqueles vídeos enviados pelo público (com exceção dos vídeos do Bola Cheia e Bola Murcha, que são legais). Enfim, o Fantástico até dá suas escorregadas, mas continua sendo um bom programa (J. L. G., 03/11/2009, 01:16).

O Fantástico não é de todo ruim. Mas se esqueceram de que a informação nos dias de hoje é muito maior do que a de anos atrás. Pararam no tempo. O programa parece enferrujado e nem adianta colocarem a galera sem-graça do Casseta e Planeta ou humoristas para ajudar na busca da audiência, que não vai dar certo. Além disso, o telespectador também mudou. Está mais exigente e realmente quer matérias que lhes prendam frente à TV. O problema não está nos apresentadores, que cumprem apenas a sua tarefa; se retornassem com Glória Maria os índices continuariam os mesmos, afinal a TV não é e nem nunca foi só um instrumento para o público ver artistas ou apresentadores, dos quais tenham empatia. Querem mais: querem cultura e diversão - a maioria, eu espero. Por fim, se o Fantástico não mudar a tempo, a audiência vai continuar despencando e logo será uma pedra no sapato da Globo (M., 04/11/2009, 23:44).

Após essa breve reflexão sobre o ethos do programa televisivo e a imagem que o telespectador tem dele, passamos à descrição das cinco reportagens sobre a família veiculadas no programa que nos dispomos analisar.

3.2. As reportagens da série

A primeira reportagem trata genericamente das mudanças ocorridas na família brasileira, nos últimos anos, focalizando especificamente o casamento e a separação legal propiciada pelo divórcio. Este ganha mais destaque, na segunda reportagem, que mostra como e por que o divórcio beneficiou homens e mulheres; trata, também, das formas encontradas por casais que estão no segundo casamento para administrar, simultaneamente, duas famílias.

Aprofundando o retrato desses novos modelos familiares, a terceira reportagem questiona a importância da oficialização do casamento nos dias atuais, uma vez que a legalização da união estável delega aos parceiros não casados os mesmos direitos dos oficialmente casados. Enquanto isso, a quarta utiliza dados oficiais para demonstrar que existem hoje no Brasil mais de cinquenta e nove milhões de famílias, com as mais diversas formações.

De acordo com a matéria, o que é relativamente novo são os homens solteiros que se tornam pais. Dados oficiais dão conta de que há mais de um milhão e duzentos mil lares formados apenas por pais com filhos, sem a mãe. A reportagem mostra como vivem mães e pais solteiros e entrevista o primeiro casal homossexual brasileiro a adotar uma criança. Na última reportagem, o tema é a presença dos filhos. Analisam-se as razões da diminuição das famílias brasileiras, do adiamento da chegada dos filhos e da opção por não tê-los.

3.3. “Que família é essa?”

O título da série, “Que família é essa?”, permite-nos antecipar a multiplicidade de conceitos postos em circulação nas reportagens a respeito da família brasileira atual. Partindo de uma enunciação que evoca um sentido de síntese homogênea,

oficializam o casamento e com as matérias descortinam, lentamente, a heterogeneidade dessa noção, em meio às transformações sociais e históricas dos últimos tempos, particularmente as compreendidas no período de existência do programa.

Entre as transformações que incidiram sobre o cotidiano familiar e foram responsáveis pela renovação de suas relações, a partir da segunda metade do século XX, lembramos: a crescente escolarização do país; a entrada definitiva da mulher para o mercado de trabalho, os movimentos feministas que cobraram o direito à cidadania e à sexualidade das mulheres; a pílula anticoncepcional e a legalização do divórcio.

Muitas das famílias atuais pouco se parecem com as tradicionais, constituídas de pai, mãe e filhos, todos do mesmo casamento e residindo sob um mesmo teto. Convivemos com famílias que outras que se formam por meio de uniões informais; famílias a que faltam o pai, a mãe ou os filhos; famílias constituídas por casais do mesmo sexo; famílias com ou sem filhos. Por fim, temos famílias constituídas por casais que residem em casas separadas.

As alterações ocorridas foram legitimadas pelos instrumentos legais, que modificaram os conceitos relacionados à estrutura familiar, ao casamento, à igualdade dos sexos e à guarda dos filhos. Assim, o Código Civil (LEI 10.406, de 2002), define família como a unidade formada por casamento (artigo 1565), união estável (art. 1723) ou comunidade de qualquer genitor e descendente (artigo 1630 e seguintes). O casamento é definido, no artigo 1511, como “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. Os filhos adotados e concebidos fora do casamento têm direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio. O “pátrio poder” deixa de ser exercido pelo pai, passando a ser “poder familiar” (artigo 1631), atribuído também à mãe. A família é dirigida pelo casal e a guarda dos filhos é concedida a “quem revelar melhores condições para exercê-la” (artigo 1584).

Singly (2007) ressalta um outro aspecto das sociedades atuais: o indivíduo original e autônomo passou a ser o centro da família, tornando-se esta um espaço a serviço do indivíduo e não do grupo. Surge, assim, o modelo de família denominado “individualista e relacional”, que corresponde “à instauração de um compromisso entre as reivindicações dos indivíduos em se tornarem autônomos e seus desejos de continuar a viver, na esfera privada, com uma ou várias pessoas próximas” (SINGLY, 2000, p. 15).

Na mesma direção, Féres-Carneiro (1998, p. 382) afirma que o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais: a individualidade e a conjugalidade.

Os ideais contemporâneos da relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. [...] Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, dos desejos e projetos conjugais.

Esse contexto acarreta a diminuição progressiva do grupo familiar, de modo que é cada dia mais comum a ocorrência de famílias que se reduzem ao casal. Fukui (1998) aponta três transformações que contribuíram para essa nova representação de família na sociedade brasileira: primeiramente, ocorreu a separação da sexualidade e da reprodução, com o número de filhos passando a ser previsto ou planejado, num controle mais intenso da natalidade; em segundo lugar, a reprodução dissociou-se do casamento, já que não há mais filhos ilegítimos; finalmente, a sexualidade dissociou-se do casamento, o que permitiu o reconhecimento do direito às uniões consensuais.

Justifica-se, dessa forma, a flexibilidade nas estruturas e nas relações familiares verificada nos dias atuais. Para caracterizar essa fase, Bauman (2001) sugere a metáfora da "liquidez" ou "fluidez". Segundo ele, assim como os fluidos que se movem facilmente, as estruturas sociais têm experimentado um estado de liquefação, de fragmentação, de instabilidade, perdendo sua solidez e se tornando cada vez mais flexíveis, sem concretude. Esse estado líquido é provocado pela globalização e a emergência da sociedade de consumo, que possibilitam acentuadas mudanças nas instituições, nos estilos de vida, nas crenças e nas relações sociais, que não têm tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades.

Após vislumbrarmos a complexidade do conceito de família que nos circunda, voltamos o olhar para os discursos que circulam na mídia televisiva a respeito da família brasileira atual, especificamente para os destacamentos ocorrentes nas reportagens em foco.

4. Os sentidos de família na revista eletrônica *Fantástico*

O conceito de destacabilidade, de Maingueneau (2008), abrange fenômenos como a citação, a enunciação proverbial e suas variantes, apresentando-se como fundamental para a compreensão do funcionamento discursivo da série de reportagens que nos serve de *corpus*. A destacabilidade de enunciados contribui para a constituição de certos sentidos de família em detrimento de outros.

O fenômeno da destacabilidade pode implicar aforização ou não. Como vimos anteriormente, as enunciações aforizantes sentenciosas são falas naturalmente destacadas, que visam provocar uma adesão praticamente automática⁵ do co-enunciador.

⁵ Dificilmente alguém discute se, efetivamente, "Devagar se vai ao longe", ou se "Filho de peixe peixinho é". Ainda que essas "verdades" possam ser questionáveis, são dadas como certas, frutos da sabedoria popular.

Ao recorrer a uma enunciação aforizante sentenciosa, o locutor atribui a responsabilidade de seu dizer a uma instância anônima, um “hiperenunciador” cuja autoridade garante a adequação do enunciado aos valores de um grupo.

De forma semelhante, a aforização “pessoal” evoca palavras ditas *em uma outra cena* por um locutor autorizado, que não é um “hiperenunciador”, mas um indivíduo colocado na esfera das pessoas “competentes”. As aforizações pessoais, especificamente, são frases de outrem que alguém enuncia com tom aforizante. Quando entrevistador e entrevistado estão no mesmo ambiente, como no caso de diversas das enunciações ocorrentes em nosso corpus, não se tem aforizações, mas outro fenômeno da destacabilidade, as citações.

Neste artigo, mais do que classificar os enunciados destacados, buscamos identificar os sentidos que mobilizam: em direção a uma concepção única e homogênea de família, em direção a um conceito multifacetado ou na articulação da homogeneidade com a diversidade.

4.1 Enunciações destacadas que remetem à homogeneidade familiar

As alterações ocorridas no conceito de casamento não acarretaram seu desaparecimento enquanto instituição homogênea, válida perante a sociedade apenas após a oficialização civil e religiosa. Existem, ainda hoje, casais que não adotam maiores intimidades antes do casamento, em respeito a preceitos morais e religiosos. Da mesma maneira, muitos ainda consideram ser a procriação a função primordial da mulher, sendo vista como incompleta uma família constituída por um casal sem filhos. A despeito do trabalho exercido fora do lar, a mulher soma ao papel de mãe o de dona de casa, não raro submissa ao marido.

Apresentamos a seguir alguns enunciados destacados das reportagens em análise, que materializam o discurso da família tradicional e apresentam conceitos de namoro, casamento, constituição familiar e papel da mulher, caracterizados por essa homogeneidade.

4.1.1 O namoro

Exemplos de visão tradicional na construção de sentidos sobre o namoro e relações íntimas antes do casamento podem ser encontrados nas falas destacadas proferidas por Dona Hermínia, uma entrevistada de 81 anos, de rigorosas convicções sobre o comportamento antenupcial:

“No meu tempo não era nada disso.” (sobre a gravidez antes do casamento)

“Só depois que casei. Nunca beijei antes.”

Na primeira enunciação, o pronome possessivo marca a generalização comportamental feita pelo enunciador em relação aos costumes de “seu tempo”, enquanto o segundo trecho individualiza uma atitude radical para os padrões modernos de relacionamento: o impedimento de trocar carinhos antes do casamento. A reportagem do *Fantástico* destaca a fala de Dona Hermínia como representante da voz das mulheres dessa época e a inscreve em um discurso que reaviva um modelo de relacionamento que, hoje em dia, é exceção. Poderíamos relacionar ambas as enunciações a aforizações sentenciosas como “Familiaridade demais gera desprezo” e “Sacristão novo cospe fora da igreja, sacristão velho faz xixi no altar”, que veiculam “verdades” abonadas por um hiperenunciador, a sabedoria popular.

Nesse conceito tradicional, a gravidez antes do casamento é inconcebível, o que leva à discriminação das mulheres que engravidam, fugindo do padrão comportamental vigente. O reconhecimento de que esse posicionamento é excepcional, na atualidade, aparece na fala da filha de Dona Hermínia, que se refere à “cabeça” da mãe com o verbo ser no pretérito:

“A cabeça da mamãe era: sexo só para criação.” (Marlene, filha de D. Hermínia).

A questão da relação sexual antes do casamento provoca diferentes reações; por isso, o *Fantástico* a trata com humor no esquete teatral que aponta para uma ruptura na homogeneidade dos conceitos de casamento tradicional. No texto em foco, uma noiva declara ao futuro marido, dentro da igreja, frente ao padre:

“Eu nunca fiz sexo com você. Se eu não gostar, não tem recall.” (esquete)

O efeito de humor é propiciado pelo questionamento do posicionamento tradicional. Ao usar o termo técnico inglês “recall”, comumente empregado em chamadas de substituição de produtos defeituosos, o enunciado evoca um conceito de casamento atual e a preocupação das mulheres em “garantir” prazer, pois, diferentemente de uma peça de carro, o marido não pode ser substituído, caso não agrade. A precaução veiculada pela enunciação relaciona-a interdiscursivamente a diversas aforizações sentenciosas, dentre as quais podemos lembrar: “Só o tolo testa a profundidade do rio com os dois pés”; “Só porque há neve no telhado não se pode concluir que faz frio do lado de dentro”; “É melhor manter o lobo do lado de fora do que tentar

arrancar seus dentes e garras, depois que ele entrou”; “É melhor prevenir do que remediar”.

4.1.2 O casamento

Dentro da visão de casamento como um compromisso oficial e indissolúvel, a fala da repórter evoca uma aforização sentenciosa, situada em um contexto passado. Essa fala retoma uma fórmula reconhecida socialmente e repetida em cerimônias de casamento religioso. Baseada no Evangelho de São Marcos, a forma “até que a morte os separe” determina a indissolubilidade do casamento, que só tem fim em caso de morte de um dos cônjuges. Contudo, a utilização do verbo no passado provoca sentidos de ironia:

“(...) aquela frase ‘até que a morte os separe’ tinha que ser levada a sério.” (Ceribelli)

A polêmica aí presente também dá margem a um questionamento desse aspecto do casamento tradicional, por meio de um esquete que relativiza ao extremo a perpetuação do matrimônio, na comparação morte/gripe. Dessa maneira, o programa não só veicula um discurso oposto ao tradicional, afirmando que o casamento deixou de ser indissolúvel, mas questiona a aforização sentenciosa cristalizada, apontando para uma banalização dos motivos que levam à dissolução do vínculo civil:

“Até que a morte nos separe? Não dá para ser até que uma gripe nos separe? (esquete)

O enunciado atualiza a memória do discurso religioso, mas produz o sentido da dissolubilidade do casamento. Assim, a construção linguística chama atenção para a realidade que vi-

vemos atualmente, quando os casamentos têm uma duração média de cinco a sete anos (REVISTA FOLHA DE S. PAULO, 2007). Percebemos, assim, que o divórcio perdeu a conotação de escândalo e ganhou o status de decisão natural. É a mentalidade de “curto prazo” substituindo a de “longo prazo”, nas palavras de Bauman (2001). Conforme o autor, os parceiros não esperam mais viver muito tempo juntos:

Afinal, a definição romântica ‘até que a morte nos separe’ está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de parentesco às quais costumava servir e de onde extraía seu vigor e sua valorização. (BAUMAN, 2004, p. 10).

A consequência é um número cada vez maior de segundos casamentos e de uniões informais, pois, de acordo com a sabedoria popular: “O pior casamento é o que dura para sempre”; “O noivo vai a cavalo e o arrependimento na garupa”; “No casamento para sempre, a mulher passa por três fases: amante, companheira e enfermeira”; “Quando a diversão vira negócio, deixa de ser diversão”; “O casamento ensina a viver sozinho”.

4.1.3 A constituição familiar

Em relação aos valores de constituição de família, o programa recupera falas do cotidiano, em duas aforizações sentenciosas que poderiam ser evocadas por qualquer membro da família, a propósito de aspectos positivos ou negativos:

“Família é tudo igual.” (D. Hermínia).

“Família só muda de endereço.” (parente da D. Hermínia).

Temos aí aquilo que Maingueneau (2008b) considera fórmulas autônomas, e que, nesse momento, representam o estatuto da família homogênea. Aplica-se ao funcionamento aforizante do *Fantástico* a afirmação do autor de que “esse tipo de enunciado [...] apresentando-se como uma sentença já pertencente a um saber compartilhado, [...] prescreve justamente por isso mesmo sua retomada ilimitada” (Maingueneau, 2008b, p.74-75)

4.1.4 O papel da mulher

Na concepção de família tradicional, homogênea, a mulher tem dois papéis preestabelecidos: o de dona de casa e o de mãe. Lembrando a indispensável presença dos filhos na constituição familiar, uma vez que, de acordo com um hiperenunciador, “com tijolos e argamassa se faz uma casa, mas é com o sorriso das crianças que se faz um lar”, a cobrança da procriação surge em enunciações como:

“Quando é que você vai dar um netinho pra sua mãe?” (esquete)

A análise desse eixo temático nos permite concluir que as enunciações destacadas pelas reportagens reforçam os moldes da família tradicional, através de construções linguísticas que apresentam os paradigmas da “família ideal” e sugerem uma continuidade de regras sociais já estabelecidas. Assim, o discurso da família homogênea opera de forma a valorizar o respeito e o afeto, a união oficializada e mantida debaixo do mesmo teto, a indissolubilidade do casamento e a maternidade. Essa evocação do modelo homogêneo de família contraria uma possível imagem de que, hoje, todas as famílias seriam liberais e sem limites.

4.2 Enunciações destacadas relacionadas à heterogeneidade familiar

Nesta seção, organizamos os destacamentos que remetem a famílias constituídas a partir de novos valores também em quatro grupos, referentes ao casamento, à constituição familiar, ao papel da mulher e aos valores familiares.

4.2.1 O casamento

A perda do caráter homogêneo do matrimônio justifica a ocorrência de enunciações destacadas que veiculam uma “verdade” praticamente inquestionável sobre o casamento, no atual momento histórico. Como afirma a repórter Renata Ceribelli:

“Hoje em dia, tem casamento pra todo gosto.”

Se o conceito tradicional de casamento tinha como seu principal ingrediente a oficialização, o menosprezo em relação ao “papel passado”, hoje verificado, dificulta a delimitação do que é efetivamente estar casado. Acrescentando aí a intimidade que leva um casal a dividir um mesmo teto, o *Fantástico* põe em circulação falas que retratam essa dificuldade de caracterizar um casamento, a partir da coabitação:

“Se a escova de dentes estiver na casa do parceiro... [é casamento].”
(Ceribelli)

“As cuecas dele estão na minha casa.” (esquete)

“Morou junto, casou.” (esquete)

A essas declarações que mobilizam novos sentidos em substituição ao conceito tradicional de casamento legalizado, soma-se a

questão do afeto, que parece justificar a quebra do paradigma homogêneo tradicional. Dessa forma, justifica-se a fuga ao padrão em relação à coabitação pré-matrimonial, seja pelo respeito e o afeto, seja pela necessidade de conhecer melhor aquele com quem se pretenderia viver pelo resto da vida. É o que podemos perceber nas enunciações destacadas:

“O importante é viver bem, se respeitar, se amar.” (Vanira, referindo-se à filha que mora com o namorado, antes de casar)

“Ele não casa se não morar junto antes pra conhecer.” (Raquel, relatando o ponto de vista do namorado)

Quando não existe compromisso oficializado, a separação torna-se mais fácil e, supostamente, menos traumática. A polêmica rotatividade de parceiros daí decorrente inverte o conceito de casamento tradicional, e é ressaltada na enunciação destacada de um esquete que veicula essa possibilidade apresentada à mulher:

“Tá na hora de mudar de marido, né, dona?” (esquete)

Outra modalidade de relacionamento apresentada pelo programa é o “casamento à distância”, possível graças aos recursos tecnológicos. Esse inusitado modo de se relacionar se tornou, na opinião de alguns, uma decisão vantajosa em relação ao casamento tradicional. É o que revelam as enunciações destacadas abaixo:

“Eu me sinto como se estivesse em casa.” (Mauro, falando do casamento mantido pela internet)

“(…) você tem a vantagem de poder ligar e desligar o seu marido na hora em que você bem entende.” (Regina, relatando fala das amigas, sobre seu casamento virtual)

Todas essas enunciações que tematizam a diversidade remetem a aforizações sentenciosas como: “A diversidade é o tempero da vida”; “Nem todos os caminhos são para todos os caminhantes”; “Onde todos pensam igual ninguém pensa” ou “Cada perna tem seu passo”.

4.2.2 A constituição familiar

Uma enunciação proferida por Ceribelli retoma a memória coletiva da família nuclear; contudo, a utilização do verbo “ser” no passado provoca um deslocamento de sentidos. O desenho da família atual admite elementos como “o marido da mamãe”, “o irmão por parte de mãe”, “os filhos da mulher do papai”, entre outros. É um quebra-cabeça de parentes e meios-parentes, batizado de “família mosaico” por Garbar e Theodore (2000). Essa heterogeneidade rompe com o momento em que:

“Família era sinônimo de pai, mãe e filhos, morando juntos, debaixo do mesmo teto.” (Ceribelli)

Os novos conceitos de família acarretaram modificações nos papéis do homem e, principalmente, da mulher. Hoje, ela pode criar os filhos, sem obrigatoriamente precisar da presença masculina, como podemos perceber em uma das reportagens que mostra uma família constituída por várias gerações de mulheres, todas solteiras ou descasadas. A introdução desse tema é feita por perguntas que evocam o inusitado da situação:

“Cadê os homens dessa família? Quem são os pais desses filhos?” (Ceribelli)

A revista eletrônica polemiza, por meio do humor, a mudança de valores que implica a raridade da ocorrência de uma

família tradicional, em nossos dias. De acordo com um esquete, seria motivo de trauma para uma criança sua eventual inserção em um padrão familiar homogêneo:

“Essa menina tem que saber a verdade. Nós somos uma família excepcional: somos casados no civil e no religioso, você casou virgem e ela é filha legítima; não é adotiva”. (esquete)

Nesse novo contexto, a família não precisa ser necessariamente constituída por pessoas de sexos diferentes. A possibilidade de existência de famílias constituídas por homossexuais está presente no discurso do *Fantástico*, mostrando que a família moderna conseguiu fazer prevalecer os desejos individuais. Chama a atenção o fato de esse enunciado destacado ter sido pronunciada por uma funcionária do IBGE, uma suposta autoridade:

“Se existe afeto, por que não”? “É uma família, só que uma família diferente.” (Ana Lúcia, funcionária do IBGE, referindo-se à família de homossexuais)

4.2.3 O papel da mulher

As reportagens do *Fantástico* retomam o discurso da liberdade feminina, veiculando enunciados que evidenciam o surgimento de uma mulher forte, livre e próspera no campo profissional:

“A entrada da mulher no mundo do trabalho, a independência financeira e a pílula anticoncepcional deram à mulher uma liberdade que ela jamais conheceu.” (Mary del Priori, historiadora)

Na mesma linha de discussão, o programa não trata o sexo como um tabu, mas como uma opção natural na sociedade. Assim, apresenta enunciações que remetem ao direito ao prazer:

“Agora não basta só amar. (...) Eu quero também sentir prazer”.
(Mary Del Priori, historiadora)

“Parece uma coisa muito distante. Parece uma coisa primitiva.” (Roberta, comentando a proibição de sexo antes do casamento)

No processo de fortalecimento da mulher no núcleo familiar, o discurso veiculado por este eixo temático mostra que a maternidade, embora seja uma opção, ocupa um importante papel na vida da mulher, que tem dificuldade em conciliá-la com a vida profissional:

“Mesmo quem quer muito ter filhos também tem dificuldade na hora de optar entre ser mãe ou investir na profissão. É o dilema da mulher moderna.” (Ceribelli)

No final do século XX, o cenário do casamento amplia-se para uma união conjugal regida pelas necessidades e anseios do casal, que decide ter filhos ou não. A partir daí, as mulheres consideram que ser mãe pode ser uma opção. As enunciações destacadas a seguir, a primeira uma aforização sentenciosa e a segunda uma citação, resgatam as conquistas femininas, não vendo mais os filhos como uma prioridade do núcleo familiar. Aflora, aí, um individualismo que não era característico da figura feminina, mostrando a identidade de uma mulher que opta por preencher seu tempo com outros afazeres:

“Antigamente, a maternidade era destino. Hoje, é uma escolha.”
(Clara, socióloga)

“Quer dizer que, se eu não tiver um filho, eu não sou mulher?” (Mônica, escritora)

4.2.4 Os valores

Novos hábitos e novas aspirações levam os indivíduos a constituírem famílias fundadas em novos valores. Reflexos dessa forma de viver e da imagem que as pessoas têm de si podem facilmente ser verificados em falas que mostram o predomínio dos interesses individuais das mulheres. Ao colocar em circulação tais discursos fundados no individualismo, o *Fantástico* parece buscar fazer jus ao *ethos* de inovador e sintonizado com os interesses das novas gerações:

“A gente mal tem tempo de se ver, quanto mais de fazer amor!” (Sílvia, profissional que acabou de ser promovida)

“Cada um tem que fazer o que é bom pra si.” (Mônica, escritora, referindo-se à opção por não ter filhos)

“Filho não é presente.” (idem)

Esta última enunciação é uma resposta à pergunta de Ceribelli: “E se o seu namorado, muito apaixonado, você muito apaixonada, se ele pedisse um filho?”. A escritora responde: “Eu lhe daria um pulôver, porque filho não é presente”. Essa forma de mostrar que um filho não é a prioridade dela nesse momento pode representar a opinião de muitas mulheres modernas. Outras duas enunciações destacadas reafirmam esse discurso dos casais que não desejam filhos:

“É muita responsabilidade, você pegar um bebezinho e dizer: ‘Você vai dar sentido à minha vida.’” (Duda, produtor musical, 31 anos, que fez vasectomia)

“Não entendem que pode ser uma decisão natural.” (Cristina, criticando a incompreensão pela opção de não ter filhos)

Esse conjunto de falas sobre o papel da mulher evoca sentidos que confluem para problematizar a maternidade como função por excelência da mulher.

4.3. Enunciações destacadas que se referem à homogeneidade na heterogeneidade

O olhar veiculado pelo *Fantástico* sobre a família moderna embora se inscreva numa sociedade de mudanças, ainda conserva traços tradicionais. São diferentes nuances de uma instituição multiforme. Os enunciados a seguir apresentam vozes que mostram claramente a homogeneidade da família tradicional dentro da heterogeneidade da família moderna. Vejamos o exemplo a seguir:

“Eu sempre quis uma festona de casamento, com igreja, vestido...”
(Daniela)

O trecho destacado, enunciado por uma jovem no século XXI, expressa a atitude de muitas mulheres que se dizem modernas, mas desejam manter os padrões da família tradicional. Trata-se de um jogo entre o velho e o novo, visto que o moderno é “casar-se” sem formalidades, sem legalização; contudo há jovens que não dispensam os rituais tradicionais nem a oficialização do casamento.

O vestido de noiva branco já simbolizou castidade e pureza. Hoje não tem mais esse significado, mas continua sendo um símbolo forte para as moças. E as festas de casamento sempre foram a comemoração de um momento marcante. Embora a forma de organizar e tratar um casamento sejam diferentes, a verdade é que alguns conceitos tradicionais perduram.

Outros enunciados, ainda que veiculem formas de constituição modernas, remetem a valores bastante tradicionais. É o

caso da família composta por homossexuais que faz questão de ter filhos e de partilhar afeto e refeições:

“Uma família diferente da tradicional, mas uma família constituída de pai e filho. Uma família moderna eu diria.” (Sérgio, médico homossexual que adotou um filho)

“Família é perpetuação, é continuação daquilo que você pode dar de bom e de melhor para seu filho.” (Júnior, membro de casal homossexual que adotou uma criança e deseja adotar outra);

“Pelo menos uma refeição por dia tem que ser com toda a família.” (Ceribelli, enunciando uma regra da família homoparental).

Constatamos, assim, que as reportagens apresentam a família por um discurso que flutua entre a tradição e a modernidade. Para dar conta de todas as modalidades, as reportagens retratam a família além de suas representações clássicas. Considerando que os fatos discursivos vinculam-se ao real histórico e social, esses discursos fazem parte da história do Brasil contemporâneo.

5. Considerações Finais

Analisando a cenografia da série de reportagens sobre a família exibida pelo Fantástico, percebemos o papel de destaque exercido pelas enunciações destacadas, que enquadrámos em três eixos temáticos: o de um viés tradicional, que valoriza a união estável, um casal formado por pessoas de sexos diferentes, com filhos, morando debaixo do mesmo teto; o da união livre, com formação diversificada, que não exige regras e oficializações, não necessita de documentos, nem de coabitação; e um terceiro enquadramento, que mescla os dois primeiros.

O procedimento analítico adotado possibilitou a apreensão de alguns dos sentidos de família que circulam na mídia. Essa

maneira de discursivizar a família baseia-se no momento histórico atual, a chamada pós-modernidade, que trouxe em seu bojo uma revolução nos conceitos de individualidade, conjugalidade, direitos e deveres de homens e mulheres, alterando a forma dos relacionamentos. Entretanto, ainda que os discursos representados nas reportagens se configurem mais como “modernos”, têm como pano de fundo, valores da instituição familiar tradicional.

Assim, parece existir um resquício de homogeneidade nos conceitos modernos de família, no sentido de que algum aspecto da família tradicional é mantido. Nas reportagens, fica claro que a família do casal homossexual, por exemplo, valoriza a “perpetuação da espécie” e lança mão da adoção para compensar as dificuldades naturais de procriação. Cada membro do casal tem papéis definidos dentro de casa e em relação aos cuidados com a filha. Além disso, divide afeto e refeições (ao menos uma ao dia). Já o casal que mora em casas separadas mantém por meio da câmera do computador a forma de olhar o outro e cuidar dele, um aspecto comum entre as famílias ditas convencionais.

Desse modo, podemos concluir que a instituição familiar, longe de estar acabando, vem se adaptando aos novos tempos. Nessa perspectiva, embora existam numerosas diferenças entre a família tradicional e as modernas, como diz um dos próprios enunciados do programa, “família é tudo igual”.

Ao encerrar este artigo, gostaríamos de ressaltar que a diversidade de relacionamentos retratada nas reportagens não é pacificamente aceita nos dias atuais. Os veículos de informação divulgam, cotidianamente, as dificuldades em aceitar as diferenças ainda reinantes na sociedade. Grupos como os homossexuais são discriminados e perseguidos, com frequência, por parcelas significativas da sociedade.

Similarmente, a realidade feminina não é tão rósea quanto a apresentada pelo *Fantástico*. Como sabemos, a mulher atual acumula jornadas de trabalho, dentro e fora do lar; sofre discriminação em relação a sua liberdade sexual; enfrenta entraves, especialmente no que diz respeito à igualdade de remuneração, em diversos campos de trabalho. Contudo, existe hoje em dia um reconhecimento de que competência profissional não tem nenhuma relação com sexo, e a mulher tem uma existência mais plena, mais voltada para sua realização pessoal, menos dependente da vontade dos que a cercam.

A veiculação de discursos outrora silenciados em nome da tradição, da moral e da religião, particularmente quando realizada por uma revista televisiva popular como o *Fantástico*, talvez possa ser interpretada como o indicador, ainda tímido, de uma tendência à desejável aceitação da diversidade social.

Referências

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2004.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BILAC, E. D. In: BARBIERI, Cristiane. *Os que não se multiplicam*. Revista Família Brasileira, Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 56-57, 2007.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Masculino E Feminino Na Família Contemporânea*. Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 4, n. 1, 1º semestre 2004.

FERES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, 1998, vol.11, n.2, p.379-394.

FUKUI, L. *Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas*. In: PALMA E SILVA, L. A.; STANISCI, S. A.; BACCHETTO, S. (Org.) *Famílias: Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos*. Brasília, DF:

MPAS/SAS; São Paulo, SP: FUNDAP, 1998. P. 15-22. (Discutindo a assistência social no Brasil). Disponível em <http://www.inss.gov.br/docs/familias_seas.pdf>. Acesso em: abril 2010.

GARBAR, C.; THEODORE, F. *Família mosaico*. Tradução de Luciano Lopreto. São Paulo: Augustus, 2000.

LEI 10.406 <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em novembro de 2010.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008-a, p. 68-92.

MAINGUENEAU, D. *L'enonciation Aphorisante*. In CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 5, Belo Horizonte, MG. Anais ... Belo Horizonte: UFMG, 2008-b. p. 155-164.

POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHAEL, L. *A família moderna*. Revista Psiquê, Ciência e Vida. Edição 45, Jan., 2010.

SINGLY, F. O nascimento do 'indivíduo individualizado' e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.) *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.

SINGLY, F. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOBREASSEVERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Sírio POSSENTI (Unicamp / CNPq / FEsTA)

A finalidade principal deste texto é mais apresentar um problema, quase uma provocação, ou um programa de trabalho, do que fazer a análise detalhada de aspectos do discurso político, embora os fatos considerados sejam basicamente deste campo.

Uma passagem da resenha que o filósofo Renato Janine Ribeiro fez de *O príncipe*, de Maquiavel, a propósito do lançamento de nova edição, serve para colocar o leitor no âmago da questão de que este texto tratará. Ribeiro informou que “Os fins justificam os meios” aparece 16500 vezes associada a Maquiavel no Google. Mas, acrescenta, “o curioso é que Maquiavel nunca disse isso” (Ribeiro 2010). Poderia incrementar esta forma de introduzir o texto relembrando que Fernando Henrique Cardoso, casualmente, autor do prefácio da edição mencionada do clássico, passou anos repetindo que nunca disse “esqueçam o que escrevi”, afirmação que lhe foi continuamente imputada. E, ainda, que “esta terra, em se plantando, tudo dá”, uma das mais famosas passagens da *Carta de Caminha*, não consta, como tal, no referido documento.

Estes casos servem de mote para introduzir duas noções a meu ver de extrema relevância para a Análise do Discurso, pelos efeitos que podem produzir tanto na análise do sentido quanto na análise de outras questões, como a da autoria (especialmente em relação a um de seus traços, o da responsabilidade pelo discurso) e, portanto, da subjetividade. Tais conceitos são ainda mais relevantes se for efetivamente considerada, e creio que não pode mais deixar de sê-lo, a circulação dos discursos - quero dizer a circulação real.

Apresentarei brevemente tais noções, que estão expostas em Maingueneau (2006) e, em seguida, analisarei brevemente um conjunto até numeroso (para um texto como este) de dados. Nem todos os casos são da mesma natureza, como se verá, mas o fato serve também para mostrar melhor a relevância dos conceitos.

Maingueneau (2006) propõe dois conceitos que permitem explicitar características cruciais dos discursos. Em especial, como disse, se considerarmos sua circulação, e não apenas sua interpretação. Tais características são típicas de diversos discursos: o fenômeno é corrente na literatura, na filosofia e é muito frequente no jornalismo, tanto no popular quanto no mais culto. Certamente, ocorre também na esfera cotidiana, mas nenhum caso oriundo dela será considerado.

A primeira de tais características é a destacabilidade. Maingueneau constata que, em nossas sociedades, circulam, isolados ou citados fora de seu contexto, enunciados de *organização pregnante*, seja pela prosódia, seja pela sintaxe ou “retórica”, seja pela posição no interdiscurso. É especialmente relevante sua observação de que as fórmulas destacadas o são em virtude de certas propriedades (sua forma, seu sentido, seu lugar no texto ou no paratexto). Correndo o risco de parecer circular, as formas não são destacadas por mero gosto, mas por serem destacáveis, isto é, por apresentarem determinadas propriedades, das quais resulta quase uma injunção a serem destacadas.

O autor comenta, pela ordem, aspectos das máximas heróicas, que reduplicam de certa forma, pela exemplaridade, a própria figura do herói (*a coragem não espera a idade*), em especial seu caráter de certa forma paradoxal: apresentam-se ao mesmo tempo como imemoriais e como inéditas.

Comenta também as fórmulas filosóficas, enfatizando as diversas maneiras pelas quais a destacabilidade é indicada nos textos, o fato de que tais fórmulas participam de diversas dimensões do discurso filosófico (do campo, do arquivo, da rede de práticas) e analisa rapidamente alguns exemplos, mostrando, inclusive, certos efeitos de sentido decorrentes de sua descontextualização (como é o caso de “a religião é o ópio do povo”).

Em seguida, o autor apresenta outro conceito, o de sobreas-severação, que, brevemente, pode ser caracterizada por dois aspectos: a) em virtude de um conjunto de traços, um enunciado é destacado (por exemplo, torna-se manchete ou intertítulo); b) para ocupar esta posição, é frequentemente alterado (pode ser abreviado, mas também pode ser reescrito para produzir maior “impacto”). Um exemplo é “**Olivier e Alexandra**: ‘Se a coisa não for bem entre nós, vamos contar para vocês’”, que é duplamente modificado: a) originalmente, não se trata de uma fala do casal, mas apenas de Olivier; b) sua declaração foi, ou, pelo menos, assim consta no texto: “Se, algum dia, a coisa não estiver bem entre nós, não vamos esconder”. Pode-se dizer que “vamos contar para vocês” é uma paráfrase de “não vamos esconder”, mas, obviamente, há outras coisas que tornam a nova versão mais “jornalística”.

As questões que merecem ser consideradas a partir destes conceitos são diversas, mas a fundamental é “quem é o autor da manchete?” Por um lado, seu “sentido” parece coincidir com o da declaração original; por outro, há uma alteração do texto. Seu autor não é mais Olivier, mas não se pode dizer que seja

apenas o jornalista, embora a alteração que ele introduz pareça ser uma paráfrase.

Explicito um pouco mais os dois conceitos mencionados. A destacabilidade é uma característica de certos enunciados que tem a ver especialmente com sua circulação e com a circulação do discurso. O conceito visa a dar conta do fato de que, nos textos, frequentemente há enunciados que ganham, em decorrência de certas características, uma vida independente, por assim dizer, e funcionam como espécies de resumos de doutrinas ou como enunciados com força moral etc. Podem ser títulos de livros (*o existencialismo é um humanismo*), enunciados que concluem ou condensam argumentos relativamente longos (*o sertanejo é antes de tudo um forte; a religião é o ópio do povo*), que exprimem posições filosóficas, morais, políticas, teóricas (*o sujeito é assujeitado; Deus não joga dados*). Pronunciamentos políticos são frequentemente retomados por meio de uma frase que se destacou – ou que foi destacada – por certas propriedades: seu ritmo, seu ethos. Editores “resumem” artigos de jornal em um “olho”, em geral polêmico; revistas e jornais publicam as frases da semana etc. Dos provérbios aos resumos (resumos mesmo!) de grossos livros, os casos de destacabilidade são extremamente numerosos e aumentam com o crescimento e a diversificação da mídia.

Eventualmente, essas frases não se encontram como tais nos textos, como é o caso de *nesta terra, em se plantando, tudo dá*, acima mencionada. Uma questão fundamental se põe, portanto, a partir desse fato: de quem provém o enunciado destacado, já que não foi proferido como tal por seu autor, mas, por outro lado, não chega a ser propriamente de responsabilidade do “destacador”, que o parafraseia? Dadas tais características, Maingueneau qualifica o “autor” de tais enunciados como “sobreas-severador” e o processo como sendo de “sobreas-severação”. É que o texto parece não provir mais de uma fonte trivial, mas de uma fonte da qual supomos usualmente que provém enuncia-

dos incomuns. Daí também o ethos característico que marca esses enunciados, um ethos que o autor qualifica de solene (e do qual não vou falar aqui).

Um caso bastante ilustrativo é o “olho” que um sobreasseverador inseriu no meio de matéria do caderno *Aliás*, (ver *O Estado de S. Paulo* de 17/10/2010). Em meia página, o caderno publica entrevista com o poeta chileno Antonio Skármeta, como parte da cobertura da saga dos mineiros chilenos que foram retirados das profundezas de uma mina. O “olho”, em letras vermelhas no meio de um texto em letras pretas normais, diz: **“O norte é uma zona dura, de homens fraternais e com consciência de classe”**. Ocorre que ele é composto da conjunção de duas passagens das respostas de Skármeta que estão em partes bem distintas de sua entrevista. Ao final da resposta à primeira pergunta do repórter sobre a memória de sua cidade natal, ao norte do Chile, diz que “é uma zona dura e de homens fraternais...”. No meio da entrevista, falando de um episódio de massacre de mineradores que protestavam (creio que não é necessário explicar por que), Skármeta opina que a solidariedade entre os mineiros inclui um conteúdo político. E acrescenta: “No sentido de uma consciência de classe”. Como se vê, o olho é montado com partes das declarações do poeta que estão distantes, com leve alteração, o acréscimo de “e com” e a eliminação de “no sentido de”. Skármeta proferiu as duas orações que no “olho” estão coordenadas, mas não as disse juntas, nem foi ele quem as coordenou.

Considerarei a seguir alguns fatos, bastante brevemente, como disse acima, porque pretendo apresentar um número significativo deles, com o objetivo básico de deixar claro que não se trata de fatos eventuais. Usualmente, os analistas de discurso fazem a interpretação dos enunciados/discursos. Aqui, trata-se basicamente de desnudar alguns procedimentos dos enunciadores sobre discursos. Tais procedimentos, e seus resultados, não têm sido usualmente considerados. É nisto que reside, a

meu ver, a importância dos conceitos de Maingueneau que aqui estão em questão.

As questões que se podem formular a propósito de fatos como os que serão considerados são relativamente numerosas. Uma é relativa à possibilidade (ou não) de um enunciador “submetido” a um posicionamento compreender (ou não) os enunciados proferidos segundo as regras ou a semântica de outro (ver Maingueneau, 1994). Outra diz respeito às injunções do campo ou do suporte (jornais podem não “editar” textos como editam? Manchetes podem diminuir seu impacto em nome da fidelidade ao sentido dos textos que encabeçam?). Finalmente, poder-se-ia dizer que estão em jogo questões éticas, especialmente no caso do jornalismo.

Mas há ainda outras questões. Por exemplo: quais são os efeitos de tais operações discursivas para o leitor e para a sociedade (o eleitorado?), considerando que é comum que se discutam as fórmulas destacadas e não as notícias integrais, embora os jornais não necessariamente as sonquem? As polémicas, como se pode constatar facilmente, nunca são relativas às declarações integrais dos enunciadores, mas sobre o que delas se destaca (*estou me lixando para opinião pública; a culpa é dos banqueiros brancos de olhos azuis*, por exemplo). O mesmo vale para os processos judiciais (anota Maingueneau 2007): ninguém é processado por causa de um texto contextualizado e integralmente considerado, mas por causa de um enunciado destacado (frequentemente derivado de um sobreasseverador, como Maingueneau mostra que foi o caso Jansenius, cujo livro foi reduzido a seis teses que não constam nele).

Considerem-se, pois, alguns fatos.

Gabeira sequestrou na ditadura, afirma Marta foi a manchete de uma reportagem sobre declarações de Marta Suplicy em um evento partidário no período pré-eleitoral de 2010. A declaração completa foi (segundo o mesmo jornal): “Vocês no-

taram, Aloizio, que do Gabeira ninguém fala? Esse sim sequestrou. Eu não estou desrespeitando ele, ao contrário, mas ele sequestrou. Ele era o escolhido para matar o embaixador. Ninguém fala porque o Gabeira é candidato ao governo do Rio e se aliou ao PSDB”¹ (FSP, 17/5/2010, p. A6). A manchete, como é bastante claro, destaca apenas parte do pronunciamento – mesmo sendo breve – de Marta. A título de mera hipótese, a manchete poderia ter sido “Marta respeita militância de Gabeira na luta armada”. Mas ela implicaria um posicionamento diferente por parte do jornal.

Karla Kassab passa semanas fora. Quando volta, a filha está falando errado é a legenda, sob a foto da referida Karla, na revista ISTOÉ de 5/5/2010. O texto diz: “Karla Kassab, 47 anos, diretora de cinema e mãe de uma menina de 8 anos e de uma adolescente de 16, está aprendendo a lidar com o sentimento. Seu ponto fraco é a relação com os filhos”. “Às vezes passo semanas viajando a trabalho e quando volto percebo a falta que fiz”, explica. Algumas situações são especialmente cruéis. É comum, por exemplo, *ela ouvir palavras da filha que não pertencem ao seu vocabulário, mas sim ao das ajudantes que cuidam da criança* (p. 81). A manchete é uma reescrita de passagem em itálico: que o vocabulário da filha seja o das ajudantes é reescrito como “a filha está falando errado”. Trata-se, claramente, de uma tradução discutível! O não dito no texto é um já dito do discurso: a gramática das ajudantes (eufemismo para “empregadas”) é uma gramática errada.

Ministro recomenda sexo contra hipertensão é uma das manchetes da FSP de 27/4/2010. O texto é: “O ministro José Gomes Temporão (Saúde) recomendou, em tom bem-

¹ O tema eram as notas mais ou menos frequentes sobre o passado de Dilma Roussef como participante da luta armada durante o período da ditadura militar.

humorado, que os brasileiros “façam sexo” para evitar a hipertensão. Sugeriu também exercícios e menos sal. “Dancem, façam sexo, mantenham peso, façam atividades físicas, e, principalmente, meçam a pressão”. Neste caso, a operação de destacamento se caracteriza por ser uma abreviação da fala do ministro, que recomenda cinco ações, das quais apenas uma – a mais “sensacional”, por inusitada, pois se refere a fazer sexo – é destacada.

Lula virou refém do PMDB, afirma Marina foi a manchete da *Folha de S. Paulo* de 2/4/2010). O texto era: “A senadora defendeu um “realinhamento histórico” entre o PT e o PSDB, que polarizam a disputa pelo Planalto desde 1994. Para ela, a falta de diálogo entre eles leva o governo a depender de uma base parlamentar baseada no fisiologismo (...). Marina comparou a aliança PT-PMDB (...) à relação do governo Fernando Henrique Cardoso com o DEM. “O PSDB quis governar sozinho e ficou refém do DEM. E o PT quis governar sozinho e virou refém do PMDB”. O intertítulo era: *Pré-candidata do PV à Presidência critica as falta de diálogo entre PT e PSDB e defende “realinhamento histórico”*.

Marina prega diálogo de PT e PSDB contra crise foi a manchete de *O Estado de S. Paulo* do mesmo dia, encimando matéria sobre o mesmo fato, que inclui a mesma declaração que está na *Folha*. As diferenças são bastante notórias: a manchete da *Folha* destaca apenas a relação Lula e PMDB (esquecendo a relação FHC e PFL), enquanto a do *Estado* destaca uma proposta de Marina relativa ao que considera o comportamento desejável de dois partidos políticos. A *Folha* destaca apenas no intertítulo o que para o *Estado* é a manchete principal

Passo, a seguir, à análise rápida de alguns verbetes que se encontram em Kamel (2010). Os interessados em análise de discursos políticos têm à disposição um documento importante. Saiba-se que todos os discursos de Lula são rapidamente transcritos e postos na Internet. O jornalista Ali Kamel fez dessas falas um interessante estudo. Com auxílio de outros profissionais (pelo

menos um linguista, um historiador e um analista de sistemas), organizou um dicionário (na introdução ao livro, Kamel descreve detalhadamente seu empreendimento).

O volume contém 347 verbetes, “definidos” por falas “exemplares” de Lula. Cada verbete é seguido de sub-verbetes, que são uma espécie de definição sumária, *de autoria de Kamel*, pode-se dizer, lastreada em alguma declaração de Lula, da qual é uma espécie de resumo. São verdadeiros casos de sobreasseveração; daí porque considerar todo este material à luz dos conceitos de destacabilidade e de sobreasseveração se mostrará uma abordagem reveladora de determinados procedimentos.

Para dar uma ideia do tipo de questão que interessa analisar, seja o verbete BUSH, que começa com uma declaração de Lula sobre o então presidente americano, supostamente a mais significativa. Um sub-verbete diz “...*não deu motivos para que Lula brigasse com ele*”, que seria a tradução do seguinte trecho: “*Eu estou há três anos no Governo e não consegui brigar com o Bush, que é aquela potência; por que eu vou brigar com a Bolívia? Não tem sentido*”. O leitor poderá fazer sua análise e verificar se concluiria que o “resumo” de Kamel dá conta efetivamente da declaração de Lula, ou seja, se tem ou não o mesmo sentido (terá “Não consegui brigar com ele” o mesmo sentido que “não deu motivo para [eu] brigar com ele”?). Alternativamente, a pergunta é: a partir de quais critérios Kamel leu a declaração de Lula?

Lendo a longa introdução de Kamel, de cerca de 100 páginas, que pode ser considerada basicamente uma análise “de conteúdo”, em tom marcadamente jornalístico, o que quer dizer, antes de mais nada, que é legível por muitos não especialistas em discurso político ou em retórica, descobre-se que, aqui e ali, ele deixa de ser analista para ser militante. De fato, avalia negativamente o presidente Lula, em especial em suas “traduções” dos sub-verbetes. Vejamos alguns exemplos no verbete CONGRESSO (em negrito, a tradução de Kamel; em itálico, os

trechos da declaração de Lula que mais se aproxima ao texto do “sobresseverador”).

... se dedica ao debate enquanto o governo trabalha. “Eu penso que é preciso a gente fazer uma espécie de divisor, o debate no Congresso é a coisa mais legítima no desenvolvimento da democracia brasileira, mas eu tenho dito que o nosso lema é deixar *os debates acontecerem, e o papel do Governo, meus amigos, é trabalhar, trabalhar e trabalhar* porque o que o povo quer mesmo é resultado, o que ele quer mesmo é saber se, no frigir dos ovos, a sua vida vai estar melhor do que quando nós entramos no Governo”. “O debate no congresso é a coisa mais legítima... e o papel do governo é trabalhar, trabalhar” tornou-se “o congresso se dedica ao debate enquanto o governo trabalha”. A implicação mais óbvia é que o congresso não trabalha; se é verdade que Lula também não disse, literalmente, que ele trabalha, disse que ele tem a função mais legítima na democracia... Kamel retomou um lugar comum: que o Congresso (o legislativo) não trabalha.

... deve ser cúmplice do governo, para mudar o que não funciona. “E aí, nós temos que destravar o país, ou seja, tem muita coisa que atrapalha o país crescer, muita coisa: pequenas normas, grandes normas, leis, que precisam ser mudadas. *E só vão ser mudadas se a gente tiver a boa cumplicidade do Congresso Nacional e da sociedade brasileira*”. A tradução de Kamel produz um efeito de relação subterrânea entre Governo e Congresso, efeito que a palavra “cumplicidade” não implica, por não ter conotações necessariamente negativas (cônjuges que têm cumplicidade não são cúmplices...).

... não teve em Lula um deputado que gostasse da atividade parlamentar. “As pessoas podem até não gostar do Congresso Nacional, eu fui deputado quatro anos e desisti porque *não quis mais ser deputado*, mas todos nós aqui somos testemunhas de que este país era muito menos seguro e era menos gratificante quando a gente não tinha o Congresso Nacional funcionando,

fechado pelo autoritarismo brasileiro”. “Não quis mais ser deputado” foi traduzida por “não gostar de ser deputado”. Não há na declaração de Lula nenhuma explicação para não querer mais ser deputado, muito menos a de que não gostava dessa atividade. Se for esta a razão para sua decisão, deve ter sido expressa e ouvida em outro lugar. Mas quem é seu autor?

... é reflexo da sociedade brasileira. “O Congresso Nacional é a representação mais fiel do que representa a sociedade brasileira, dos interesses da sociedade, dos agrupamentos existentes na sociedade”. “é a representação mais fiel” passou a ser “é o reflexo”: esta versão implica um automatismo que representação fiel decididamente não tem. “Reflexo” é uma avaliação negativa; “representação”, uma avaliação positiva, ou realista, quiçá eufêmica...

... sempre se acerta com o governo, basta uma boa conversa e algumas emendas. “O Congresso Nacional tem nos ajudado. Por mais que você veja, na imprensa, briga entre o Senado e o Poder Executivo, Câmara e Poder Executivo, a verdade é que na essência o Senado e a Câmara têm votado as coisas de interesse deste país. De vez em quando, tem um disputa política mais aguerrida, um xinga aqui, outro xinga ali, *mas uma boa conversa resolve e fica tudo acertado, vota-se, coloca-se uma emenda a mais, isso é parte da democracia*”. Neste caso, a tradução é bastante fiel à parte de declaração retomada, mas é bastante parcial. As sobreasseverações, no entanto, são quase sempre abreviações. Esta exclui uma passagem crucial (têm votado as coisas de interesse deste país). Assim, Kamel destaca o que indicaria uma relação mais fisiológica do que “patriótica”. Conscientemente ou não, o sobreasseverador retoma um já-dito (que não ocorre na fala de Lula), um lugar comum fortemente estabelecido. Talvez se trate de um simulacro, no sentido que lhe dá Maingueneau (1994). Ou seja, trata-se de uma “tradução” do discurso de Lula efetuada a partir da semântica do discurso de Kamel, isto é, ao qual ele adere, sabendo ou não que adere.

Vejamos outros casos. Do verbete LEIS

... se feitas por Lula, vão pegar. “Lamentavelmente, nós ainda somos um país onde há lei que pega e lei que não pega. E eu quero dizer para vocês que todas as leis que nós fizemos vão pegar, *porque elas têm que ser consubstanciadas num debate que envolva a sociedade brasileira*”. A mudança mais clara na tradução de Kamel é a substituição de “nós” por Lula. Leitura aceitável, mas que desconhece a tramitação das leis, pelo menos aludida na fala de Lula (debate que envolva a sociedade). Trata-se claramente da exclusão de uma parte do discurso, exatamente aquela que lhe conferiria um caráter democrático. Observe-se que Lula não se refere à tramitação no Congresso, mas a um debate da sociedade. Um adversário poderia destacar esta parte de sua fala para caracterizar tentativas de passar por cima do Congresso, buscando apoio direto na “sociedade”. Não faltaram pronunciamentos neste sentido, contrários ou favoráveis à estratégia, durante o governo Lula.

... podem atrapalhar o desenvolvimento do país. “Hoje, construir uma hidroelétrica – e aqui eu estou vendo gente que lida com isso – significa fazer um debate infinito com a área ambiental, significa você fazer um debate secular com o Ministério Público. Muitas vezes, numa cidade de cinco ou seis mil habitantes, o Ministério Público pode, em função de uma lei ou um processo qualquer, *impedir que uma obra se realize*”. O destaque é a possibilidade de o debate ambiental impedir uma obra, sendo que o verbo “impedir” foi substituído por “atrapalhar”. Outro sobreasseverador poderia eventualmente destacar os debates infinitos... Mas deve-se reconhecer que a fórmula de Kamel é bem mais pregnante, memorável, repetível, além de corresponder ao imaginário sobre a fala mais popular de Lula...

... podem atrapalhar o desenvolvimento do país se não foram feitas por Lula. “Acontece que existe uma lei, que não foi feita por mim, proibindo os transgênicos no país. *E nós vamos ter que resolver*

esse problema". Não é muito fácil encontrar conexões entre a fala de Lula selecionada por Kamel que dêem suporte à tradução proposta. Lula declara que há uma lei não feita por ele que proíbe os transgênicos e acrescenta que "vamos" resolver este problema. Kamel "entende" que Lula disse que leis não feitas por ele podem atrapalhar o desenvolvimento. Convenhamos: é necessário realizar torções relevantes no texto original para formular este texto de chegada... Kamel põe problemas sérios aos analistas: eles se obrigam a escolher dramaticamente entre incapacidade de ler, provável má vontade com a personagem e, por último, a hipótese de que Kamel esteja lendo Lula a partir da atribuição ao presidente de uma personalidade altamente egóica (que se cristalizaria na expressão "nunca antes na história deste país"). Segundo a última alternativa, mesmo quando Lula não diz que "nunca antes...", devemos entender que o sentido é 'se não fui eu quem fez, é ruim'.

Do verbete CRISE POLÍTICA

... **deixa Lula mais forte**. "Tem pessoas que fraquejam nas crises, tem pessoas que entram em depressão em momentos difíceis. Eu, ao contrário, *fico com mais vontade de lutar*. Quanto mais me batem, *mais eu tenho motivação para resistir*". Eis um exemplo de sobreasseveração em que ocorre um processo de abreviação e de substituição de termos chaves, mas em que não se pode dizer que haja "traição" ao sentido do texto original. "Fico mais forte" e "tenho mais motivações" para resistir são quase paráfrases e são quase parafraseados por "deixa Lula mais forte", uma formulação certamente dotada das características de pregnância típicas das formas destacadas (como não seria "deixa Lula com mais vontade de lutar", cujo ritmo é menos marcante).

MINISTROS

... **não sabem o que dizem**. "Você tem que ver, na reunião dos ministérios, como é que estão as palavras. Agora tem "transversalidade", tem "estruturantes"! Esses dias eu *fiz um ministro traduzir ele teve dificuldade*". A passagem de "ter dificuldade para

traduzir” para “não saber o que diz” não é óbvia, mas poderia ser considerada apenas uma versão mais forte, um pouco exagerada do texto original. Ou, alternativamente, a versão de Lula, “teve dificuldade”, é que pode ser considerada um eufemismo para ignorância. “Não sabem o que dizem” é, evidentemente, uma fórmula muito mais dotada de características para tornar-se memorável, apesar de ser uma formulação muito corrente.

NEGROS

... **não têm cor do Lula.** “Eu sei que tem Universidade no Brasil em que companheiros negros *estão sendo admoestados* porque são negros e estão estudando de graça, e do lado tem um branco, como eu, pagando”. Às vezes, francamente, a impressão é a de que o autor se equivocou em relação ao texto a ser editado (“cortou e colou” equivocadamente... É verdade que Lula diz que é branco e se refere basicamente a alunos negros em universidades. Mas considerar esta passagem, que inclui um pré-construído (“como eu”), claramente, diria, marginal no enunciado de Lula, abandonando a hipótese de destacar “estão estudando de graça” ou “estão sendo admoestados” (provavelmente o sentido é ‘discriminados’...), com mais propriedades que as tornam destacáveis, é pouco compreensível. Que, em outras passagens, a tradução se faça a partir de falas características (nunca antes...), é compreensível. Mas que se faça, de alguma forma, Lula dizer que é branco é algo que não encontra fundamento discursivo, isto é, na memória, no interdiscurso, portanto, nem mesmo na necessidade ideológica de combater a personagem...

Não proponho uma classificação dos critérios de “tradução”, nem mesmo em relação aos procedimentos de Kamel, que forneceu o maior número de textos. Espero, no entanto, que os comentários indiquem que há um conjunto de questões relevantes a serem consideradas. Os dados selecionados de jornais indicam orientações da mídia para leituras e debates públicos. Os selecionados de Kamel podem ser exemplos de procedimentos mais

marcadamente ideológicos, vale dizer, de tradução do Outro. Eventualmente, trata-se de simulacros. Às vezes, parece tratar-se de apelo ao já dito, embora a relação com o texto comentado pareça frágil. Uma ou outra vez parece haver até mesmo má vontade, ou propósito de combater posicionamentos (tanto nos jornais quanto no livro de Kamel). De qualquer forma, estão em causa materiais em relação aos quais a tarefa do analista não é interpretar um discurso, mobilizando os procedimentos clássicos da Análise do Discurso, como se fez durante muito tempo e ainda se faz por muitas razões. Trata-se de tentar desvendar razões que levam um texto a ser transformado em outro, mais ou menos fiel ao primeiro. A questão é como os textos são lidos por leitores diversos, não apenas como são lidos por analistas.

Uma hipótese de trabalho, aparentemente fundada nos dados precedentes: parece haver uma diferença de tratamento entre casos como o “olho” que está no meio da entrevista de Skármeta, por um lado, e manchetes como as relativas à posição de Marina Silva e as sobreasseverações de Kamel, em geral. Talvez se trate das velhas questões ideológicas, afinal.

Referências

- Kamel, A. (2010). *Dicionário Lula; um presidente exposto por suas próprias palavras*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira).
- Ribeiro, Renato Janine (2010). “O nascimento da ética do político”. São Paulo: *O Estado de São Paulo, Sabático*, 7/8/2010, p.57).
- Maingueneau, D. (1994). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola
- Maingueneau, D. (2006). Citação e destacabilidade. In: *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola. pp.75-92.
- Maingueneau, D. (2007). L’*enonciation* aphorisant. In: Silva, T. C. e Mello, R. (orgs). *Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: Abralín/UFMG. pp.155-163.

SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA EM FOUCAULT E O TRATAMENTO DE OBJETOS DA MÍDIA

Jefferson VOSS (PPG-UEM)

Pedro NAVARRO (UEM)

Inserido no tema geral que reúne o conjunto de artigos deste livro, cuja proposta é apresentar possibilidades de análise de materialidades diversas, este texto esboça um caminho para a abordagem de discursos que conjugam signos heterogêneos, tendo como norte o método arqueológico de análise de discursos formulado por Michel Foucault, em sua *A Arqueologia do Saber* (2008a). Em linhas gerais, como anuncia o título deste artigo, a finalidade é pontuar a operacionalidade do conceito de formação discursiva à análise de discursos da mídia contemporânea, e isso nos leva a um itinerário teórico que busca compreender como se constituem as regras de formação e as condições de possibilidade de um dado saber, ainda que esse saber fuja às extensões definidas pelo próprio método de Foucault. Encerrada essa etapa, esse mesmo itinerário enseja estender as formulações de Foucault a objetos por ele não contemplados. Assim, elementos que formam o quadro conceitual exposto na *Arqueologia* são resgatados para compreender os saberes que formam e fazem circular a ideia de “responsabilidade social” em propa-

gandas governamentais e em campanhas publicitárias da mídia impressa brasileira. De saída, adiantamos que o caráter semiológico que Foucault confere ao seu conceito de enunciado é um dos aspectos que permitem advogar a favor desse modo de fazer análise de diferentes materialidades discursivas, contemplando objetivos diversos daqueles que moviam Foucault.

Pode parecer tedioso, entretanto, outro texto que trate do conceito de formação discursiva. No Brasil, além da tradução da tese de Courtine (2009), que trabalha a perspectiva de Foucault no interior da Análise de Discurso francesa e passa, necessariamente, pelo conceito de formação discursiva, há ainda uma organização de textos feita por Baronas (2007), que aborda somente esse conceito problemático da Análise de Discurso, isso sem mencionar artigos, dissertações e teses que também já deram a devida atenção a ele. Embora admitamos que muito se refletiu sobre esse conceito e talvez seja até desnecessário o acúmulo de mais um texto sobre ele, entendemos que nossa abordagem possa contribuir pela maneira um pouco mais detalhada como o trata e também pela forma como problematiza a aplicação do método arqueológico a domínios não abordados por Foucault.

Em vista disso, temos por finalidade: 1) refletir sobre o conceito de formação discursiva no método arqueológico e traçar suas direções de análise; 2) problematizar a relação entre práticas discursivas e a descrição de objetos midiaticizados; e 3) ensaiar uma possibilidade de articulação entre o método arqueológico e a análise de domínios estritamente não discursivos, tendo como base para a organização do *corpus* o conceito de enunciado reitor¹, o que

¹ As discussões aqui apresentadas encontram-se mais bem desenvolvidas na dissertação de mestrado *Reoperacionalizando o conceito de formação discursiva de Michel Foucault para o tratamento de objetos midiaticizados: sobre a responsabilidade social na mídia impressa brasileira*, de autoria de Jefferson Voss, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Navarro, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

nos leva a versar, rapidamente, sobre os elementos formadores de um objeto do discurso.

Sobre o conceito de formação discursiva no método arqueológico

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008a) oferece as linhas metodológicas gerais que tencionam organizar um método de descrição de “enunciados”. De antemão, é necessário advertir que não se trata do mesmo “enunciado” de Bakhtin, de Benveniste ou de Ducrot, nem de um “enunciado” prioritariamente linguístico². Também não quer, Foucault, oferecer métodos de análise linguística e, muito menos, fazer aquela análise de discurso disciplinar inaugurada por Michel Pêcheux – isso malgrado a recorrência constante ao termo “discurso” e sua variante adnominal “(inter)discursivo(a)”, como em “configuração interdiscursiva” (FOUCAULT, 2008a, p.178), em “campo discursivo” (Ibidem, p.175) e também na proposta de “analisar o discurso” (Ibidem, p.171). São semelhanças terminológicas, mas isso não nos autoriza concluir que o método é uma proposta de fazer análise de discursos, tal como formulado por Pêcheux e colaboradores.

Foucault, em três trabalhos anteriores à *Arqueologia (História da Loucura* [2008c], *O Nascimento da Clínica* [2008d] e *As Palavras e As Coisas* [2007]), trabalha em torno dos saberes e das práticas discursivas. O que o filósofo quer mostrar é que, na articulação entre o homem, a vida, a linguagem e o trabalho, há certas regularidades naquilo que ajusta o olhar sobre as coisas. Dentre tudo aquilo que invade a existência humana, sempre há algo que se mantém regular, apesar de não unitário ou homogêneo.

Em *História da Loucura*, o trabalho de Foucault (2008c) consiste em descrever os saberes que, na Idade Clássica, permitem

² A respeito dos equívocos na leitura feita pela Análise de Discurso do conceito de enunciado em Foucault, sugerimos a leitura de Courtine (2010).

a constituição do objeto loucura e, mais tarde, as bases epistemológicas da Psiquiatria. Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault (2008d) se detém nos saberes que assentam o olhar do homem sobre o corpo humano e que engendram o surgimento da Medicina. Finalmente, em *As Palavras e As Coisas*, obra mais importante de descrição arqueológica, Foucault (2007) descreve os saberes que organizaram a análise das riquezas, a história natural e a gramática e, posteriormente, ocasionaram o surgimento da Economia, da Biologia e da Linguística.

Menos atentamente, poderíamos até admitir que o esforço de Foucault, nesses seus primeiros trabalhos, se deu em torno da descrição de “disciplinas” (Psiquiatria, Medicina, Biologia etc.). Contudo, é em sua tese metodológica, *A Arqueologia do Saber*, que Foucault (2008b) deixa clara sua aversão à história disciplinar e, conseqüentemente, à história das continuidades. Se partirmos do pressuposto de que Foucault, ao tratar dos “discursos”, está falando prioritariamente dos enunciados que desempenham algum tipo de regimento na sociedade e são postos em circulação pela vontade de verdade, entenderemos que cada uma das “disciplinas” tratadas por Foucault está entrecortada por discursos e é, na verdade, uma formação discursiva. O autor quer mostrar que a circulação dos saberes não se restringe a uma ordem causal absoluta e também que os saberes estão estreitamente ligados às outras diversas instituições da sociedade, formando um grande feixe de relações. A proposta arqueológica consiste justamente em escavar as camadas de enunciados que se desempenham em uma rede em meio a um arquivo e tentar deprender daí um funcionamento regular que dê visibilidade à existência de uma formação discursiva.

Entre os usos terminológicos de Foucault em *A Arqueologia do Saber*, há recorrência aos termos “enunciado”, “prática discursiva”, “discurso”, “formação discursiva” e “arquivo”, e a relação entre esses conceitos requer a descrição, no desempenho

da função de um conjunto de enunciados, de uma prática discursiva que remeta, então, a um discurso e que, por sua regularidade, esteja vinculada a uma formação discursiva.

O arquivo, em sua completude, é impossível de ser descrito, já que se trata do grupo de todos os enunciados já desempenhados. Em um nível abaixo daquele do arquivo, há, então, as formações discursivas, ou seja, conjuntos de enunciados regidos pelas mesmas regras anônimas de existência – pelas mesmas práticas discursivas. Em uma visão panorâmica, a obra *A Arqueologia do Saber* é um método de descrição de formações discursivas, mesmo que Foucault acabe adentrando outras temáticas que são subjacentes ao método. Em termos de especificidades, opera-se o desmembramento do conceito de formação discursiva em algumas direções de análise, o que gera uma multiplicidade de outros conceitos e de outras noções.

Primeiramente, em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008a) se opõe às mais variadas noções que articulam os discursos em agrupamentos unitários e contínuos, como as noções de tradição, de influência, de desenvolvimento, de evolução, de mentalidade e de espírito de uma época, e também de tipos de discurso, de livro, de obra e de já-dito. Estas são, para Foucault, noções que, cada uma a sua maneira, têm a tendência de agrupar em conjuntos unitários os discursos dos homens e, por isso, se constituem como unidades do discurso. Nas palavras de Foucault,

[...] a supressão sistemática [...] [dessas] unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível – e muito frequentemente minúscula – emergência (2008a, p.31).

Sendo o enunciado um acontecimento discursivo que impõe descontinuidade à história, as formações discursivas estão sempre sujeitas a incisões profundas e permanentes em suas grades de relações. Elas não devem, portanto, ser tratadas como unidades do discurso, no sentido de que arbitrariamente organizam os saberes em pontos de origem ou em evoluções ininterruptas.

Defendendo a suspensão sistemática das unidades despóticas de discurso, aquelas da história global, Foucault entende que há modos mais controlados de se descrever os discursos e suas relações em formações discursivas. Para isso, designa quatro direções de análise de uma formação discursiva: a análise da formação dos objetos, da formação das modalidades enunciativas, da formação dos conceitos e da formação das estratégias. Cada uma dessas direções de análise é ainda subdividida em inúmeras outras divisões. Conferimos atenção especial a essa subdivisão elencada por Foucault, pois, no que condiz a nossa posição sobre o manejo dos conceitos foucaultianos, a descrição de uma formação discursiva deveria obedecer, em seu alcance máximo, a ordem metodológica designada pelo filósofo – pelo menos em trabalhos que assumam estar empenhados em trabalhar a perspectiva foucaultiana no interior da Análise de Discurso. Começemos pela primeira direção de análise, a da formação dos objetos do discurso.

Ao caracterizar a formação dos objetos, Foucault avança em sua discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas. Ao discutir sobre as formações discursivas (*As Formações Discursivas* [2008a, p.35-44]), o autor adverte que os objetos pouco têm a ver com realidades materiais anteriores ao discurso, mas que são instituições dos discursos, uma vez que só se dão pela existência de práticas discursivas que os recortam, os transformam ou os deixam em suspenso. No capítulo específico sobre *A Formação dos Objetos* (2008a, p.45-55), Foucault passa a questionar esse regime de existência dos objetos e, a fim de exemplificar

suas análises e considerações, trata do objeto “loucura” (doenças psicopatológicas), flagrado em suas pesquisas precedentes (*A História da Loucura*). Para a análise da formação dos objetos, Foucault propõe que sejam verificadas as *superfícies de emergência*, as *instâncias de delimitação* e as *grades de especificação* dos objetos. É um trabalho que procura entender onde os objetos do discurso são instaurados (família, grupo social próximo, meio de trabalho etc.), com o que eles mantêm relações (justiça penal, autoridades religiosas, crítica literária e artística etc.) e como eles se diferenciam uns dos outros. Foucault enfatiza que esses três procedimentos de descrição dos objetos do discurso devem ser seguidos de modo a poder estabelecer múltiplas relações entre eles e também de modo a não assumir a existência de objetos já-dados, anteriores ao discurso.

A segunda hipótese sobre a qual se aventa a possibilidade de determinar o funcionamento de uma formação discursiva é, para Foucault, aquela em que se descreve a formação das modalidades enunciativas, “[...] fazendo aparecer a permanência de certos tipos de enunciados, certos modos fundamentais de expressão do sujeito” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p.75). Destacando a existência de um estatuto para as mais diversas (“[...] descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais” (FOUCAULT, 2008a, p.56)), o objetivo elencado no capítulo *A Formação das Modalidades Enunciativas* (Ibidem, p.56-61) de *Arqueologia do Saber* é o de “[...] encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (Ibidem, p.56). O problema que se impõe está relacionado ao sujeito do discurso. A fim de responder a essa problemática, que ainda tem a ver com a enunciação vista como processo, e não somente com as relações que subsistem à formação dos objetos, Foucault lança três questões, as quais são, cada uma delas, discutidas separa-

damente: uma sobre o estatuto do sujeito que fala, outra sobre os lugares institucionais de onde o sujeito fala e a última sobre a posição de sujeito ocupada pelo sujeito na enunciação. Como lembram Dreyfus e Rabinow, “[...] No caso da medicina, Foucault teve que descrever, entre outras coisas, como os médicos são reconhecidos, os hospitais organizados, e como muda a posição do médico enquanto observador, interrogador, receptor de dados, pesquisador etc.” (1995, p.76).

Já a tarefa de se descrever a formação dos conceitos deve abranger a descrição das *formas de sucessão*, das *formas de coexistência* e dos *procedimentos de intervenção*. Para as formas de sucessão, Foucault propõe um estudo sobre as *disposições das séries enunciativas*, dos *tipos de correlação dos enunciados* e dos *esquemas retóricos*. Para as formas de coexistência, o método volta-se para os *campos de presença*, os *campos de concomitância* e os *domínios de memória*. E, finalmente, no que diz respeito aos procedimentos de intervenção, o método realiza a descrição das *técnicas de reescrita*, dos *métodos de transcrição* e dos *modos de tradução, de apropriação, de delimitação, de transferência e de sistematização* dos enunciados. São todos mecanismos que se encontram no limiar da formação dos conceitos de determinada formação discursiva.

Finalmente, por formação das estratégias, a última direção de análise de uma formação discursiva, Foucault designa a formação dos temas e das teorias desempenhados pelos enunciados que provém de certo domínio discursivo. Seu intento, ao falar da formação das estratégias, é o de definir como esses temas se distribuem na história. De antemão, Foucault anuncia certa dificuldade no desenvolvimento dessa hipótese de direção de análise, já que ela não havia sido detalhada em seus trabalhos anteriores. Ainda assim, ele indica as direções para pesquisas ulteriores que venham a se debruçar especificamente sobre esse tema. Para tanto, oferece alguns outros mecanismos para a descrição arqueológica: a análise dos *pontos de difração*, da *economia da constelação*

discursiva e da *função do discurso para práticas não-discursivas*. Enquanto os pontos de difração ainda são divididos em *pontos de incompatibilidade*, *pontos de equivalência* e *pontos de ligação de uma sistematização*, a descrição da função do discurso para práticas não-discursivas aparece ligada aos *regimes e processos de apropriação do discurso* e às *posições do desejo em relação ao discurso*.

Após essa rápida passagem pelas quatro direções de análise de formações discursivas, o problema que lançamos incide, então, sobre como descrever esse sistema disperso, a partir dessas quatro direções (os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas e opções teóricas), e, mais que isso, como proceder na análise de objetos da mídia.

Foucault esclarece que os feixes de direções de análise das formações discursivas não podem ser descritos sem que se estabeleçam relações entre eles, uma vez que eles “não são independentes uns dos outros” (2008a, p.81). O Quadro 01, a seguir, permite uma abstração geral das subdivisões que Foucault delinea para especificar cada um desses feixes de relação ou direções de análise.

O que deve ser entendido, assim, é que a determinação dos pontos de escolha e das especificidades de cada uma dessas divisões e subdivisões não se dá de modo a desconsiderar a existência de todo um quadro de relações operante. As relações atravessam todo esse domínio das regras de formação. Foucault, durante suas explanações sobre as direções de análise, insiste em uma descrição que priorize as relações entre todos os domínios das formações discursivas.

<p>FORMAÇÃO DOS OBJETOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Superfícies de emergência - Superfícies de delimitação - Grades de especificação
<p>FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estatuto do sujeito que fala - Lugares institucionais aos quais o discurso se refere - Posição sujeito
<p>FORMAÇÃO DOS CONCEITOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de sucessão <ul style="list-style-type: none"> - Disposições das séries enunciativas - Tipos de correlação dos enunciados - Esquemas retóricos - Formas de coexistência <ul style="list-style-type: none"> - Campos de presença - Campos de concomitância - Domínios de memória - Procedimentos de intervenção <ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de reescrita, métodos de transcrição, modos de tradução, de apropriação, de delimitação, de transferência e de sistematização dos enunciados
<p>FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pontos de difração <ul style="list-style-type: none"> - Pontos de incompatibilidade - Pontos de equivalência - Pontos de ligação de uma sistematização - Economia da constelação discursiva - Função do discurso para práticas não-discursivas <ul style="list-style-type: none"> - Regimes e processos de apropriação - Posições do desejo em relação ao discurso

Quadro 01 – Direções de análise e feixes de relações de uma formação discursiva.

Ainda é preciso lembrar que essa configuração de direções de análise está estreitamente vinculada aos objetivos de Foucault na análise de saberes bem específicos, ou seja, aqueles relacionados às ciências, os quais definem, para estas, as condições de possibilidades do surgimento de seus objetos, de seus modos de enunciação, de seus conceitos e de suas opções teóricas. Nas palavras de Foucault,

A arqueologia define regras de formação de um conjunto de enunciados. Manifesta, assim, como uma sucessão de acontecimentos pode, na própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar oportunidade de uma escolha teórica (2008a, p.188-189).

Considerando que esse autor empreende o método arqueológico tencionando analisar a distribuição dos *saberes* na produção da *verdade*³, cabe às pesquisas que se voltam para as relações entre língua, política e mídia refletir sobre a aplicabilidade dos pressupostos analíticos do método arqueológico para a análise de *corpora*. Admitimos, para tanto, que o método arqueológico é um método para a descrição de formações discursivas e que as formações discursivas estão relacionadas, de forma tênue, ao que Foucault (2008a) define como *práticas discursivas* e ao que ele insiste em diferenciar de *práticas não discursivas* – tanto que uma das direções de análise da formação das estratégias é a análise da *função do discurso para as práticas não discursivas*.

Na análise de objetos da mídia, entendemos que essa discussão seja fundamental, uma vez que procura fixar certo rigor na aplicação do método arqueológico a objetos diferentes daqueles analisados pelo próprio filósofo. Na tentativa de requerer atenção sobre a necessidade de que se proceda pelo aprofundamento da questão, na próxima seção discutimos rapidamente a dificuldade de se analisar objetos da mídia e, então, descrever formações discursivas, dadas as restrições do método arqueológico.

Sobre as práticas discursivas e os objetos da mídia / midiati- zados

Foucault descreve saberes, não ciências ou disciplinas. Para ele, importam muito mais as relações heterogêneas que a sistematicidade lógica e causal que liga os acontecimentos a um mesmo fio condutor.

³ A respeito das dimensões dos conceitos de *verdade* e *saber* no método arqueológico, cf. Possenti, 2009. Trata-se de um texto que nos garante uma reflexão peculiar sobre a aplicação de tais conceitos de Foucault a objetos diferentes daqueles sobre os quais o filósofo se debruçou em suas análises.

Como já apontamos, essa peculiaridade da descrição arqueológica faz com que os termos “discurso”, “prática discursiva” e “saber” ganhem dimensões específicas na obra de Foucault. Vale destacar que Foucault, ao descrever discursos, não contempla, especificamente, a política, a religião, as artes ou a mídia. Ele persegue a emergência dos saberes que definiram objetos próprios em torno das doenças psicopatológicas, que deliberaram os modos pelos quais os médicos atuam diante das doenças e também que dispuseram o leque de conceitos que poderiam, em dada época, aparecer e se modificar na história natural, na análise das riquezas e nos estudos gramaticais.

Não é o caso, contudo, de afirmarmos que Foucault não tratou da relação entre os saberes e a política, a religião, as artes etc. Uma das marcas fundamentais da aplicação do método arqueológico é a disposição do pesquisador para relacionar a produção e a distribuição dos saberes às mais diversas instituições que constituem a sociedade. Essas práticas institucionais não pertencentes aos campos dos saberes e das formações discursivas são as que Foucault chama de práticas não discursivas. Atentemos para a seguinte passagem de *A Arqueologia do Saber*:

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é uma pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos: procura definir formas específicas de articulação (FOUCAULT, 2008a, p.182-183).

As práticas não discursivas são, portanto, aquelas ligadas à cultura, à política, à religião, às artes, à literatura, à economia, enfim, às instituições em geral. As práticas discursivas, por outro lado, são tratadas, durante toda *A Arqueologia do Saber*, como aquelas subjacentes à produção de saberes e à vontade de verdade.

Na tradição da Análise de Discurso francesa, a utilização do termo discurso designa as relações entre qualquer produção textual humana, a história e a ideologia. A noção de materialidades discursivas sintetiza a ideia de que o uso da linguagem, independentemente de sua formulação, aponta para os modos de inscrição dos sujeitos na ordem da língua, da imagem (acrescentamos) e da história. Em *A Arqueologia do Saber*, entretanto, os discursos são, ao contrário, somente o conjunto de enunciados regido por práticas discursivas que produzem, mantêm ou transformam os saberes⁴. Cabe-nos questionar, então, a validade do método arqueológico para a análise daqueles discursos que, tomados sob o olhar do Foucault arqueólogo, não seriam sequer chamados de *discursos*: os discursos da política, da religião, da literatura e da mídia. Não é tão calmamente que se pode, *stricto sensu*, utilizar o método arqueológico para a análise dos discursos provenientes desses domínios ou campos, pois se trata de discursos que, mesmo conservando relações estreitas com as práticas discursivas, não se definem como saberes.

⁴ Nas palavras de Hall: “Normally, the term ‘discourse’ is used as a linguistic concept. It simply means passages of connected writing and speech. Michel Foucault, however, gave it a different meaning. What interested him were the rules and practices that produced meaningful statements and regulated discourse in different historical periods. By ‘discourse’, Foucault meant ‘a group of statements which provide a language for talking about – a way of representing the knowledge about – a particular topic at a particular historical moment. [...] *Discourse is about the production of knowledge through language*’ (1997, p.44, grifo nosso)”.

Possenti (2009) problematiza o modo como foram ampliadas as acepções dos conceitos de saber e de verdade tomados da arqueologia de Foucault. Segundo esse autor, tais conceitos estão sendo aplicados a domínios nos quais Foucault originalmente não os aplicou. A título de exemplo, segue a seguinte passagem de Possenti:

Tem sido cada vez mais comum considerar que qualquer enunciado que tenha como correlato algum tipo de prática seja considerado uma forma de saber, com imediata remissão a Foucault. Os exemplos são diversos, talvez muitos, e são tomados, em geral, de campos que poderiam ser chamados da cultura: cozinhar, contar histórias, citar provérbios, dar notícias... Ora, mesmo que tais enunciados sejam correlatos de práticas, certamente Foucault não os incluiria nos campos de saber. Foucault estipula que o saber é correlato de práticas, é verdade, mas isso não basta. Para ele, é preciso que se trate de certas práticas, não de quaisquer práticas (2009, p.170).

Ao tratar de práticas, Possenti toma o cuidado de não classificá-las como discursivas ou não discursivas, já que isso acarreta outro problema terminológico e metodológico, além desse relacionado aos conceitos de saber e verdade. Talvez pudéssemos admitir que, ao tratar dos discursos da mídia e da política, não estamos lidando tão especificamente com práticas discursivas, mas sim com práticas não discursivas. Outra questão problemática, além dessa, é que, do ponto de vista foucaultiano, na análise dos discursos da mídia ou na análise dos discursos políticos, não estaríamos lidando, especificamente, com saberes e com discursos, ou seja, o conceito de formação discursiva não seria aplicável a esses domínios – só no caso em que os objetivos da pesquisa mostrassem a relação entre tais domínios e os campos dos saberes.

Podemos projetar, em forma de esboço preliminar, duas alternativas para esse problema de aplicação do método arqueológico a domínios não discursivos. A primeira delas é essa que

acabamos de apontar: há a possibilidade de, na análise dos discursos da mídia, da política, da religião, das artes etc., fazer aparecerem as relações entre esses domínios não discursivos e os domínios dos saberes. Essa alternativa foi trabalhada recentemente por Possenti⁵ na ocasião em que o autor mostrava justamente que a tomada do conceito de verdade de Foucault para a análise de textos midiáticos pressupõe a detecção das relações entre esses textos e os saberes.

A segunda alternativa seria a de realmente fazer aumentar o alcance dos conceitos de Foucault e tentar aplicá-los a domínios diferentes daqueles com os quais o filósofo trabalhou. A tentativa seria a de fazer as quatro direções de análise de uma FD e também suas subdivisões funcionarem para a delimitação e descrição de domínios não discursivos. No caso dos trabalhos em análise de discurso que tem como objeto de interpretação discursos políticos, da mídia ou da literatura, por exemplo, entendemos que essa seja a melhor alternativa, mesmo que implique um trabalho mais árduo de adaptação de alguns conceitos e de invalidação de outros. Seria algo similar a uma operacionalização do conceito de formação discursiva para a análise de discursos da mídia. Análises nessa direção podem ser encontradas, por exemplo, em trabalhos de Gregolin (2001; 2003; 2004; 2006), de Sargentini (2004; 2006), de Fernandes (2006) e de Navarro (2006; 2008), isso sem mencionar um conjunto muito expressivo de pesquisas já realizadas e em desenvolvimento por professores de várias instituições do Brasil que buscam subsídios teóricos e metodológicos em Michel Foucault.

É nesse empreendimento que este texto se insere, com a proposta de analisar algo que temos chamado de objeto “res-

⁵ Possenti ofereceu uma análise sobre a relação entre a mídia e os saberes na oficina “Foucault e a Verdade: um exemplo”, realizada por conta das “Oficinas de Análise do Discurso: questões de teoria, método e análise”, na Universidade Estadual de Maringá, em agosto de 2010.

ponsabilidade social”. Partindo da coleta e análise de algumas propagandas governamentais e campanhas publicitárias que circularam na mídia impressa brasileira entre os anos de 2003 e 2006, procuramos articular as direções de análise de formações discursivas definidas por Foucault à análise de domínios não discursivos – aqueles vinculados à mídia e à política. Na próxima seção, damos algumas indicações sobre as articulações que fazemos entre o método arqueológico e a análise de domínios estritamente não discursivos.

O método arqueológico e a análise de domínios não discursivos

Dois temas atravessam com insistência os trabalhos do Foucault arqueólogo: o da vontade de verdade e o da vontade de saber. Na conferência *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2008b), ao designar os três sistemas de exclusão que atravessam o discurso, Foucault garante um lugar especial à vontade de verdade, relacionando-a com a manutenção dos saberes na sociedade ocidental. O filósofo problematiza as relações entre a literatura e o verossímil, entre as práticas econômicas e a teoria das riquezas, entre o sistema penal e as teorias do direito, os saberes sociológicos, psicológicos, médicos e psiquiátricos.

Apesar de o pesquisador ter como opção esse caminho seguido por Foucault, há pesquisas sobre a mídia que não objetivam relacionar os textos midiáticos ou midiaticizados a saberes ou a práticas discursivas. Por outro lado, devemos admitir que os discursos da mídia são movidos por vontade de verdade e, dessa forma, mesmo não trabalhando em torno de saberes, podemos ter portas de entrada para a análise de objetos midiaticizados quando os relacionamos com a verdade que os sustenta.

O emprego do método arqueológico para a análise de um objeto da mídia prevê a descrição do enunciado, atentando-se à sua natureza semiológica, assim como o fez Foucault. Contudo,

em se tratando de pesquisas com extensões menores que as do autor, talvez um pouco mais locais e com objetivos mais restritos, também é requerida uma diminuição nos alcances das relações a serem analisadas. É possível refletir sobre a vontade de verdade que atravessa os textos da mídia sem fazermos grandes descrições arqueológicas de saberes seculares. Logo, diante daquilo que Foucault chama de árvore de derivação enunciativa e ao qual ele associa o conceito de enunciado reitor, também somos instados a diminuir a abrangência inicial de tais conceitos e aplicá-los a campos de relações menores.

Para tal empreendimento, tomamos como enunciado reitor o *slogan* do Governo Federal, durante a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, “Brasil, um país de todos”. Nossa proposta é mostrar que, em se tratando de um enunciado reitor, o desempenho das regras de formação desse enunciado corrobora com a organização de uma teia enunciativa que atravessa inúmeros outros textos, desde propagandas governamentais até campanhas publicitárias. Foucault entende como enunciados reitores aqueles

[...] que se referem à definição das estruturas observáveis e do campo de objetos possíveis, que prescrevem as formas de descrição e os códigos perceptivos de que ele pode servir-se, os que fazem aparecerem as possibilidades mais gerais de caracterização e abrem, assim, todo um domínio de conceitos a ser construídos; enfim, os que, constituindo uma escolha estratégica, dão lugar ao maior número de opções ulteriores (2008a, p.166)

Possuindo certas peculiaridades por conta de sua condição de acontecimento discursivo historicizado, o mote do Governo Federal produziu relações bem específicas entre os enunciados e o referencial para “Brasil”, deu vez à existência de todo um domínio associado de novos enunciados e também organizou a produção de determinados sujeitos para ocuparem suas posi-

ções nos enunciados. “Brasil, um país de todos” pode, assim, ter suas características associadas às de um enunciado reitor.

Contudo, precisamos aceitar que não se trata, evidentemente, de tomar esse conceito de enunciado reitor do modo como Foucault primeiramente o concebeu e, até certo ponto, aplicou. O que esteve em jogo em nossa pesquisa foi uma tentativa de articular as direções de análise de uma formação discursiva e as propriedades de desempenho da função enunciativa a *corpora* menos extensos e a objetivos diversos dos de Foucault. Ao falarmos de árvore de derivação enunciativa, por exemplo, é preciso considerar e verificar a sua produtividade em um campo menor de relações.

Analisar o modo como o enunciado reitor “Brasil, um país de todos” isola regras de formação de enunciados não seria, do ponto de vista da Análise de Discurso, a indicação de como esse enunciado está na base da formação de sistemas de pensamento e de modos próprios de se relacionar discurso e verdade no decorrer de séculos, garantindo a existência de objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias. Haja vista a grande quantia de pesquisas nesse campo que se ocupam de períodos de curta e média duração, cabe-nos, nesse caso, apenas uma tentativa de mostrar algo que estaria na superfície da árvore de derivação enunciativa, mas que apresenta relações similares àquelas dos níveis mais profundos e basilares.

É nesse sentido que estas análises procuram dar conta de verificar o funcionamento de uma mesma regularidade em uma campanha publicitária de 2003 da empresa Monsanto⁶, reproduzida abaixo na Figura 01. A chamada principal da publicidade de alimentos transgênicos traz a frase “Mais saúde para todos”, enquanto um *slogan* em letras menores anuncia “Se você já pensou num mundo melhor, você já pensou em transgêni-

⁶ Revista Veja. Ed. nº. 1834. 24 dez 2003. p.103.

cos”. Difícil não relacionar a chamada dessa campanha da Monsanto ao mote do Governo Federal, “Brasil, um país de todos”, já que a campanha oferece “saúde para todos”.



Figura 01 – Campanha publicitária da Monsanto (2003).

Ora, diante de textos como esses, que mostram relações bem peculiares entre as palavras e as coisas, que integram toda uma rede de enunciados e demarcam certas posições de sujeito, é possível indicar regularidades de funcionamento dos enunciados e o modo como eles inscrevem objetos do discurso, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias, mesmo não nos detendo, precisamente, a saberes e a práticas discursivas.

Campanhas publicitárias, como a do Magazine Luiza⁷, que caracteriza a própria empresa como “uma empresa cidadã, que respeita as pessoas, reconhece seus valores”, ou como a da Fundação Gerdau⁸ trazendo como chamada “Pessoas: nosso maior patrimônio”, ou ainda como a da Gol⁹ anunciando que, com a Gol, “todo mundo pode voar”, pois “uma companhia aérea nunca foi tão acessível”, propõem mais que a venda de produtos. Elas deixam transparecer certa preocupação das empresas em parecerem *responsáveis socialmente*, assim como sugere o enunciado reitor “Brasil, um país de todos”. Dessa forma, ao lidarmos com os enunciados e as regras de formação que estão na base da derivação enunciativa, podemos pressupor que todas essas materialidades, aqui restringidas a campanhas publicitárias e propagandas governamentais (mas que também poderiam ser programas de auditório, panfletos religiosos, propagandas políticas, novelas televisionadas etc.), funcionam a partir de uma vontade de verdade e, por isso, delineiam, formam e transformam os objetos do discurso. Em nosso caso, imaginamos estar tratando de um objeto que designamos *responsabilidade social*.

As análises dessa série enunciativa dão visibilidade a uma regularidade funcionando entre algumas campanhas publicitárias e propagandas governamentais que circularam a partir de 2003 – ano em que o Presidente Lula inicia seu primeiro mandato. Diante disso e contrastando nossas deduções com o método arqueológico, inferimos que esses enunciados margeiam a existência de um objeto do discurso. Tomando como enunciado reitor o *slogan* do Governo Federal e admitindo, a partir dele, certa impregnação de uma verdade relacionada à partilha de

⁷ **Revista Veja**. Ed. n.º. 1820. 17 set 2003. pp.04-05.

⁸ **Revista Veja**. Ed. n.º. 1816. 20 ago 2003. pp.66-67.

⁹ **Revista Veja**. Ed. n.º. 1858. 16 jun 2004. pp.06-07; e Ed. n.º. 1859. 20 de jun de 2004. pp.80-81.

um país entre seus habitantes, parece claro que, se o Governo Federal inaugurava sua gestão com a proposta de trabalhar a favor da inclusão social, essas regras de formação poderiam atravessar outros textos que não somente aqueles ligados ao Governo e as suas propagandas governamentais.

Materialmente, esse fato é atestado por campanhas publicitárias que recorrem ao enunciado reitor quando de sua escrita: como a campanha da Monsanto oferecendo “Saúde para todos” (cf. nota de rodapé 06); a campanha da Gol, com o slogan “Gol. Aqui todo mundo pode voar” (cf. nota de rodapé 09), que nos garante uma paráfrase mal lapidada em “agora há avião para todos”; ou a campanha da Vale do Rio Doce, empenhada em proporcionar “desenvolvimento para o Pará e muito orgulho para todos os Brasileiros”¹⁰. O “país de todos”, nas campanhas publicitárias, se transformou em saúde, direito a andar de avião, orgulho nacional e mesmo o bem-estar do país, como no trocadilho que virou *slogan* do antiácido Sonrisal: “Sonrisal. O bem-estar do Brasil”¹¹.

Podemos afirmar, portanto, que há uma árvore de derivação enunciativa, no sentido de que todo um domínio associado de enunciados se formou a partir do enunciado reitor “Brasil, um país de todos”. O enunciado reitor é esse marco dentre os mais diversos acontecimentos discursivos, é o enunciado que mais bem oferece as bases para o desempenho de outros enunciados e para a atuação das regras de formação. Enunciados como estes são os que, em seu conjunto, formam, no Brasil, desde 2003 até nossos dias, o objeto *responsabilidade social*.

É possível considerar que esse objeto pode ser relacionado a práticas discursivas, tais como aquelas encontradas em discussões acadêmicas das Ciências Humanas sobre a inclusão social,

¹⁰ *Revista Veja*. Ed. nº. 1861. 07 jul de 2004. pp.30-31.

¹¹ *Revista Veja*. Ed. nº. 1811. 16 jul 2003. pp.06-07.

em forças econômicas que exigem a distribuição de renda a fim de garantir um maior poder de compra ao consumidor ou em constatações sobre o estado de nosso planeta que imbuem à responsabilidade social também o peso da responsabilidade ambiental, criando, inclusive, o termo “responsabilidade sócio-ambiental”.

Nesse sentido, querendo tomar a arqueologia do saber como apoio teórico e metodológico para o estudo das relações entre os domínios não discursivos que formam os objetos da mídia (e não os objetos das ciências), é compreensível que passemos a utilizar a terminologia de Foucault para abordar relações enunciativas diferentes ao tratar das mais diversas materialidades linguísticas. O poder da política e da mídia na manutenção dos “discursos verdadeiros” que circulam pela nossa sociedade é tão grande a ponto de formar e transformar seus objetos, suas modalidades enunciativas, seus conceitos e suas estratégias.

Os objetos do discurso, aqueles possíveis de serem definidos a partir das relações entre suas superfícies de emergências, suas instâncias de delimitação e suas grades de especificação, podem, então, ser recortados como produtos da mídia e analisados com base nas relações entre a mídia e a vontade de verdade e de saber, sem que, com isso, necessariamente nos detenhamos no estatuto dos saberes na produção de verdades na mídia. Passamos, assim, a descrever objetos que não virão, mais tarde, se tornar estritamente objetos dos saberes e das ciências, como no caso da responsabilidade social, que atravessa inúmeras esferas e instituições da sociedade e é mantida pelo estatuto do discurso verdadeiro, mas que não é eminentemente um saber como aqueles descritos por Foucault (2007, 2008c e 2008d).

Dentro da grade nocional de *A Arqueologia do Saber*, representada esquematicamente no Quadro 01, situar a responsabilidade social na condição de objeto do discurso implicaria reco-

nhecer e descrever, primeiramente, o funcionamento de suas superfícies de emergência, ou seja, os lugares institucionais em que se dá o aparecimento do objeto de discurso. Em se tratando da análise de um período de curta duração, o trabalho do analista pode se restringir à descrição de um grupo delimitado de superfícies de aparecimento do objeto. Campanhas publicitárias e propagandas governamentais podem ser tomadas a partir de sua inscrição no interior de revistas de circulação nacional ou de outros suportes midiáticos. Nesse caso, o que entra em jogo são as dimensões do objeto em relação à superfície em que ele emerge.

Não há como deixar de notar, no que diz respeito ao objeto responsabilidade social, o efeito da relação entre produto e venda da marca nos caracteres que definem o objeto do discurso. É assim que a responsabilidade social é enunciada diferentemente em várias campanhas publicitárias. Para a empresa aérea Gol, em “Gol. Aqui todo mundo pode voar” (cf. nota de rodapé 09), responsabilidade social equivale mais ou menos a oferecer seu produto a camadas sociais que antes dele não desfrutavam. Além de garantir ao produto certo prestígio em uma escala de valoração social, o que o faz ser ambicionado pelo consumidor ou mesmo que já deduz que o produto seja mesmo ambicionado, essa publicidade explora, como responsabilidade social, o simples fato de vender seu produto. É nesse sentido que a Gol traz chamadas como “Apesar de viver no alto, uma companhia aérea nunca foi tão acessível” e “A Gol está mostrando um lado da aviação que muitos brasileiros não conheciam: o lado de dentro” (cf. nota de rodapé 09). A responsabilidade social é dar acessibilidade aos consumidores. O interessante é que a acessibilidade equivale à compra do produto: poder comprar o produto é ter acesso a ele – um tipo diferente de inclusão social.

Um caso semelhante a esse é o de uma publicidade de seguros de vida da Bradesco Vida e Previdência¹². Com a chamada principal “Proteger a família é um direito de todos”, a empresa também investe na ideia de que dar acesso à compra do produto (com seguros de vida a partir de R\$ 9,90 ao mês) é um meio de demonstrar sua responsabilidade social em relação aos brasileiros, garantindo aquilo que seria “um direito de todos”. Como vemos, casos como esses sinalizam que as superfícies de emergência dos objetos da mídia imprimem a esses objetos caracteres específicos que estão alinhados às regras de formação dos enunciados e, em uma primeira instância, às designações de um enunciado reitor.

Tendo em vista que devemos analisar as relações entre o conjunto de elementos formadores dos objetos do discurso, não podemos descartar a possibilidade de analisar as superfícies de emergência ao lado das instâncias de delimitação e das grades de especificação. O lugar publicitário, nesse caso, ocupa a função de todos esses elementos formadores do objeto responsabilidade social. É a publicidade que, em grande parte, garante peculiaridades ao aparecimento do objeto, delimita-o e o especifica em seu aparecimento. Primeiramente, seriam as relações entre a vontade de verdade e o lugar institucional em que o objeto aparece a causa primeira de seu próprio surgimento naquele lugar enunciativo, pois, afinal, há saberes de ordens diversas que estimulam a presença do objeto responsabilidade social na instituição midiática. Temos, assim, a superfície de emergência do objeto. Contudo, é também a publicidade que, com seus procedimentos de intervenção, vai delimitar os caracteres que o objeto possui, funcionando como uma instância de delimitação e aplicando certas grades de especificação.

¹² **Revista Veja**. Ed. n^o. 1839. 04 fev 2004. pp.21.

Como vimos no caso das publicidades da Gol e da Bradesco Vida e Previdência, a responsabilidade social é definida como a própria venda do produto. Já outras campanhas publicitárias, como a da Coca-Cola e a da Fundação Bradesco, definem a responsabilidade social como a criação de programas e de projetos específicos para a inclusão social, como o “Projeto Prato Popular” da Coca-Cola¹³ e o “Dia da Ação Voluntária” da Fundação Bradesco¹⁴. Ao noticiar os resultados das ações sociais das empresas, as campanhas publicitárias oferecem credibilidade também aos produtos vendidos por elas. Trata-se de uma estratégia diferente, que permite compreender que o próprio lugar publicitário delimita e especifica o funcionamento do objeto do discurso no nível enunciativo.

Exemplos como aqueles em que a responsabilidade social é vinculada à venda do produto ou como esses em que é a ação social da empresa que demarca sua responsabilidade social podem manifestar as definições desse objeto do discurso segundo suas superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação. Nesse recorte, a publicidade é quem flagra a melhor síntese de um elemento formador do objeto do discurso, mesmo sendo certo que, no caso das propagandas governamentais, a política também afetaria as relações entre estes elementos.

Enfatizamos, de qualquer forma, essa possibilidade de se empreender uma análise dos textos da mídia com uma utilização mais restrita e criteriosa das direções de análise que Foucault desenvolveu para a descrição das formações discursivas. Infelizmente, na estreiteza deste capítulo, pudemos ensaiar somente essa pequena análise da formação do objeto, este que designamos responsabilidade social. Contudo, se levado adian-

¹³ *Revista Veja*. Ed. nº. 1846. 24 mar 2004. pp.43-44.

¹⁴ *Revista Veja*. Ed. nº. 1846. 24 mar 2004. pp.07-07.

te, o método ainda permite mostrar a formação das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias, tornando completa, na medida do possível, a descrição de uma formação discursiva.

Considerações finais

Algumas reflexões sobre o método arqueológico de Michel Foucault foram pretendidas por este texto. Elas dizem respeito, principalmente, à aplicação desse método a domínios não explorados por Foucault. Antes de colocar qualquer restrição ao uso do método para esses novos domínios, mesmo porque já é grande o número de historiadores e analistas do discurso que, dentro e fora do Brasil, tem provado que essa aplicação é válida e necessária, nosso desejo foi o de mostrar o quão possível é esse emprego do método arqueológico à análise de discursos da mídia.

Nesse breve percurso realizado, empenhamo-nos em traçar uma explanação detalhada, mas não profunda, do conceito de formação discursiva do modo como é tratado por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (2008b); na sequência, problematizamos o uso desse conceito para a análise de textos da mídia, já que se trataria, em suma, de um domínio para o qual o método e o conceito não foram elaborados. É nessa problematização que pudemos abordar algumas peculiaridades dos conceitos de discurso e prática discursiva e também esboçar rapidamente uma distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas. Atentamos, então, para o fato de que a análise de discursos da mídia daria preferência a domínios não discursivos e, por isso, haveria certa dificuldade na aplicação do método, o que exigiria a abertura de algumas ressalvas e adaptações em relação ao seu emprego. Finalmente, ensejamos um sucinto exercício de análise que procurou demonstrar essa possibilidade de se lançar um olhar arqueológico sobre textos publicitários da mí-

dia impressa e, nesses textos, aplicar as categorias e direções de descrição das regras de formação do modo como foram organizadas por Foucault. Dada a curta dimensão de nosso texto, pudemos apenas verificar a validade do conceito de enunciado reitor para a organização de *corpora* e o funcionamento dos elementos formadores dos objetos do discurso.

O que este capítulo procura deixar de tarefa para os analistas de discurso que se debruçam sobre a arqueologia de Michel Foucault é a tentativa de desmontar os conceitos arqueológicos que, em seu conjunto, designam a montagem das formações discursivas e fazê-los trabalhar na descrição e na análise das regras de formação dos enunciados da mídia. Descrever a formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias e tornar operantes, para a análise de objetos midiáticos, todos os elementos formadores que Foucault propõe é uma empreitada que ainda exige muitas reflexões em torno da obra desse filósofo.

Foucault previu, durante toda *A Arqueologia*, a análise de feixes de relações que certamente instariam o arqueólogo a domínios não discursivos. As diversas materialidades que interessem à Análise de Discurso não são, portanto, tão divergentes daquelas às quais Foucault se deteve. Contudo, os objetivos daquele campo teórico diferem dos de Foucault, já que as pesquisas trabalham a partir de e a favor de uma teoria de interpretação. Nesse sentido, nosso desafio é o de provar que mesmo as ramificações mais delicadas que constituem o método arqueológico podem ser aproveitadas pela Análise de Discurso, pois, por mais diversas que sejam as materialidades analisadas, há sempre uma diversidade de relações ainda maior que poderá ser recortada como objeto pelo analista.

Referências

BARONAS, R. L. (Org.) *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

COURTINE, J-J. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

COURTINE, J-J. Discurso, história e arqueologia (Entrevista concedida a Cleudemar Alves Fernandes). In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. *A (Des)Ordem do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. pp.17-30.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Heterotopia e subjetividade nos “Becos de Goiás”. In: NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e Métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.279-286.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

_____. *História da Loucura: na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008c.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Trad. Roberto Machado. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d.

GREGOLIN, M. R. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: _____. e BARONAS, R. (Org.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Claraluz, 2001, p.60-78.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p.95-110.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

_____. AD: descrever – interpretar acontecimento cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p.19-34.

HALL, S. *The Work of Representation*. In: _____. (Org.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Publications, 1997. pp.13-74.

NAVARRO, P. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p.67-92.

_____. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, I, (Org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. Maringá: Eduem, 2008, p.59-74.

POSSENTI, S. *Sobre dois conceitos de Foucault*. In: _____. *Questões para Análises do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. pp.168-179.

SARGENTINI, V. A descontinuidade na História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004, p.77-96.

FRONTEIRAS DO SOCIAL NA ICONOGRAFIA PORTINARIANA: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DO CORPO NEGRO FEMININO EM (CON)TRADIÇÕES

Ismara Eliane Vidal de Souza TASSO (UEM)
Jefferson Gustavo dos Santos CAMPOS (UEM)

[...] formado por uma série de regimes que o constroem; ele [o corpo] é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. (Michel Foucault, 1993, p.27)

1. Novos objetos e sentidos em (dis)curso

Pelos princípios da arqueologia foucaultiana, não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, muito menos há facilidade para se dizer alguma coisa nova, pois novos objetos não ganham luz pelo simples fato de se “abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência” (FOUCAULT, 1997, p.51). Novos objetos não pré-existem a si mesmos, eles se encontram retidos, por obstáculos, aos primeiros contornos da luz, em espaços de

onde emergem para o campo enunciativo, dada a sua condição própria e singular de existência e de configuração enunciativa.

Desse modo de funcionamento, no campo das formulações, as modalidades enunciativas adquirem *status* e corporificam feixes complexos de relações. Razão de, na materialidade discursiva, o dizer ser habitado pelo já-dito, abrir-se a uma pluralidade de sentidos, e estabelecer, no limite da linguagem, a modalidade para a qual se justifique o aparecimento de determinado enunciado e não de outro em seu lugar; o que implica, por um lado, identificar a lei de coerência enunciativa, e, de outro, definir o campo da não-contradição, para fazer aparecer a contradição, tendo em vista o exercício de seu funcionamento “ao longo do discurso, como princípio de sua historicidade” (FOUCAULT, 1997, p.173).

Assim, situado na ordem do dizível e do interpretável, e mobilizado por processos de significação da iconografia portinariana, o presente capítulo tem por objetivo demonstrar como a contradição é estabelecida nas fronteiras do social e inscrita nas interfaces da visibilidade à invisibilidade do discurso pictórico. Com esse propósito e sob os princípios teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e de seus desdobramentos no Brasil, em diálogo com os Estudos Culturais, Semiótica peirceana, História da Arte e da História do Corpo, servimo-nos da obra de Portinari, intitulada “Mulher e criança” (1936), disponibilizada no ciberespaço, do acervo do *Projeto Portinari*. Assim, o estudo teórico-analítico empreendido, parte do princípio de que o ato de ler pode ser definido

[...] pelo olhar: perspectiva de quem olha, de quem lança um olhar sobre um objeto, sobre um texto, seja ele verbal ou não. Esse olhar pode ser direto, atravessado ou enviesado, conforme o leitor, o espectador, o observador, sua bagagem de vida, o contexto social no qual se insere: momento e espaço (lugar), suas expectativas, que alguns denominam projeto, intenção ou objetivo (CORACINI, 2005, p.19).

À luz das teorias discursivas, a interpretação é da leitura um gesto, “uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido” (FOUCAULT, 1997, p.139), em busca de definir o modo como, nas interfaces e especificidades artísticas e discursivas, a mulher negra brasileira é retratada e representada, a partir do não-lugar marginal que ocupa, mesmo sem reconhecimento institucional, como sujeito constituinte da identidade nacional. Nessa direção e, no campo difuso da arte modernista no qual se encontram deflagradas identidades cindidas pelo marginal profano, as discussões, reflexões e prática analítica desenvolvidas nesta seção não esgotam, certamente, as múltiplas possibilidades de estudos e investigações sobre o modo de inscrição do social em telas de Portinari.

1.1. Discursividades pelo testemunho ocular: regularidades

A idealização da mulher negra como símbolo de sensualidade constitui, na contemporaneidade, um legado da construção da sociedade luso-colonizadora, pois, durante quase todo século XVI, a prática colonialista dos portugueses assentava-se na extensão e fixação de seus domínios e pouco na manutenção de uma “pureza” da nacionalidade lusitana (FREYRE, 1980). Condição de possibilidade de a prática de miscigenação não se caracterizar como um problema para os portugueses, pois, na relação de dominação entre colonizador e escravo, a mulher negra circunscreveu-se a uma rede de significação na qual a sensualidade, o despudor e o desejo constituíram os atributos que a definiram sob o olhar e o imaginário do europeu.

À época do colonialismo nacional, segundo Freyre (1980, 264), o homem de nacionalidade portuguesa, pela escassez de mulheres brancas, para que se mantivessem as práticas sociais de casamento, perpetuação da família e manutenção da moral cristã, mantinha “o contato voluptuoso com a mulher exótica”,

colocando essa mulher negra, por séculos, em regimes de marginalização, já que, tornar seu corpo exótico, sua existência despidorada e sua imagem profana fora motivo para que a condição étnica se constituísse em pano de fundo na criação de um cenário identitário de exclusão. Fator de a cor da pele concorrer para a atualização da memória sobre a mulher negra em vários campos de saber. Segundo Nora (1993, p.09)

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado. A história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Nessa perspectiva, os saberes que determinam a constituição e a manutenção da memória discursiva acerca da mulher negra, inscritos em um determinado campo associado, resultam da operação conjunta do legado do regime patriarcal, da concepção da mulher cristã ocidental – cujos valores são exclusivos à mulher de origem europeia –, e da concepção cultural de que

a mulher dos trópicos – neste caso, em especial, a que descende da África – era marcada como um espécime inacabado, bárbaro e rude, em razão de ser a sua natureza inculta.

Tais apontamentos explicitam modos de representação e de constituição da identidade da mulher negra. Inclui-se, ainda, nesse quadro, o fato de os negros terem sido despatriados e trazidos ao Brasil sob o regime escravocrata. Em solo brasileiro, tornaram-se mercadorias e foram vendidos como animais para o trabalho nas fazendas, casas e garimpos. Por ser esse acontecimento incômodo à história nacional, muitos esforços são envidados para o seu apagamento, dentre os quais o de instituição de políticas de “compensação” de injustiças cometidas no passado. No entanto, todos os dispositivos agenciados para opacizar tais episódios de servidão, que “denigrem” a historiografia brasileira, não destituem a vivacidade da resistência inerente à memória constitutiva das práticas culturais e discursivas existentes sobre a identidade desses sujeitos, pois, a memória discursiva

[...] sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando (ORLANDI, 1999, p.54).

O lugar designado à mulher negra converge, assim, para a constituição de um imaginário de inferioridade sociopolítica, de modo a lhe atribuir o trabalho braçal, as atividades domésticas e o atendimento às fantasias sexuais de seus “senhores” como regime de verdade de sua existência. Daí, as condições de possibilidade de os discursos de marginalização sobre a mulher negra tomarem o corpo como referência e promoverem a manutenção de práticas de exclusão, já que as condições de emergência e de existência enunciativa advêm de práticas socioculturais e históricas degradantes em que a feminilidade negra é estabe-

lecida por relações com o que se encontra na exterioridade do sujeito e, mais especificamente, porque esse algo que lhe é exterior é instituído pelos sentidos do diferente. Tal exterioridade só é estabelecida como o possível do dizer sobre a mulher negra pela memória que a constitui. Como concebida por De Certeau (1999, p.162),

[...] a memória produz num lugar que não lhe é próprio. De uma circunstância estranha recebe as forma e implantação, mesmo que o conteúdo (o pormenor que falta) venha dela. Sua mobilização é indissociável de *uma alteração*. Mais ainda, a sua força de intervenção, a memória a obtém de sua própria capacidade de ser alterada – deslocável, móvel, sem lugar fixo. Traço permanente: ela se forma (e seu “capital”) *nascendo do outro* (uma circunstância) e *perdendo-o* (agora é apenas uma lembrança). [...] Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de *crer* nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita.

Em Portinari, a representação visual da mulher negra é lugar de inscrição dessa memória que atualiza, no plano da invisibilidade, dizeres possíveis e silenciados, opacizados e “esquecidos” no plano da visibilidade. Esses sentidos outros são a possibilidade da contradição instaurada no tenso processo discursivo de constituição identitária. Os procedimentos, arrolados na subjetivação dos sujeitos, são mobilizados por uma memória, cuja condição de existência é obscurecida na materialidade dos enunciados visuais, e significam pelo silêncio, porque são retomados do alhures, dos acontecimentos de que remontam (DE CERTEAU, 1999) e se instauram, sobretudo em materialidades imagéticas, porque estas “[...] permitem estocar depois restituir o saber quase tão bem quanto os acontecimentos [...]” (PÊCHEUX, 1999, p.23), condição para que sejam concebidos como arquivos sociais de memória e, em termos de efeitos do discurso, de identidades.

A identidade, neste caso, é marcada pela diferença, por símbolos, por contrastes e por oposições culturais, sociais e econômicas instauradas nos contornos tênues que tornam distintas as práticas de segregar e unir (WOODWARD, 2000). Por isso, a identidade da mulher negra brasileira tem sua emergência nos conflitos e contradições da história do país.

As identidades geradas nesses discursos são responsáveis pela promoção da diferença. Identidade e diferença, resultantes de processos de ordem simbólica e discursiva, constituem duas entidades dependentes, formuladas por meio da subjetivação e da objetivação dos sujeitos, estabelecem não somente os lugares a serem ocupados por esses sujeitos como também os modos de conduta pelos quais podem (inter)agir socialmente. Nas obras portinarianas, compostas pelos temas “Social” e “Mulheres”, a identidade e a diferença mantêm estreita conexão com relações de poder, isso porque “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder” (HALL 2000, p.81), bem como porque, ao representar esse sujeito, institui-se, nas telas do pintor, um regime de visibilidade sobre o qual nos deteremos na seção posterior, com o intuito de demonstrar o modo como, em determinados contextos, às materialidades significantes, atribuem-se funcionamento e ordem específicos.

2. Regimes de visibilidade do corpo: o (in)tangível em tela

Quer seja pela complexidade inerente à composição, quer seja pelo fato de que a iconografia estabelece um dos vínculos mais antigos entre o homem e o meio simbólico, os estudos e as investigações sobre a imagem plástica figurativa – pintura cujo enfoque da representação visual recai sobre a figura humana, concebendo a materialidade pictórica como prática discursiva (TASSO, 2003) –, têm mobilizado tanto reflexões acerca da cons-

tuição identitária quanto do corpo em suas “duvidosas fronteiras entre individual e social, masculino e feminino, vida e morte, natureza e cultura, natural e artificial, presença e ausência, atualidade e virtualidade” (SANTAELLA, 2006, p.28).

No âmbito dessas questões, desnudar o corpo, desde o Renascimento, corresponde a uma prática de captura dessa materialidade em sua constituição anatômica. Tornado em arte, esse corpo é clivado pelas reminiscências da cena que congrega, do sujeito que (o) constitui e da sensibilidade artística pela qual fora apreendido (MICHAUD, 2008). Se, ao corpo nu, imaculado, representado por formas e volumes, atribui-se a beleza natural; na contemporaneidade, sob procedimentos da biopolítica, da ética e da estética de si e do outro, o corpo despido torna-se emblema e problema, porque se constitui como vazão para o despudor. Torná-lo visível, perceptível instaura uma espécie de contra-ordem e de condição de existência enunciativa para se tatear o terreno instável e ilimitado do corpo imaginado, construído pelo discurso e materializado pela linguagem visual. Sob tais conformações, o social, amalgamado ao político e circunscrito no campo das artes, sela retratos da iconografia marginal e nacional e se torna emergência que, ao interrogar as imagens do corpo, problematiza-as em seu percurso de materialização, em diferentes regimes de visibilidade e de superfícies de inscrição.

Assim, no domínio das imagens, dada a dinâmica instaurada por dispositivos filiados à tecnologia de última geração, ampliaram-se as possibilidades atuais de visualização do corpo e de sua espetacularização. Os meios modernos de reprodução mecânica e, em escala, dos fazeres artísticos dessa natureza, desde a “maquinização da figuração” (DUBOIS, 2004) ao computador – do físico-químico ao eletrônico –, para além de assegurar a qualidade da confecção dessa materialidade imagética virtual, estabelecem a condição de possibilidade de tornar aquilo que era único, algo reproduzido, duplicado, multiplica-

do e, por isso, acessível àqueles que integram a rede mundial de computadores. Contudo, a submissão da imagem a esse modo atual de regime de visibilidade desloca-a de um lugar de exposição único e afixado para um lugar suscetível e potencial de plasmar o corpo pela infografia, em uma espécie de extensão inusitada de lugares físicos, cujos desdobramentos obedecem a uma conformação que a destitui do estado original. O processo de reprodução e de massificação, neste caso, transpõe a imagem original para um estado paradoxal da materialidade significante intangível, da ordem do virtual. Entretanto, se por um lado, proporciona a democratização da obra de arte; de outro, submete o *status* que lhe é próprio ao campo da instabilidade arquitetônica, uma vez que a reprodução de uma obra de arte pictórica pode ser reproduzida e ter, nesse processo, destituído, fragilizado ou abalado o seu caráter de artisticidade, tal como proposto por Benjamin (2000).

Embora engendrar imagens preceda o advento do computador, a fabricação de objetos visuais sob bases tecnológicas institui um regime do olhar deslocado do convencional, uma vez que “a forma orgânica que a sensibilidade humana assume – o meio no qual ela se realiza – não depende apenas da natureza, mas também da história” (BENJAMIN, 2000, p.214). Dessa forma, a experiência atribuída ao contato com uma obra de arte em um museu convencional – (com)tradições – não é a mesma percebida em um museu virtual ou em outro meio digital, já que se instaura, por esse mecanismo e ordem, um jogo no qual se perde o *hic et nunc* da obra de arte e se ganha pela oportunidade de acesso a uma ordem do olhar amalgamada à representação do corpo humano em deslocamento da verdade anatômica que o constituía. Além disso, o museu virtual é um espaço de interação com acervos patrimoniais que lhe confere identidade e memória próprias de uma comunidade nacional, condição à irrupção de uma ordem da estética pictural.

Sob a implicação de diferentes modalidades do olhar, tecnologias de (re)produção e de circulação da imagem plástica figurativa da atualidade instituem regimes específicos de produção de sentidos; emergem práticas de leitura iconográfica; demandam pesquisas e estudos sobre materialidades constituídas no entrecruzamento dos campos que congregam arte, linguagem e política, e que requerem, pelas singularidades que lhe são inerentes abordagens teórico-analítica que abarquem o enunciado visual, compilado pelas instâncias do representacional e do arqueogenealógico – da transparência à opacidade enunciativa, implicadas as articulações com língua, história e memória. Terreno insipiente, quando o espaço não é o das artes, mas o educacional e, sobretudo, quando se busca apreender o discurso em seu funcionamento.

Dadas as especificidades que se impõem à prática de leitura de uma imagem fixa e o modo peculiar pelo qual as práticas discursivas produzem identidades, a produção iconográfica portinariana permite-nos flagrar a constituição social e identitária do país, apreendidas em tela em uma condição material peculiar. O modo como, nas fronteiras do social, o político inscreve-se em discursos iconográficos possibilita serem as imagens concebidas como evidência histórica, uma vez que “elas registram atos de testemunha ocular [...]” que representam “[...] o que, somente o que, uma testemunha ocular poderia ter visto de um ponto específico num dado momento” (BURKE, 2004, p.17-18).

Nessa direção, inclui-se a arte portinariana à qual se delega o *status* de prática sociocultural, política e discursiva, por compor o cabedal de fazeres constitutivos da cultura da nação e por materializar, pela linguagem visual, um composto significativo do qual não se pode eximir o caráter discursivo e de cujos discursos não se podem excluir as opacidades e (con)tradições que se implicam nas condições de possibilidade dessa materialidade significante circunscrever-se a redes de sentido pelas quais a-

preendemos a representação e a subjetivação da mulher negra, na discursividade mesma de sua existência.

3. Fronteiras do social na iconografia portinariana

A porosidade e a ausência de limites nas fronteiras do social, registradas pelo testemunho ocular, bem como a emergência de “[...] movimentos e projetos dedicados a buscar o Brasil, a resgatar, para nós mesmos e, sobretudo para as novas gerações, as criações dos homens e mulheres que construíram a nossa arte e a nossa cultura” caracterizam o acervo das obras dos artistas nacionais, um amplo e importante “*corpus* que define o que é ser brasileiro” (PORTINARI, 2000, p.369). Essas produções pictóricas apresentam técnica peculiar e visão crítica e sensível do sociocultural da época, atributos que conferem ao estilo de Portinari, de acordo com Azevedo (1963), vigor para acentuar a realidade retratada e imortalizada na paisagem social de conteúdo humano do Brasil. Integrante dessa coletânea iconográfica brasileira, a obra portinariana é intensamente marcada, para Azevedo (1963), por uma paixão devotada à temática nacional, marginal e ordinária, que caracterizou seu fazer artístico como inovador e renovador da estética modernista. Tal singularidade sobressai, na atualidade, pelo desvelamento de uma ordem contraventora na qual a sensualidade da mulher negra emerge entre luz e sombra, tornando legível o intangível do corpo disforme, dado pela memória constitutiva da mulher negra do Brasil colonialista. Cria-se, da articulação entre língua, história e memória, as condições para que o social seja apreendido. Marcas estas do auto-retrato do pintor, conforme excerto de uma correspondência destinada a familiares no Brasil, em 1929. Enuncia-se nesse manuscrito, redigido em solo europeu, o tênue limite entre os sujeitos do e no discurso.

[...] apesar de ter sangue de gente de Florença, cidade que Romain Rolland diz: “febril, orgulhosa, onde cada um era livre e cada um era tirano, onde era esplêndido viver e onde a vida era um inferno”, eu me sinto um caipira. Daqui fiquei vendo melhor a minha terra – fiquei vendo Brodósqui como ela é. Aqui não tenho vontade de fazer nada. Vou pintar o Balaim, vou juntar aquela gente com aquela roupa e com aquela cor. Quando comecei a pintar senti que devia fazer a minha gente e cheguei a fazer o Baile na roça. Depois desviaram-me e comecei a tatear e pintar sem nenhuma orientação. (-) *A paisagem onde a gente brincou a primeira vez, e a gente com quem a gente conversou a primeira vez, não sai mais da gente, e eu quando voltar, vou ver se consigo fazer a minha terra.* Eu uso sapatos de verniz, calça larga, colarinho baixo e discuto Wilde, mas no fundo ando vestido como Balaim e não compreendo Wilde. [...] (*apud* MOREIRA, 2001, p.69 – grifo nosso).

Balaim representa o estopim do nacionalismo presente em Portinari. Em terra estrangeira, o pintor é instado pela brasilidade que o constitui e que se materializa nos enunciados das artes plásticas figurativas. Nas telas do artista, roupas e cores da gente de Brodósqui perpetuam a imagem daqueles que representam a matéria-prima fundamental à identidade nacional em construção. O olhar portinariano, sob o regime dos ideais modernistas, desvia-se dos preceitos da arte europeia, estabelece-se pela quebra da formalidade estética, negação do óbvio e tratamento do simples e corriqueiro. Desse modo de enunciar, as obras de Portinari figuram identidades étnicas e socioculturais ainda pouco retratadas. Identidades cujo valor simbólico está exatamente no limiar da matriz social, política e estética que constituem o individual e o coletivo e sob as quais compõem seu ponto de observação dos “Balains” e a partir deles pode demarcar diferenças socioculturais e estéticas com o que é constitutivo da historicidade de uma nação e não o desdobramento do além-mar que modela ideais de conduta de como ser “bem-formado e bem-educado”. Sujeito, lugar e momento determina-

dos e elementos constituintes da composição arte-discursiva e iconográfica portinariana.

Assim, mesmo que o modo como a iconografia portinariana retrata o Brasil, em específico a mulher negra, não consista em “documentário de cor e de forma de uma anomalia que doía, consciente da realidade brasileira”, conforme assevera o crítico Luís Martins, o nacionalismo que emana dessas imagens não é “uma exaltação ufanista da terra e do homem brasileiros, mas uma severa crítica de caráter social, dirigida a uma realidade insatisfatória e insatisfeita” (MARTINS, s/d. *apud* BALBI, 2003, p.50). Especificidades e caracterizações que possibilitam tratar as imagens de Portinari, consagradas à mulher negra, de conformidade com Burke (2004), como testemunho ocular, cujo foco é, sobremaneira, o social e o político, mas também o estético. Como tal, o discurso, materializado na arte pictórica inscreve os sujeitos retratados na marginalidade, por isso, excluídos, os quais compõem a rede dos, no mais das vezes, silenciados.

A conformação artístico-discursiva atribuída às telas de Portinari oferece ao espectador, no plano da visibilidade ou do que é tangível, representações visuais de mulheres da etnia negra, delineadas por formas curvilíneas, com destaque para os membros superiores e inferiores, os quais se apresentam regularmente fortes e agigantados. Regularidade que desconforta o olhar, em razão de os corpos femininos retratarem o disforme e, dessa formalização, estamparem corpos monstruosos – efeito da aparente desarmonia entre volume, proporção, traço, cor, textura e dimensão. De outro modo, na ordem do intangível, é imperativo e denso os sentimentos manifestos pelos personagens que, entre cores e traços carregados, são deles inerentes: força física, luta, resistência, tristeza, ternura, medo, apelo e indiferença. Da dinâmica e mobilidade da linguagem pictórica, um feixe de significações é construído sobre o que se encontra na transparência e na opacidade do texto, pois, “os sentidos

veiculados em uma obra de arte não traduzem o que fora visto ou apreendido pelo artista como informação” e sim o que se revela em forma de temas, conceitos, ideias e identidades (TASSO, 2003, p.28).

Assim, as escolhas referentes aos objetos que vestem e/ou desnudam o corpo representado dão visibilidade aos discursos circunscritos em imagem plástica. Cores, tecidos, texturas e transparências encaminham o olho espectador à recuperação da história dos sujeitos em cena, seja pelo papel cultural atribuído à indumentária em questão, seja pelo funcionamento na mobilização de sentidos oriundos do campo do simbólico, seja, ainda, na atualização, por meio de uma memória interdiscursiva, de um imaginário comum. A representação da mulher cuja sensualidade se apresenta de forma acentuada constitui a denúncia de um sujeito pretensamente desvinculado da moral e dos valores dogmatizados e veiculados pela ideologia cristã e ocidental, daí a constituição de um sujeito inscrito na ordem do profano.

4. Corpos (in)desejáveis: (con)tradições

Na reflexão empreendida, o corpo negro sensual, traçado por Portinari, assume o caráter de materialidade significativa, pois, ao ser colocado em revista a sua constituição visual, elementos como ponto, linha, forma, cor, textura, movimento, dentre outros caracteres, funcionam como uma “cadeia estruturante falha, cuja materialidade específica [...] fica exposta à produção de significações” (LAGAZY, 2008, p.01). Tais especificidades, circunscritas ao pictórico, possibilitam explicitar o modo como o corpo negro é representado e significado nessa materialidade discursiva-visual, a partir de um gesto de leitura no qual a legibilidade estabelece-se pela função enunciativa que toma a matéria corpóreo-biológica como referencial do que é enunciado. Trata-se da articulação da língua(gem) com a história.

Desse modo concebido, o corpo-discurso é constituído por reentrâncias significativas que nos permitem verificar de que modo, em seu funcionamento, ele produz, induz, promove, ilustra ou reitera os sentidos do social. Movimento de clivagem que se institui justamente porque, em sua confluência, ambas as categorias são constitutivas do discurso. Foucault (1996, p.38-45), ao estabelecer os elementos que colocam a irrupção de um discurso em dada ordem, propõe a existência de regras anônimas por meio das quais o discurso se constitui no interior de um sistema doutrinário, restritivo e excludente. No caso da mulher negra em Portinari, essas regras têm como ponto crucial as discursividades que irromperam em acontecimento no decorrer do regime escravocrata. Os discursos sobre o negro no Brasil materializam-se na atualização de uma memória na qual o corpo, ao ser representado, entra na ordem da exclusão, já que, ao corpo cativo, seja subserviente ou rebelde, impingiram-lhe o perigo social, que pende para “*o erotismo, a vagabundagem e o crime [...]*” (LOBO, 2008, p.143 – grifo nosso). Essa discursividade, que irrompe como acontecimento em um momento da história da brasilidade passa a circular como vontade de verdade, promovendo e fazendo circular um saber-poder (FOUCAULT, 1993) silencioso, mas eficaz, que institui uma matriz dos saberes sobre o negro brasileiro e cria uma rede de memória atualizada a cada (re)aparição desse enunciado em dispersão. Assim compreendidos, a vagabundagem, o erotismo e a criminalidade são formas de existir constituídas fora da normalidade, especificamente, constituintes da ordem do profano, par opositivo da ordem do sagrado. Afirma Eliade (1992, p.14-15) que

o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história. Esses modos de ser no Mundo não interessam unicamente à história das religiões ou à sociologia, não constituem apenas o objeto de estudos históricos, sociológicos, etnológicos. Em última instância, os

modos de ser sagrado e profano dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmos e, conseqüentemente, interessam não só ao filósofo mas também a todo investigador desejoso de conhecer as dimensões possíveis da existência humana.

Por isso, ambos, sagrado e profano, instituem duas ordens nas quais os sujeitos podem se inscrever no mundo, considerando os lugares que ocupam nas sociedades modernas. A mulher inscrita na ordem do sagrado torna-se um lugar, um ponto de partida para a organização do que constitui a diferença. Seus atributos reagrupam, na desordem das coisas (i)materiais, os fragmentos que sustentam a sociedade. Os ideais cristãos e industriais convergem-se para a identidade da mulher que edifica seu lar por estabelecer vínculos diretos com o mito maior, sacralizando a existência humana.

O espaço pictórico profano constitui-se, desse modo, na fragmentação das condições de existência humana, diante da perda de referenciais que orientam o homem a se movimentar a partir de necessidades despontadas da conjuntura histórica em que se inscreve. Entretanto, mesmo na experiência com o profano, podem ser criados “lugares sagrados” os quais rompem com a lógica instaurada do profano e instituem experiências sacralizadas, na ordem do privado. Nesse sentido, pode-se considerar o caso da mulher negra como esse lugar, em sua universalidade, profano; e, no domínio do privado, sagrado. Ordem e modo de constituição que conferem ao lugar profano o espaço próprio e natural da mulher negra. Esta que, pela escravidão, tornou-se objeto de desejo e, por seu desapego aos critérios estabelecidos pela lógica cristã à mulher, exótica – natureza diferente e atrativa aos olhos do homem.

Na tela *Mulher e criança* (fig. 1), o corpo negro, figura central da tela de Portinari, exala marcas de sensualidade. Seios, ventre e quadris, representados pela intermitência de (in)visibilidades



Fig. 1 - *Mulher e criança*, de Cândido Portinari, 1936

criança figuram no cenário externo e periférico, numa relação de proximidade, firmada pelo contato físico e de compartilhamento espacial. No gesto da mulher, a mão que toca, afaga e protege o que dela é parte, o seu fruto – extensão da ligação intra-uterina. O ventre, região central do corpo e da cena retratada, ganha destaque pelo foco de luz natural, envolto ao sombreamento afeto às partes que dos feixes luminosos escapam. A distância que os separa é a exata medida do braço estendido da mulher até a cabeça da criança, figurativizada com formas e aparências físicas similares a de um adulto de baixa estatura, é do adulto um simulacro. O agigantamento de braços e mãos, pernas e pés da mulher e da criança, regularidade na representação visual dos sujeitos marginalizados em Portinari, é um atributo de desumaniza-

têm sua constituição curvilínea revelada por um vestido simples que, traçado num jogo entre nuances de tom e de luz, evidencia o que lhe é sublime e o que lhe é profano. Tessitura constitutiva da história e da memória, do cultural e do social que, na fissura da natureza mesma da mulher negra brasileira, inscreve-na no espaço da exclusão, à margem.

No mesmo enquadramento em que figura o feminino marginal está retratada, em primeiro plano, a criança. Mulher e

ção que confere anormalidade aos corpos retratados em razão do efeito proporcionado pelo vigor hiperbólico da cena.

Em plano inferior, o espaço configura a possibilidade de sentidos, dado que reclama o marginal, pois, embora apresente o espaço urbano, constitui a discursividade do preterido pela sociedade citadina. A favela representada é lugar da exclusão, pois dá lugar àqueles cuja possibilidade de viver constitui-se por um modo de estar à margem, daí ser sua existência compreendida como um “ser à margem” (CAMPOS; TASSO, 2010).

O corpo semi-desnudo é apresentado como erótico, visto como exótico e tratado como profano. A mulher negra representada, na contravenção da ordem social, foge à conduta estabelecida como “normal”. O exótico não nega o natural, mas o circunscreve por meio da equivocidade (LAGAZZY, 2008). Pela representação visual, é caracterizado um funcionamento discursivo ordenado pela imbricação do social ao exótico e ao profano. A sensualidade é significada pelo marginal, pois opera com a memória discursiva de que o exótico constitui uma ordem contrária de existência, lugar em que se encontram os sujeitos da diferença. Daí a possibilidade de sensualidade e maternidade instituírem um campo tensão no qual a primeira sobredetermina a segunda conferindo à mulher negra representada uma constituição identitária que circunscreve e (re)toma o marginal, por se acampar nos domínios da diferença e, por esse motivo, no da exclusão.

A sensualidade, assim discursivizada, é ponto de tensão que opõe sagrado e profano, fissura que impede a inclusão da mulher em lugar social reconhecido, e condição à opacidade da representação do corpo negro sensual excluído.

5. Considerações finais

Dentre os matizes de sentidos presentes na obra de Portinari, destaca-se a existência de uma convergência do social na

formulação do fazer-dizer artístico pelo qual irrompe a representação visual e a constituição identitária da mulher negra brasileira. Nas telas do pintor, pelo funcionamento discursivo de sua iconografia, é possível explicitar, por um gesto de leitura, aquilo que está posto nas (in)visibilidades, sobretudo porque os sentidos veiculados pelo discurso imagético

não se oferece[m] à percepção como portador[es] manifesto[s] de seus limites e caracteres. É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão conhecido que se esconda sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que, apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total. O nível enunciativo se esboça em sua proximidade (FOUCAULT, 1997, p.128).

Investigar as telas de Portinari em suas esferas estética e discursiva requer, por esse motivo, dar atenção não só à ambientação e aos modos de ação e representação dos sujeitos, mas à interface dos discursos apreendidos destas esferas os quais estão contidos e recuperados em cada objeto que compõe a obra de arte. Requer, ainda, entender que a prática de leitura das obras de Portinari reclama a pormenorização de cada componente da imagem, uma vez que todos delineiam e mobilizam discursos sobre a mulher negra.

Na tela *Mulher e criança*, de Portinari, o primado da contradição é estabelecido no jogo que segrega sensualidade e maternidade, porque, ao afirmar uma, nega-se a outra impedindo a sua coexistência. Assim, a contradição inscrita em uma prática discursiva determinada, define uma forma de existir marginal, em contradição com uma forma de existir sagrada nas fronteiras do social. Dessa maneira, o discurso silencioso da arte aponta para os caminhos trafegados para a (re)citação, apagamento e atualização dos discursos sobre gênero e etnia que dão forma às singularidades e

subjetividades que constituem as imagens do Brasil e do povo brasileiro, em especial, da mulher negra, na contemporaneidade.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. vol. 4. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. (Biblioteca Básica Brasileira).

BALBI, Marília. *Portinari: o pintor do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Pauliceia).

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.205-240.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos; TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. Matizes de sentidos na iconografia portinariana: a sensualidade como (in)visibilidade do social na representação da mulher negra brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1; COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 4, 2010, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

_____. A mulher negra em Cândido Portinari: as marcas de uma identidade conflitante. In: CONGRESSO DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO, 2, 2008, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008, p.2682-2691.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Concepções de leitura na pós-modernidade. In: CARVALHO, Regina Célia de; LIMA, Paschoal (orgs.). *Leitura: múltiplos olhares*. Campinas/São João da Boa Vista: Mercado das Letras/UNIFEQB, 2005, p.15-44.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução e Eprhain Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUBOIS, Jean Pierre. *Cinema, vídeo, Godard*. Trad. Mateus Araujo Silva. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.31-67.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. 1. ed. São Paulo Martins fontes, 1992. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Mchel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. (Coleção Campo Teórico).

_____. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. Tradução de Marcelo Catan. In: _____. *Microfísica do Poder*. (Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). 17 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993, p.15-37.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio/INL/MEC, 1980. (Edição comemorativa do octagésimo aniversário de Gilberto Freyre).

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.07-72.

LAGAZY, Suzi. *A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes*. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlm/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

LOBO, Lílian Ferreira. *Os infames da história*: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MICHAUD, Yves. Visualizações: o corpo e as artes visuais. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História do corpo*: as mutações do olhar. O século XX. Tradução revisão de Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, 2008, p.541-565.

MOREIRA, Marcos. *Cândido Portinari*. v. 18. Cajamar: Três, 2001. (Coleção A vida dos grandes brasileiros).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: PROJETO HISTÓRIA: *Revista do Programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n. 10, p.07-28, dez. 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p.49-57.

PORTINARI, Cândido. *Mulher e criança*. Disponível em: <www.portinari.org.br/index.htm>. Acesso em: 01 jul. 2009. (Tela digitalizada).

PORTINARI, João Cândido. O projeto Portinari. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 14, n. 38, p.367-400, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. *As múltiplas faces da iconografia na prática de leitura escolar*. 2003. 247 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: perspectiva dos Estudos Culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.07-72.

A POLÍTICA E O POLÍTICO NA LITERATURA DE CORDEL

Fernanda Moraes D'OLIVO

1. Introdução

Neste artigo analiso um dos modos do funcionamento discursivo da política nos folhetos de cordel. Este questionamento foi formulado quando iniciei a pesquisa para a constituição do *corpus* da dissertação de mestrado, intitulada *O social no Cordel: uma análise discursiva*¹. Ao consultar os arquivos de Literatura de Cordel do CEDAE/UNICAMP e da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, encontrei um grande número de folhetos que, já nos títulos, apresentavam a figura política de presidentes, conforme podemos ver abaixo:

- *A chegada de Getúlio Vargas no céu e o seu julgamento;*
- *A volta de Jânio Quadros (A esperança do povo);*

¹ Dissertação de mestrado apresentada na UNICAMP no dia 02/12/2010, desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Suzy Lagazzi e financiada pela FAPESP.

- *Lula, de metalúrgico a presidente: o operário que virou presidente;*
- *A história da Transamazônica e a Vitória do **Presidente Médici**;*
- *O testamento de **Getúlio Vargas**;*
- *A lamentável morte do ex-presidente **Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco**;*
- *A trágica morte do ex-presidente **Marechal Arthur Costa e Silva**;*
- *O governo do **presidente Médici** e os agradecimentos dos trabalhadores do Brasil.*

Na pesquisa, observei que os títulos dos cordéis resumem o que será narrado no folheto, mostrando como as figuras dos presidentes são importantes ao longo da narração.

Após a leitura de um grande número de cordéis cuja temática era a figura de presidentes da república, um primeiro aspecto que me chamou a atenção foram os dizeres que relacionam diretamente os atos políticos aos presidentes, o que se configurou como uma regularidade na significação da política no folheto. Compreender o funcionamento desta regularidade dará visibilidade a uma interessante discursividade política que circula por meio dos versos nordestinos.

Antes do percurso analítico, apresento um breve panorama sobre a Literatura de Cordel, importante para considerarmos as condições de produção em que os folhetos são produzidos, e um resumo do dispositivo teórico analítico em que as análises se sustentam.

2. Breve panorama da Literatura de Cordel

A Literatura de Cordel apresenta mais de 100 anos de história. É um gênero literário considerado como típico do nordeste

brasileiro, pesquisado por diversos estudiosos tanto do Brasil como do exterior.

Abreu (1999), Curran (1991), Houaiss (1979), entre outros, afirmam em seus trabalhos que o cordel vem de uma tradição oral e por meio da sua forma estrutural fixa, com esquemas de rimas e métricas constantes, busca preservar tal tradição.

No que concerne à temática, segundo pesquisadores, esta era e ainda é ampla e variada, geralmente dirigida a um público adulto. Os poetas falavam e ainda falam em seus versos sobre política, religião, histórias fantásticas, contos, lendas, biografias de personalidades, entre outros assuntos. Podemos observar, assim, que a temática do cordel é heterogênea e não segue nenhum padrão, diferentemente da sua estrutura que é fixa.

A estrutura e a variedade temática ainda são preservadas no cordel, porém, nestes 100 anos de existência, houve uma mudança em relação aos autores, ao público e ao local de circulação, importantes para a compreensão das condições de produção dos discursos que circulam nos folhetos nordestinos.

Pesquisas sobre os autores de cordéis nos afirmam que os primeiros poetas eram homens que habitavam o interior do nordeste, trabalhavam como lavradores, carpinteiros, marceneiros, operários de pequenas fábricas e não tiveram uma educação adquirida nos bancos das escolas. A maioria do público, no início, era constituída por pessoas do meio rural nordestino que, assim como os poetas, não tiveram uma educação escolar, sendo muitos-analfabetos. Além desse público, fazendeiros do interior do nordeste também apreciavam os versos produzidos pelos corde-listas (Abreu,1999, Meyer 1988).

Os folhetos circulavam em feiras, festas e mercados de cidades interioranas nordestinas. Esses lugares eram pontos de venda dos cordéis, onde os poetas recitavam as narrativas, possibilitando ao público que era analfabeto o conhecimento do que era dito nos seus versos (MAXADO,1980).

A partir da década de 70, segundo Curran (1991)², houve uma mudança considerável em relação ao público do cordel. Os sertanejos nordestinos, interlocutores tradicionais, ainda apreciavam os versos dos folhetos, mas ocorreu a inserção de um novo público constituído por “*intelectuais, artistas de vários meios de expressão, estudantes de classe média, e turistas com uma curiosidade pelo folclore brasileiro*” (CURRAN, 1991, p.572).

Tal mudança não se deu apenas na constituição dos interlocutores. Conforme pudemos ver em biografias presentes no *site* da *Fundação Casa de Rui Barbosa*, também houve mudanças em relação aos poetas, pois muitos deles frequentaram a escola, e alguns chegaram à universidade, como Franklin Maxado, que se formou em Direito e Jornalismo.

Devido ao processo de migração de nordestinos para o sudeste ou grandes centros urbanos, muitos agora moram nas cidades. Considero importante ressaltar que há aí uma diferença regional significativa na formulação dos dizeres dos cordéis produzidos a partir da década de 70, pois a maioria deles começou a ser produzida no meio urbano. Curran (1991) diz que “*encontrava-se já nos anos 70 e 80 um poeta de cordel mais facilmente na zona norte do Rio de Janeiro ou na Praça da República em São Paulo do que no sertão do nordeste*” (p. 575)³, o que permitiu uma circulação mais ampla do folheto, agora não mais restrita ao nordeste.

Baseando-me em entrevistas e depoimentos dos cordelistas da década de 70 e dos que ainda escrevem nos dias atuais, posso afirmar que eles são também homens atentos à mídia, assistem e leem jornais e revistas e estão cientes dos problemas da vida mo-

² CURRAN, M. J. – A Literatura de Cordel: Antes e Agora – in *Hispania*, Vol. 74, no. 3, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature and Culture, pp. 570-576, 1991.

³ Diversos poetas foram para os grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro devido ao fenômeno da migração, para fugirem das más condições de vida do sertão nordestino.

derna. Esse conhecimento é muitas vezes transformado em versos de cordel, como podemos ver pelos próprios títulos já apresentados no início deste artigo. Getúlio Vargas e a eleição de Lula são assuntos que tiveram grande repercussão na mídia, por exemplo.

A respeito da circulação dos folhetos, constatei na pesquisa que, atualmente, ela não se dá apenas em feiras e festas das cidades interioranas do nordeste brasileiro, como antigamente. Vemos, hoje em dia, os folhetos sendo comercializados em feiras e mercados de grandes centros urbanos, como as capitais nordestinas, e lugares como a Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro ou a Praça da República em São Paulo. A recitação dos versos pelos poetas não tem mais espaço nessas feiras. Hoje, o cordelista tem como *marketing* do seu trabalho apenas o título e a capa, que precisam chamar a atenção do público. Outro meio em que, atualmente, há uma grande circulação de cordéis é a Internet. Arquivos como o da *Fundação Casa de Rui Barbosa* possuem alguns folhetos digitalizados, e também há *sites* em que é possível comprar cordéis, como o da *Academia Brasileira de Literatura de Cordel*. Além disso, vemos a presença dos folhetos nordestinos na TV, como o seriado *Auto da Compadecida*⁴, que depois se tornou filme, e também na escola, que muitas vezes reivindica um papel de preservação da cultura.

3. A Análise de Discurso na compreensão de um dos modos de funcionamento da política nos folhetos

Esta análise discursiva de um dos modos do funcionamento da política nos folhetos se sustenta no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso (AD) de perspectiva materialis-

⁴ O seriado *Auto da Compadecida* foi baseado na obra de Ariano Suassuna que, por sua vez, baseou-se em três cordéis para escrever a peça: *O enterro do cachorro*, *O cavalo que defecava dinheiro* e *O castigo da soberba*.

ta, fundada na década de 60 por Michel Pêcheux. Esta teoria busca compreender a produção dos efeitos de sentido no funcionamento discursivo. Para as análises, mobilizo, principalmente, os conceitos de condições de produção, de memória discursiva e de formação discursiva.

Considerar as condições de produção é fundamental para a compreensão do funcionamento discursivo e para a constituição do *corpus*. Pêcheux (1975) define o conceito de condição de produção como sendo:

ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar no interior das quais se encontra inscrito o sujeito, e a 'situação' no sentido concreto e empírico do termo, quer dizer, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientes colocados em jogo (...) (p.56).

Falar em condições de produção remete às formações imaginárias, que se representam para o sujeito como realidade. Estão presentes nas formações imaginárias os seguintes mecanismos de funcionamento do discurso: *relações de sentido*, nas quais os dizeres se formulam relacionados a outros dizeres já realizados ou imaginados; *mecanismo de antecipação*, pelo qual o sujeito tenta se colocar no lugar do(s) seu(s) interlocutor(es) e, em relação a este(s), antecipar-se quanto ao sentido que seus dizeres produzem; e, finalmente, a *relação de forças*, pela qual podemos observar que o lugar ocupado pelo sujeito ao realizar o seu dizer significará o que é dito. São as projeções resultantes das imagens encontradas nos discursos que permitem a passagem de situações empíricas para as posições do sujeito no discurso (Orlandi, 2002).

Tanto as condições de produção quanto as formações imaginárias permitem ao analista a definição da(s) formação(ões) discursiva(s) estruturantes do discurso, que define(m) o que pode e deve ser dito pelo sujeito e permite(m) ao analista chegar à configuração das formações ideológicas.

Outro conceito muito importante que mobilizo nessas análises é o de memória discursiva (interdiscurso), que incorpora elementos do ‘pré-construído’, definido por Pêcheux (1975), em referência aos trabalhos de P. Henry, como “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (p.99). Ou seja, entendemos o ‘pré-construído’ como sendo os sentidos que sustentam uma determinada discursividade, fazendo parte da instância da memória discursiva.

4. Um modo da política nos cordéis: o social, a política e o político

Início as análises com os seguintes recortes:

Trechos do cordel ‘A história da Transamazônica e vitória do presidente Médici’⁵

(...)

*Porque sou brasileiro
Dou valor ao Brasil
Vamos honrar nossa pátria
Deixando riquezas mil
Como o Presidente Médici
Grande homem varonil*

*Pois o **Presidente Médici**,
Deseja realizar
Os projetos anteriores
Que outros tiveram a criar
Já vem de Castelo Branco
Grande figura exemplar*

(...)

⁵ Cordel escrito por João Carneiro Filho, s.n.d.

*Pois o presidente Médici
Que passa a continuar
Lembrou se do Amazonas
E trata de explorar
Construindo Estradas e cidades
Para o Brasil melhorar*

Trechos do cordel 'A lamentável morte do ex-presidente Machal Humberto de Alencar Castelo Branco'⁶

(...)

*E governou a nação
Conforme o seu ideal
Retirando a nossa pátria
Do imundo lodaçal
Tanto que quando entregou
A presidência, deixou
O Brasil quase normal*

*Demonstrou no seu governo
O seu coração honesto
Se num ato agia sério
Mas noutra era modesto
Ó tinha para consigo
Como maior inimigo
O comunismo funesto*

(...)

Trechos do cordel 'O testamento de Getúlio Vargas'⁷

(...)

O Grande Getúlio Vargas

⁶ Cordel escrito por Erotildes Miranda dos Santos, s.n.d.

⁷ Cordel escrito por Cuíca de Santo Amaro, s.n.d.

Brasileiro cem por cento
Antes de morrer
Cumpriu o seu juramento
Deixando por seus herdeiros
Um riquíssimo testamento.

(...)

Deixo ao povo Brasileiro
Os quais me tinham amizade
Elas!... as Leis Trabalhistas
Para a sua liberdade
Deixo ela para o povo
Antes de ir pra a eternidade.

Deixo a todo trabalhador
Igualdade de condições
Isto é o direito
Que também tem os patrões
E o Ministério do Trabalho
Pra castigar os Tubarões.
(...)

Trechos do cordel 'A volta de Jânio Quadros (a esperança do povo)'⁸

(...)

Vendo que o senhor Jânio
Ia formar um congresso
Contra os ladrões do Brasil
Que lutam contra o progresso
E para cada um dissoluto
Ia lavar o progresso

Ia também processar
Os grandes contrabandistas
Formou a lei ante-truste

⁸ Cordel escrito por Joaquim Batista de Sena, s.n.d.

*Para os grandes vigaristas
Os norte-americanos
Que agem como turistas*

(...)

*decretou para o Brasil
a grande reforma agrária
que entre todas as leis
foi esta a mais necessária
libertar a nossa terra
para a classe proletária*

*decretou também fazer
no Brasil as transações
de indústria e de comércio
ligando todas as noções
com os países do mundo
fazer negociações*

*projetou em poucos tempos
nesta linha em diretriz
pagar aos estrangeiros
todos débitos do país
para que o nosso povo
vivesse em paz e feliz*

(...)

Trechos do cordel 'Lula, de metalúrgico a presidente: o operário que virou presidente'⁹

(...)

*Na prova da consciência
O povo passou no teste
Votou num ex operário
Pernambucano do Agreste*

⁹ Cordel escrito por Pedro Costa, publicado em 2002.

*Vamos esperar que ele acabe
Com a fome no Nordeste*

(...)

*O povo espera de Lula
Reconstruir o país
Fazer a reforma agrária
Como o estatuto diz:
Geração de emprego e renda
Fazer o povo feliz.*

*O povo espera de Lula
Ações boas e virtude
Respeito aos nossos decanos
Estudo pra juventude
Que o dinheiro do SUS
Apareça na saúde.*

(...)

Destaco como um lugar interessante de análise a estruturação sintática sujeito e predicado. No cordel *A história da Transamazônica e Vitória do presidente Médici*, os verbos e expressões verbais ‘*deseja realizar*’, ‘*lembrou*’ e ‘*construindo estradas e cidades*’ têm como sujeito o ex-presidente militar Médici¹⁰. No cordel *A lamentável morte do ex-presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco*, Castelo Branco¹¹ é sujeito de ‘*governou a nação/conforme o seu ideal/retirando a nossa pátria/ do imundo lamaçal, demonstrou no seu governo/ o seu coração honesto*’. Em *O testamento de Getúlio Vargas*, Vargas é sujeito de ‘*deixo ao povo brasileiro as leis trabalhistas*’; ‘*deixo a todo trabalhador/ igualdade de condições*’.

¹⁰ Médici foi um dos presidentes da época do regime militar. Ele governou de 1969 a 1974.

¹¹ Castelo Branco foi o primeiro presidente do regime militar, instaurado pelo golpe de 64.

Em *A volta de Jânio Quadros (a esperança do povo)*, Jânio Quadros¹² é sujeito de *'ia formar um congresso contra os ladrões do Brasil'*; *'ia também processar os grandes contrabandistas'*, *'decretou'*, *'projetou'* e *'formou também a lei anti-truste'*.

No cordel *Lula, de metalúrgico a presidente: o operário que virou presidente*, a relação sujeito/predicado não é observada diretamente como nos folhetos analisados anteriormente. Enunciados como *'Vamos esperar que ele acabe/ com a fome no nordeste'*, *'O povo espera de Lula/ reconstruir o país/ fazer a reforma agrária/ (...)/ fazer o povo feliz'*, *'O povo espera de Lula/ ações boas e virtudes/ respeito aos nossos decanos/ estudo pra juventude/ que o dinheiro do SUS apareça na saúde'* são constituídos por orações reduzidas de infinitivo, nas quais Lula é o sujeitos das ações, conforme pudemos compreender por meio das seguintes paráfrases: **'O povo espera que Lula acabe com a fome no nordeste'**, **'O povo espera que Lula reconstrua o país'**, **'O povo espera que Lula faça a reforma agrária'**, **'O povo espera que Lula faça o povo feliz'**, **'O povo espera que Lula respeite os nossos decanos, que dê estudos para a juventude e que faça aparecer o dinheiro do SUS na saúde'**. As partes destacadas dão visibilidade à posição sintática de sujeito ocupada pelo nome Lula, ou seja, o ex-presidente será aquele que reconstruirá o país, que fará a reforma agrária, que dará educação para a juventude, entre outras ações políticas importantes para o país. Por meio das paráfrases é possível observar que Lula é o sujeito das orações subordinadas, sendo *'o povo'* o sujeito das orações principais – *'O povo espera'*. Fica visível que o povo deposita toda a sua esperança nos atos de Lula, na pessoa de Lula, e não na política partidária.

¹² ¹² Jânio Quadros foi eleito e assumiu a presidência da república em janeiro de 1961 e renunciou ao cargo em agosto de 1961, alegando que forças ocultas o obrigaram. Jânio foi eleito com 5, 6 milhões de votos, ou seja, a maior votação obtida, até então, no Brasil.

As construções analisadas acima mostram que não se fala, dessa forma, da política e dos atos políticos por meio de um discurso que inclua todo o governo, mas se fala a partir de uma figura, de uma pessoa, que nesses casos é sempre o presidente. Há, assim, uma quebra na relação entre partido, governo e pessoa política, em que as decisões políticas são remetidas a apenas uma pessoa, o presidente. Essa maneira de retratar a política permite compreender que não é da política como parte das relações sociais que se fala nos folhetos, mas sim sobre as figuras públicas desses presidentes, o que se configura como uma personificação da política. É relevante dizer aqui que essa personificação não aparece apenas nos cordéis. Ela é um modo de formulação coerente com o modo pelo qual o regime presidencialista sempre funcionou no Brasil, em que há uma especificação de iniciativas individuais em detrimento de programas partidários, como é possível ver em dizeres que circulam pela sociedade sobre os políticos: *Lula criou o programa bolsa família, Fernando Henrique Cardoso criou o plano real*. Nesse sentido, o cordel retoma esse modo personificado de falar, silenciando as relações sociais e produzindo o apagamento do político, entendido como o espaço das diferentes relações de força e sentido que estruturam nossa sociedade (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998).

Nesse processo de personificação, há certas especificidades interessantes a serem ressaltadas. Observemos um recorte do folheto '*O governo do presidente Médici e os agradecimentos dos trabalhadores do Brasil*'¹³:

*Senhores prestem atenção
Que agora vou falar
No homem que Deus mandou
Para o Brasil governar
E proteger a pobreza*

¹³ Cordel publicado por Minelvino Francisco Silva, s.n.d.

*Fazendo toda defesa
De fazer admirar*

***Emílio Garrastazu
É o nosso presidente
Que veio mandado por Deus
Pra lutar de frente a frente
Trazendo a paz ao Brasil
Pra militar e civil
E toda classe de gente***

*O seu governo todinho
Foi um governo de paz
Não teve revolução
Foi calmo de mais a mais
**Lutou ao lado dos pobres
E não desprezou os nobres
Como um homem santo faz***

(...)

*E o presidente Médici
Que lutou de dia a dia
Ao lado do povo humilde
Todos lhe tem simpatia
Conforme diz Erotildes:
Pelos gostos dos humildes
Ele de lá não saía*

***senhor presidente Médici
aceite o muito agradecido
do trabalhador rural
por estar sempre ao seu lado
não fosse vossa excelência
com a vossa consciência
era o pobre abandonado***

***senhor presidente Médici
aceite o agradecimento
dos velhos aposentados***

*tirados do sofrimento
se não fosse vossa ajuda
seria um Deus nos acudir
o maior padecimento*

senhor presidente Médici
*vem também agradecer
as empregadas domésticas
que vieste socorrer
com a aposentadoria
pois isto bem merecia
salvando seu padecer.*

Senhor Presidente Médici
Toda pobreza em geral
Agradece o benefício
*Em nossa terra natal
Baixando a carne do gado
Que estava como um machado
Abatendo o pessoal*

(...)

Os atos políticos do presidente são nomeados como ‘*caridade*’. Como a atitude parte de Médici, segundo os dizeres do cordel, é possível caracterizá-lo como sendo uma pessoa caridosa, o que apaga o fato de que suas ações deveriam ser encaradas como ações do Estado. Essa caracterização, portanto, nega a obrigação do governo de assistir a população, pois significa o ato do presidente como uma ação filantrópica. Além de caracterizar a atitude de Médici como *caridosa*, dizeres como ‘*o muito agradecido*’; ‘*o agradecimento*’; ‘*agradecer*’ repetidos nesses versos reafirmam a negação da obrigatoriedade do Estado em conceder os benefícios para a população. O funcionamento da personificação na política por um efeito de filantropia, neste caso, silencia a voz do Estado ao apagar as suas obrigações e remetê-las diretamente a Médici.

Trata-se, portanto, ao analisar a personificação na política, de compreender diferentes modos pelos quais a voz do Estado fica silenciada e o político apagado no social. Reitera-se a responsabilização pessoal e a individualização no social.

Já nos folhetos cuja temática é a corrupção, compreendo outra especificidade do funcionamento da personificação. Vejamos os seguintes recortes:

Trechos do cordel 'O dia em que PC Farias infernizou o inferno'¹⁴

(...)

*E o Cão disse: "Tá certo!
Levem embora esse sujeito
Mas mandem de volta a Terra"
Ele aqui, eu não aceito
Só vindo lá de Brasília
Pra ser ladrão desse jeito".*

(...)

Trechos do cordel 'A palavra mensalão'¹⁵

(...)

*Pegaram o termo mensal
Juntaram ao "ão" de ladrão
E foi aí que nasceu
A palavra mensalão
e chegou para ficar
hoje, onde ele está
indica corrupção.*

¹⁴ Cordel escrito por Vicente Campos Filho, publicado no ano de 2006.

¹⁵ Cordel escrito por Vicente Campos Filho no ano de 2005 em João Pessoa.

(...)

Mensalão tem oito letras
Tem “M” de **malfeitores**
E a segunda letra é “E”
Da palavra enganadores
Tem o “N” de **nojentos**
“S” de **sanguinolentos**
Feito bichos predadores

(...)

Trecho do cordel ‘ABC dos Tubarões’¹⁶

*Comparo nosso Brasil
Com um verdadeiro mar
E a pobreza à sardinha
Que vive sempre a nadar,
Sem ter alimentações
E os grandes Tubarões
Querendo nos devorar.*

(...)

*Fiquemos todos atentos
Prestando toda a atenção
Pra escolher um candidato
Agora nessa eleição,
Pra dar um voto seguro
Pra não votar no escuro
Pra qualquer Tubarão.*

(...)

A relação estabelecida no primeiro cordel entre P.C. Fari-
as, ladrão e Brasília - lugar em que está grande parte dos
políticos - permite observar que ladrão e político são com-
preendidos de uma mesma maneira, não só porque dizem

¹⁶ Cordel escrito por Minelvino Francisco Silva, s.n.d.

respeito a uma mesma pessoa, mas também porque definir político como ladrão é um discurso já estabilizado na sociedade, pelo que nos é mostrado pela mídia: inúmeros escândalos de corrupção, casos de caixa dois, etc. Posso dizer, assim, que há a formulação da estereotipia por meio das características e dos atos de um sujeito específico, estereótipo este sustentado pelo pré-construído social do político brasileiro. Pela força do funcionamento da memória discursiva, todos os políticos ficam relacionados como corruptos e ladrões.

Nos cordéis *A palavra mensalão* e *ABC dos Tubarões* não temos a remissão a políticos específicos, como no caso de P.C. Farias, porém o estereótipo é formulado, no primeiro folheto, por meio da explicação da palavra *mensalão*. Tal palavra, segundo os dizeres do cordel, é formada por dois termos: *mensal* + *ão*, sendo o 'ão' parte da palavra ladrão, que remete à significação do político como ladrão, reafirmando, assim, o estereótipo de político, reforçado, nesse folheto, por enunciados como *malfeitores, nojento e sanguinolento*.

Já no segundo cordel, o estereótipo do político é formulado pela relação entre político e tubarão, que tem a mesma relação de sentido que há entre político e ladrão. Podemos considerar tubarão como paráfrase de ladrão:

Político → Tubarão → Ladrão

Os sentidos dessas duas palavras, na formação discursiva em que elas se inscrevem, se produzem proximamente como usurpador e poderoso. Compreendemos, assim, que o modo como a política é apresentada por meio da estereotipia é um desdobramento no foco da figura do político. O estereótipo do político no cordel é formulado através de um discurso de deboche produzido pelas relações entre político e ladrão, político e tubarão, político e nojento, político e sanguinolento, que escancaram a crítica aos nossos políticos.

O deboche e o estereótipo, apesar de produzirem um discurso de crítica às figuras políticas retomando uma memória sobre a política no Brasil, funcionam como um modo de personificação, sem se centrarem no processo político, apagando também uma voz de crítica ao governo.

5. Considerações finais

O percurso analítico realizado neste trabalho mostrou diferentes modos de formulação da personificação na política brasileira. Como pudemos compreender, a personificação funciona pelo apagamento do político, das críticas e polêmicas referentes ao Estado, das relações políticas e pelo silenciamento da voz do governo, ao relacionar os atos políticos às figuras dos presidentes. Essa configuração da personificação nos cordéis é, também, uma retomada de uma memória de dizeres que endossam, entre outros, um certo discurso presidencialista no Brasil, que relaciona as obrigações do Estado, os assuntos políticos diretamente à pessoa do presidente. Portanto, a personificação é uma marca que, no funcionamento do discurso político, produz determinada imagem de um candidato, podendo configurar um argumento significativo para sua eleição ou para o comprometimento desta, dependendo de como essa imagem é relacionada com os atos realizados ao longo de sua atuação.

Referências

ABREU, M. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Editora Mercado das Letras, 1999.

CURRAN, M. J. "A Literatura de Cordel: Antes e Agora". In: *Hispania*, Vol. 74, no. 3, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature and Culture, pp. 570-576, 1991.

- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Editora Pontes, 1988.
- _____. RODRIGUES, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 1998.
- LONDRES, Maria José Fialo. *Cordel: do encantamento às histórias de luta*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1983.
- MAXADO, Franklin. *O que é literatura de cordel*. Rio de Janeiro: Editora Codrecri, 1980.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- _____. *Discurso e Leitura*. Campinas: Ed. Unicamp. São Paulo: Editora. Cortez, 1988.
- _____. *Análise de discurso, princípios e procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1975.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 1990.

POLÊMICA E NEGAÇÃO EM DOIS DISCURSOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL¹

Marcela Franco FOSSEY

Introdução

No Brasil, a educação sexual é alvo de disputas polêmicas: de um lado, o Estado, laico, busca meios de conscientizar a população a respeito de práticas sexuais *saudáveis* e *responsáveis*. Tais políticas ganham corpo em diversos tipos de ações educativas, como a atuação nas escolas com alunos do ensino fundamental e médio, a formação de profissionais de saúde e a elaboração de campanhas voltadas para o público em geral, em especial campanhas de prevenção ao contágio pelo HIV. Tal iniciativa é motor de uma vasta produção textual: são manuais voltados para profissionais da educação e da saúde e uma diversidade de materiais educativos (panfletos, cartazes, apostilas, adesivos, jingles tocados nas rádios, vídeos transmitidos nos canais abertos de televisão) voltados para jovens e adultos, que

¹ As análises e conclusões apresentadas neste trabalho são parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em Fossey (2011).

buscam divulgar o mais amplamente possível conceitos como o de *sexo seguro* e *gravidez planejada*.

No entanto, essas ações não são bem avaliadas por todos os membros da sociedade e, entre os críticos, está a Igreja Católica. Segundo ela, o Estado, com tal proposta de educação sexual, estaria invadindo a privacidade da família, acelerando o desenvolvimento sexual de crianças e adolescentes e, em última instância, incentivando atitudes que mais colaborariam para o alastramento da epidemia de AIDS do que para o seu controle.

Para a Igreja, a abstinência para os não casados e a fidelidade entre os cônjuges são a única forma verdadeira de viver adequadamente a sexualidade. Somente assim, é possível preservar a família, a vida e a dignidade das pessoas e, acima de tudo, só assim as leis divinas e o plano de Deus para a humanidade estarão sendo respeitados.

Sendo assim, para um enunciador católico, a proposta laica de educação sexual será avaliada como secularizada, antinatalista, perigosa, imoral, impositiva, imediatista, unilateral e responsável pela promoção da promiscuidade e do sexo sem responsabilidade. Além disso, estaria preocupada apenas com aspectos fisiológicos e deixaria de fora o aspecto emocional e afetivo da sexualidade humana.

Neste trabalho, o objetivo é analisar como a relação polêmica entre Estado e Igreja se materializa linguisticamente por meio das negações. O corpus de referência é formado por textos coletados nos sites do Vaticano e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (para representar o posicionamento católico)² e do Ministério da Saúde e da Educação (para representar o posicionamento laico).³

² www.saude.gov.br e www.mec.gov.br, respectivamente.

³ www.vatican.va e www.cnbb.org.br, respectivamente.

Nome do texto	Fonte	Ano de publicação	Sigla para citação
<i>Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume 10: "Orientação Sexual-5ª a 8ª séries"</i>	MEC	1997	PL_01
<i>Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais</i>	MS	2006	PL_02
<i>Cartilha "Ser Travesti"</i>	MS	s/d	PL_03
<i>Campanha de carnaval – jingle</i>	MS	2004	PL_04
<i>Campanha de carnaval – folder</i>	MS	2005	PL_05
<i>Campanha de diagnóstico</i>	MS	s/d	PL_06
<i>A quem cabe a educação sexual?</i>	CNBB A. R. Oppermann	2009	PC_01
<i>Albertina Berckenbrock, um sinal dos tempos</i>	CNBB A. R. Oppermann	2007	PC_02
<i>O Encontro Mundial das Famílias</i>	CNBB O. Brandes	2009	PC_03
<i>Reduzir o custo dos anticoncepcionais basta?</i>	CNBB O. Brandes	s/d	PC_04
<i>Programa de Distribuição de Preservativos</i>	CNBB R. L. Cifuentes	2003	PC_05
<i>Reflexão em torno da AIDS</i>	CNBB R. L. Cifuentes	s/d	PC_06
<i>Family values versus safe sex</i>	Vaticano A. L. Trujillo	2003	PC_07
<i>Sexualidade humana, verdade e significado: Orientações educativas em família</i>	Vaticano A. L. Trujillo	1995	PC_08

Tabela 1: lista dos textos que compõem o corpus de referência das análises.

As negações presentes nestes materiais foram analisadas como indício da polêmica que pauta o relacionamento entre os dois posicionamentos em questão (laico e católico). Para tanto,

assumo a noção de polêmica a partir de uma perspectiva discursiva, tal como proposta por Maingueneau (1984), que analisa o fenômeno em termos de uma semântica global, noção que se constrói, basicamente, a partir da refutação da ideia de que o discurso se organiza em camadas ou de que seu sentido estaria condensado em um lugar específico. Ao invés disso, o autor propõe um esquema em que todos os elementos que constituem um discurso – estruturas sintáticas, léxico, temas, ethos, modos de referência internos, modos de circulação, enunciadores autorizados, autores citados, gêneros privilegiados – emergem simultaneamente, de acordo com uma grade semântica única. Neste contexto, o discurso, em todas as suas dimensões, é globalmente e simultaneamente causa e efeito de um sistema de restrições semânticas.

Esta grade semântica estabelece, também, as regras de *interincompreensão generalizada* que existe entre dois posicionamentos em disputa em um dado espaço discursivo. Em outras palavras, o sistema de restrições semânticas não estabelece apenas o que pode e deve ser dito e como tais enunciados devem ser materializados e postos em circulação pelos sujeitos que aderem a um dado posicionamento, mas também seu modo de coexistência com outros posicionamentos do campo e do espaço do qual fazem parte. Segundo tal proposta, um discurso só pode ver aquele com o qual polemiza através de sua própria grade semântica, o que faz com que o Outro da polêmica nunca seja visto tal como ele é, mas sempre e inevitavelmente sob a forma de um simulacro. Esta grade semântica funciona, neste sentido, como um filtro através do qual o Mesmo vê o Outro.

Assim, dado que a proposta deste autor vai ao encontro de movimentos teóricos que entendem a relação com o Outro como constitutiva do Mesmo, a relação polêmica, desta perspectiva teórica, não é concebida como contingente, exterior a um sentido primeiro e pacífico. Não haveria um sentido autônomo

que seria *a posteriori* colocado em relação com um adversário que, por sua vez, possuiria também sua autonomia e, fora desta relação conflituosa, seria essencialmente pacífico. Longe disso, o que tal proposta supõe é que mesmo aqueles posicionamentos que evitam a todo custo entrar em qualquer tipo de conflito, mesmo aqueles discursos doces e pacifistas, definem sua identidade por meio da negação, ainda que não manifesta linguisticamente, dos outros posicionamentos com os quais ele necessariamente disputa por um espaço legítimo.

Isso significa que o modo de polemizar é constitutivo da identidade discursiva. Assumir tais posições teóricas implica, além disso, assumir que os discursos não se constituem enquanto unidades autônomas, para em seguida estabelecerem conexões com uma *exterioridade* – *mas, eles já nascem inter-relacionados*. Por isso, “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”, o que, em termos de gênese, “significa que [os discursos] não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva, pois, que estruturaria a identidade” (*ibid*, p. 21).

Como já explicitado, a polêmica entre os posicionamentos laico e católico não funciona de modo igual para cada um dos lados da contenda. Uma das características centrais dos enunciados católicos é seu tom explicitamente polêmico. As teses que o Estado divulga em suas campanhas de educação sexual são fortemente reprovadas pelos membros do alto clero da Igreja, e tal reprovação se expressa, nos textos católicos analisados, com bastante veemência, como podemos observar abaixo:

1. **Ameaças, projetos de lei, crises se abatem** sobre a instituição do casamento e da família. Precisamos defender a todo custo o valor e a

centralidade, quer do matrimônio como da família, para a **serenidade dos filhos, a ordem social, a segurança pública e a sociedade equilibrada.** (PC_03)

No entanto, a contrapartida laica é distinta. Em seus textos, a proposta católica nunca é explicitamente desqualificada, mas apenas contradita. Isto é, nos textos laicos, a educação sexual católica nunca chega a ser explicitamente qualificada de ameaça, impositiva ou deformadora de consciência – ou qualquer insulto semelhante. Com as análises que se seguirão, esta diferença radical, reveladora da semântica global de cada um dos discursos envolvidos no conflito, ficará mais clara.

Ducrot e a análise do discurso

Para abordar o funcionamento característico das negações nos enunciados católicos e laicos e descrever traços que caracterizam a maneira como cada um desses dois discursos polemiza com o seu adversário através das negações, recorrerei à teoria polifônica da enunciação, tal como proposta por Ducrot (1984, 1988, 1989), que oferece ferramentas de análise bastante produtivas.

Porém, antes algumas ressalvas são necessárias, uma vez que se trata de uma proposta desenvolvida em um quadro teórico distinto do da análise do discurso francesa (doravante AD), o que traz implicações relevantes, em especial a respeito da noção de sujeito e de sentido. Ducrot propõe uma Semântica enquanto teoria estritamente linguística da significação, e supõe sujeitos que fazem manobras (são, portanto, sujeitos táticos) e expressam seus argumentos por meio das estruturas que a língua oferece. Por sua vez, para a AD, o sentido não é da ordem da língua, mas do discurso, isto é, não resulta apenas das estruturas da língua, mas da sua articulação com a história e com as

ideologias. A posição canônica da AD é a de que os processos discursivos inscrevem-se numa língua, cuja estrutura impõe restrições e serve de base para os discursos. Em outras palavras, a língua é relativamente autônoma, mas os sentidos são engendrados por meio dos discursos. No caso específico de Maingueneau (1984), os sentidos atribuídos a certos significantes – especialmente àqueles que são objeto de disputa, como ocorre com o sintagma “educação sexual”, por exemplo – é indissociável da relação polêmica, ou seja, de relações exteriores ao sistema linguístico. Em relação aos sujeitos, é suficiente dizer que a ideia de que há um sistema de restrições semânticas supõe um sujeito que tem suas margens de manobra restritas às regras que este sistema define. Isto significa que, para falar como um enunciatador católico, por exemplo, é preciso refutar, entre outras coisas, que o uso de preservativos garante a segurança do sexo, e defender que tal segurança só pode ser garantida pela fidelidade conjugal. Assim, os sujeitos falam de acordo com uma *competência discursiva* que delimita o dizível de um dado posicionamento. Disso resulta que o sujeito da AD não é um sujeito livre e tático, mas está submetido às regras do posicionamento ao qual adere. Vale, ainda, ressaltar que este processo de adesão é histórico e tem pouco a ver com uma identificação clara e objetiva com uma ideologia. Em outras palavras, falar como um católico ou como um laico a respeito da sexualidade resulta de um processo de subjetivação muito mais ligado a processos históricos do que uma escolha consciente do sujeito, que adota esta ou aquela perspectiva.

Ainda que haja diferenças cruciais que resultam dos quadros teóricos implicados nas teorias de Ducrot e de Maingueneau, minha hipótese foi que analisar os enunciados negativos produzidos no interior dos posicionamentos laico e católico, com base na teoria polifônica, tal como proposta por Ducrot, seria especialmente produtivo para identificar como cada um

dos enunciadores nega o discurso de seu adversário e constroi dele um simulacro. É certo que o processo de refutação do discurso do Outro não se dá apenas por meio da negação linguística. De fato, toda a competência discursiva do Outro é negada, o que significa que a totalidade do discurso adversário deve ser rejeitada, e não apenas alguns enunciados problemáticos. Esse processo de refutação se materializa na língua de inúmeras formas. Por exemplo, um enunciado como *os pais têm o dever e o direito de serem os primeiros e os principais educadores dos seus filhos* (PC_08) faz ecoar, necessariamente, um enunciado como *A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade...*(PL_02), que, por sua vez, também reflete o enunciado católico. Assim, também por meio de uma afirmação, o discurso do outro é negado. Além disso, os textos são indissociáveis das práticas que cada um dos discursos considera legítima. A definição de uma política pluralista de educação sexual – que está difundida na sociedade por meio de ações nas escolas, nos postos de saúde e na mídia em geral – contrapõe-se àquela que define a educação sexual como algo a ser realizado no interior dos lares, conforme a vontade dos pais. Assim, o discurso como um todo nega, por meio de sua existência, o Outro do espaço discursivo.

As negações ducrotianas

No entanto, as negações linguísticas se revelaram um lugar privilegiado de observação desta negação generalizada e mútua entre os dois discursos. Conforme veremos nas análises a seguir, as negações – analisadas, primeiramente, segundo a metodologia proposta por Ducrot – revelaram características relevantes de ambos os discursos.

O ponto de partida de Ducrot é diferenciação entre *frase* e *enunciado*; enquanto o primeiro termo refere-se a uma estrutura

que resulta de uma abstração teórica da gramática e cujo valor semântico é a *significação*, o enunciado será o termo usado para nomear um segmento de discurso único, que não se repete, isto é, “a manifestação *hic et nunc* de uma frase” e cujo valor semântico é o *sentido*. Isto quer dizer que duas ocorrências de uma mesma frase representam dois enunciados distintos, uma vez que o momento de enunciação não é o mesmo. Neste quadro, os elementos lexicais e sintáticos presentes na frase constituem-se como diretivas para interpretar adequadamente o sentido de um enunciado. Segundo Ducrot (1989: 14), “a frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto”.

Tendo em vista esta distinção, e fortemente inspirado nas análises do fenômeno da polifonia na literatura feitas por Bakhtin, Ducrot define uma série de figuras enunciativas com diferentes status linguístico que oferecem meios de tratar a multiplicidade de vozes que um único enunciado permite ouvir. E será exatamente do confronto destas muitas vozes que resultará o sentido deste enunciado.

Para o autor, o sujeito da enunciação sustenta-se sobre um tripé composto pelas funções de *sujeito empírico* (ou *sujeito falante*), *locutor* e um ou mais *enunciador(es)*. O sujeito empírico é o autor efetivo, o responsável pela produção do enunciado. Para Ducrot, a determinação do sujeito empírico não é um problema pertinente para os linguistas. Na verdade, este é visto como uma questão externa ao enunciado, o que pode ser relevante para sociólogos, por exemplo. O que é um problema especificamente linguístico para este autor é o *sentido* do enunciado, que deriva da frase e seus componentes (isto é, da língua), e não as condições externas de sua produção.

Será necessário ater-se à descrição do locutor e do(s) enunciador(es), figuras internas ao enunciado e que possibilitam

determinar o seu sentido. O locutor é descrito como aquele a quem é atribuída a responsabilidade pela enunciação através de marcas do próprio enunciado. As principais marcas que apontam para a figura do locutor são os dêiticos: será, portanto, o locutor o ponto de referência das marcas de primeira pessoa (verbos e pronomes pessoais) e dos advérbios de tempo e lugar (*aqui, agora, ontem, hoje*, etc.). Segundo Ducrot (1988: 17), “chamo a este autor, inscrito no próprio sentido do enunciado, de locutor”.

E, por fim, a terceira função será a de enunciador. Todo enunciado apresenta diversos pontos de vista e a instância origem destes pontos de vista é a função enunciador – que pode se desdobrar, em um mesmo enunciado, em dois ou mais enunciadores, conforme dois ou mais pontos de vistas são apresentados. Os enunciadores são, assim, não pessoas físicas, mas entidades abstratas, origens de diferentes perspectivas enunciativas que o locutor apresenta em seu enunciado: “Chamo de ‘enunciadores’ esses seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.” (Ducrot, 1984: 192).

Um dos fenômenos linguísticos que Ducrot seleciona para demonstrar o funcionamento de sua teoria polifônica são as negações. Ducrot opõe-se de maneira explícita a uma abordagem semântica que descreve o morfema *não* não como marca de polifonia no enunciado negativo, mas apenas como um signo de negação que nas línguas naturais marca a inversão de uma proposição positiva.

Ducrot falará, então, em *negação polêmica*, em que é possível observar uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se

recusam mutuamente⁴, E_1 e E_2 . Há, portanto, dois pontos de vista em confronto, e o locutor se mostra associado a um deles – em geral, a E_2 . Por exemplo: em um enunciado como *O uso de preservativos não é confiável* (PC_05), temos o seguinte esquema:

Ponto de vista de E_1 [a camisinha é confiável]

Ponto de vista de E_2 [refutação do ponto de vista de E_1 ou não- E_1]

Insisto, novamente, nas ressalvas já feitas. Ducrot afirma que o que é externo ao enunciado não é relevante, e propõe uma metodologia de análise que exclui o sujeito empírico – embora reconheça sua existência (e, inclusive, a impossibilidade de haver enunciado sem que haja um sujeito empírico). Já a AD considera que o exterior linguístico – a história (e não o contexto imediato, é importante ressaltar) – é indissociável dos sentidos que emergem das estruturas linguísticas. Porém, o sujeito empírico que Ducrot exclui do seu escopo de observação **não é** o sujeito da AD. Não são conceitos que se equivalem. Volto a dizer que essa entidade externa ao sistema linguístico, no quadro teórico da AD, é o sujeito do discurso, que enuncia segundo as regras do seu posicionamento discursivo e que, neste mesmo movimento, constitui-se como sujeito de um discurso. Dado este imbricamento entre processo discursivo (que passa pela língua) e subjetivação, falar em entidade exterior à língua para referir ao sujeito do discurso se mostra, também, inadequado. Neste sentido, o sujeito empírico ducrotiano não é também pertinente para a AD, na medida em que o que interessa para essa teoria não são os indivíduos, portadores de um RG, estado civil, etc., mas esses indivíduos em sua relação com as ideologias e com os discursos.

⁴ Nem todas as negações são polêmicas, segundo o autor. Há, também, as negações metalinguísticas e as descritivas. Considerando que para as análises que proponho aqui estas outras categorias são irrelevantes, remeto o leitor ao texto original (Ducrot, 1984: 203-208).

A noção de enunciador precisa também de um ajuste. Se para Ducrot os enunciadores são entidades virtuais que manifestam pontos de vista distintos no interior de um enunciado, nas análises das negações que se seguirão será possível observar que esses “pontos de vista” materializam exatamente o confronto entre os discursos laico e católico. Neste sentido, os enunciadores serão não entidades desprovidas de palavras e que expressam apenas uma atitude, mas exatamente a manifestação do Outro no discurso do Mesmo na forma de um simulacro – aspecto que ficará mais claro com as análises.

Nego, logo existo

No corpus católico, as negações são muito abundantes. No entanto, dois tipos de estrutura mostraram-se especialmente reveladoras do embate discursivo entre os posicionamentos laico e católico e que, por isso, podem ser identificadas com a negação polêmica de Ducrot: (i) [não p, mas q]⁵; (ii) [não p – q] ou [q, não p], em que [p], sistematicamente, representa o simulacro do discurso adversário e [q] aquilo que é reivindicado no interior do posicionamento católico. É importante ressaltar que há outras estruturas negativas ao longo do corpus, mas a seleção destas duas estruturas especificamente justifica-se exatamente por evidenciar as relações interdiscursivas que subjazem ao discurso católico e por materializarem, na superfície discursiva, a contração de duas formas de entender a sexualidade humana.

As análises seguiram o seguinte protocolo: o segmento do excerto que representa a voz da Igreja (o termo (q) da estrutura)

⁵ Ressalto que o “mas” dos exemplos analisados tem valor de refutação, e não um valor estritamente argumentativo. Assim, [não p, mas q] mostra-se como uma “encenação de uma estrutura de diálogo, no interior de um movimento único de refutação, que liga a negação e a retificação” (Maingueneau, 1987:165).

virá *[entre colchetes e em itálico]* e o trecho que corresponde ao simulacro do discurso adversário (o termo (p) da estrutura) virá **{entre chaves e em negrito}**. E, abaixo de cada excerto, apresento um esquema inspirado em Ducrot para o enunciado negativo **{não p}**, em que explícito o ponto de vista expresso por E₁ (o ponto de vista afirmativo, subjacente à negação) e que E₂ refuta por meio da negação.

GRUPO 1: [não p, mas q]:

{A questão não consiste em curar os efeitos,} *[mas as causas.]* **{Não se encontra o remédio nos preservativos, nas pílulas, na esterilização,}** *[mas na mudança de atitude: um verdadeiro trabalho educativo no qual a Família, o Estado e a Igreja têm que envoldar os mais vigorosos esforços.]* (PC_04)

a) E₁: A questão consiste em curar os efeitos.

b) E₁: Encontra-se remédio nos preservativos, nas pílulas e na esterilização.

{Em nome da saúde pública, não basta o uso dos preservativos,} *[mas os cidadãos têm direito à educação para o amor, para os valores, para os limites em matéria de sexualidade, sempre sendo preservada a área da intimidade das pessoas.]* (PC_06)

E₁: Em nome da saúde pública, basta o uso dos preservativos.

GRUPO 2: [não p – q] ou [q, não p]

[O educando deve ser conduzido a crescer como pessoa virtuosa, para a aquisição da aptidão permanente de fazer o bem.] **{E não ser encaminhado à luxúria e à irresponsabilidade.}** (PC_01)

E₁: Os alunos são encaminhados à luxúria e à irresponsabilidade.

{Não basta distribuir preservativos, nem ensinar fisiologia e anatomia sexual.} *[Precisamos de valores, de famílias bem constituídas, de fé e oração, de respeito pela dignidade humana, de limites e sublimação do erotismo.]* (PC_02)

a) E₁: Basta distribuir preservativos e ensinar fisiologia e anatomia sexual.

[A CNBB sente a urgência de um verdadeiro plano de educação afetiva e sexual]. {**A vida sexual não pode ser banalizada.**} (PC_05)

E₁: A vida sexual pode ser banalizada.

{**Não basta só o sexo seguro**}, [é preciso falar de sexo ético.] (PC_06)

E₁: Falar de sexo seguro é suficiente.

Para analisar os excertos acima a partir de uma perspectiva discursiva, é necessário um afastamento de Ducrot, na medida em que, para identificar o sentido destes enunciados, deve-se ir além da língua e recorrer à dimensão interdiscursiva, que articula língua, discurso e história. Assim, pode-se deixar claro como E₁ representa, nestes enunciados, a voz do Outro do espaço discursivo. Mais do que isso, na realidade, estes excertos revelam aspectos importante da grade semântica católica, que comento a seguir:

a) A primeira delas é que este modo de oposição linguística reflete a dualidade característica do discurso católico a respeito da sexualidade, que pelo menos desde a Revolução Industrial, institui-se como uma forma de defender a instituição familiar dos mais diversos perigos que desde então *invadiram* a sociedade. Assim, essa contraposição explícita ao discurso do Outro, que é um traço essencial da discursividade católica, manifesta-se linguisticamente na forma como estes excertos contrapõem, lado a lado, dois pontos de vista antagônicos. Ou seja, discurso católico institui-se para tentar calar o seu Outro do espaço discursivo, processo que adquire materialidade linguística neste enfrentamento “corpo a corpo” entre enunciados rejeitados e enunciados reivindicados. Mas é imprescindível ressaltar que, se a polêmica é constitutiva, para o discurso laico não é menos essencial destituir seu adversário católico da palavra válida no interior do espaço discursivo. O que muda, entretanto, são as

estratégias que a competência discursiva de cada um dos discursos legitima, o que tem consequências diretas para identidade de cada um deles. Neste sentido, vale já comentar que este tipo de estrutura negativa é rara nos textos laicos – e quando aparecem, engendram sentidos bastante distintos, como se verá a seguir (o que, não é demais repetir, sinaliza a diferença entre as grades semântica que subjazem a cada um dos discursos).

b) Em relação à associação de E_1 com o enunciador laico, é preciso retomar a ideia da *interincompreensão regrada*, em que a interpretação do discurso do Outro se dá sempre e inevitavelmente através das categorias do Mesmo (o que faz com que o Mesmo nunca se reconheça no discurso do Outro). Disso resulta que a relação com o Outro só pode ocorrer sob a forma do “simulacro”. Neste sentido, o posicionamento discursivo, “ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado” (Maingueneau, 1984: 39). Assim, aquilo que é atribuído ao Outro coincide com o que o Mesmo deve negar para definir sua identidade. Se concordamos com Maingueneau, deve-se afirmar, portanto, que os enunciados E_1 subjacentes às negações analisadas acima representam não o discurso laico tal como ele é, mas um simulacro deste discurso.

Assim, a negação explícita do Outro é essencial para o estabelecimento daquilo que precisa ser feito em matéria de educação sexual no interior do discurso católico. A proposta de educação sexual laica é vista como uma abordagem reducionista que só distribui preservativos e que, portanto, banaliza a vida sexual, enquanto que a proposta católica abarca a sexualidade humana em seu verdadeiro significado.

Negar afirmando

As estratégias de combate, por assim dizer, do discurso laico são bem diferentes daquelas que resultam do dispositivo de

tradução da semântica católica. O discurso laico, por ser um discurso *justo, plural* e que proporciona *autonomia* aos indivíduos – o que é indissociável das relações intertextuais características deste posicionamento⁶ – incorpora um modo de polemizar menos combativo, mais “civilizado”. O fato de a proposta laica incorporar preceitos associados aos Direitos Humanos e às organizações internacionais (que representam a *Voz das Nações*), basear-se em informações científicas e estar de acordo com a lei, faz com que ela se mostre acima de qualquer polêmica – dada a “evidência” da legitimidade de sua proposta – e “aparentemente” indiferente aos ataques que sofre da Igreja. Digo “aparentemente” porque, se o enunciador laico não ataca com violência o adversário, as análises a seguir mostrarão que a rejeição do discurso católico é uma constante nos textos laicos.

Para as análises que se seguem, retomarei a teoria polifônica da negação de Ducrot, segundo a qual, em um enunciado negativo [não-p], é possível identificar dois pontos de vista em confronto, conforme o esquema abaixo:

⁶ Embora não seja este o foco do presente trabalho, é importante mencionar que a presença sistemática do discurso científico nos materiais laicos, especialmente nas citações é um traço essencial da semântica laica. O diálogo explícito com a ciência (médica/biológica e social) confere um estatuto de verdade a sua proposta de educação sexual. Mas não só o discurso científico desempenha esta função de fiador para proposta laica de educação sexual. O co-enunciador dos textos analisados é a todo momento lembrado de que o que ali é proposto está legalmente embasado e é a implementação de diretrizes elaboradas pelas organizações internacionais, como ONU, OMS, Unesco, etc. Além da legitimidade que tais discursos conferem à proposta laica, vejo também uma função “democratizante”. Isto é, um Estado que leva em conta as descobertas científicas, que cumpre a Lei e que compromete-se, diante da comunidade internacional, a fazer do Brasil um país em que os direitos sexuais e reprodutivos são respeitados – faz com que sua proposta de educação sexual seja a melhor por ser a mais democrática. A proposta laica se apresenta, assim, pela sua configuração enunciativa, não como uma questão partidária, mas como uma questão de seguir a RAZÃO e fazer valer a JUSTIÇA.

[não-p] <i>Ponto de vista E₁: [p]</i> <i>Ponto de vista E₂: [refutação do ponto de vista de E₁]</i>
--

O que a análise revelou foi que estas negações são bastante distintas das negações católicas. Como veremos, os pontos de vista de E₁ não constituem simulacros do discurso católico. O que ocorre é que ora o ponto de vista refutado é uma tese defendida, efetivamente, no interior do posicionamento católico [GRUPO 1 abaixo], ora é uma refutação de um enunciado que os católicos afirmam ser uma tese laica legítima [GRUPO 2 abaixo].

As análises dos enunciados do GRUPO 1 serão feitas da seguinte maneira: para facilitar a visualização, abaixo dos enunciados negativos, apresento o ponto de vista positivo E₁ (o que está sendo refutado por E₂), e, na coluna ao lado, exponho excertos retirados do corpus católico em que o ponto de vista defendido coincide com o E₁ que está sendo refutado:

Enunciados negativos laicos/ E ₁ subjacente	Enunciado católico
<p>As questões referentes à sexualidade não se restringem ao âmbito individual. Pelo contrário, muitas vezes, para compreender comportamentos e valores pessoais é necessário contextualizá-los social e culturalmente. (PL_01)</p> <p><i>E₁: As questões referentes à sexualidade dizem respeito ao indivíduo.</i></p>	<p>o serviço educativo dos pais deve dirigir-se com firmeza para uma cultura sexual que seja verdadeira e plenamente pessoal. (PC_03)</p>
<p>Como escolher o método anticoncepcional? A escolha deve ser livre e informada. [...] Não existe um método melhor que o outro, cada um tem vantagens e desvantagens. Assim como também não existe um método 100% eficaz, todos têm uma probabilidade de falha. (PL_02)</p> <p><i>E₁: Existem métodos anticoncepcionais</i></p>	<p>É louvável um verdadeiro planejamento familiar, sem contrariar a lei natural, servindo-se dos métodos naturais – como o Billings e outros – que têm uma eficácia comprovada igual ou maior do que as pílulas e não acarreta efeitos colaterais. (PC_07)</p> <p>É necessário apresentar uma solução “alternativa” [...] que é 100% efetiva</p>

<i>melhores que outros e existem métodos 100% eficazes.</i>	contra a transmissão sexual dessas doenças [...]: abstinência antes do casamento e fidelidade entre os cônjuges. (PC_07)
Tire o peso da dúvida. Se transou sem camisinha, faça o teste de Aids. Ele é gratuito na rede pública. Casamento não é garantia de proteção. (PL_06) <i>E1: Casamento é garantia de proteção.</i>	Em geral, as culturas sempre distinguiram entre sexo sem responsabilidade e sexo que é protegido pelo casamento, em favor da família. (PC_07)

Tabela 2: Negações laicas.

Os exemplos de enunciados negativos expostos acima refutam teses defendidas no interior do posicionamento católico e enunciados efetivamente proferidos por locutores católicos. Mas, ainda que esses enunciados laicos refutem teses defendidas em enunciados católicos, o “ponto de vista” refutado nunca é explicitamente atribuído à Igreja. Não encontrei, nos textos laicos que compõem o corpus desta pesquisa, ocorrências que definem aquilo que é refutado como sendo algo aceito ou divulgado como positivo pela Igreja Católica. Conforme podemos observar nos exemplos acima, a associação entre E₁ e a Igreja Católica se dá graças a uma memória discursiva que possibilita estabelecer uma correspondência entre aquilo que o discurso laico refuta e aquilo que o discurso católico defende. Disto resulta o tom específico da forma pela qual os textos laicos polemizam: um tom calmo e assertivo característico daqueles que não precisam lutar pela legitimidade de sua palavra.

Vejamos mais um exemplo deste tipo de negação. O texto abaixo é a transcrição da letra de um jingle (gravado nos ritmos axé, samba e frevo) que fez parte da campanha do governo federal de prevenção ao contágio pela AIDS divulgada no carnaval de 2004 (PL_04).

*Pode botar pressão/ que eu aguento. Coloca direitinho/ que eu não arreben-
to. Tô aqui pra proteger/ por mim não passa nada. Neste carnaval/ não
vá me esquecer. Refrão: eu sou a camisinha, meu amor/ pode cair nesta fo-
lia sem pudor/ me use e me abuse, eu sou a camisinha, pode confiar. Para
completar a diversão/ tem que usar direito. Tira o ar todinho/ encosta no su-
jeito. Pega na pontinha e vai desenrolando. Agora é só brincar/ sem se preo-
cupar. Refrão... Locutor⁷: Pela camisinha, não passa nada. Use e confie!
Ministério da Saúde. Brasil, um país de todos.*

Neste texto, a voz do enunciador laico é “assumida” pelo preservativo, que, no papel de locutor (conforme nomenclatura ducrotiana, uma vez que é à camisinha que os dêiticos se referem), conversa com um folião, explica-lhe como deve ser usado (não de qualquer jeito) e pede para não ser esquecido. E garante que é confiável. Em relação aos enunciados negativos, é interessante notar como eles dialogam com uma das acusações prediletas do posicionamento católico, que é, como vimos, a ineficácia da camisinha na prevenção às DST. Assim, os E₁ que subjazem a estes enunciados negativos são do mesmo tipo dos analisados acima, isto é, são enunciados efetivamente compatíveis com a competência católica – e que a competência laica rejeita.

Coloca direitinho/ que eu não arreben-
to.

E₁: A camisinha arreben-
ta.

Tô aqui pra proteger/ por mim não passa nada.

Pela camisinha, não passa nada. Use e confie!

E₁: Pela camisinha passa tudo, inclusive o vírus da Aids.

Neste carnaval/ não vá me esquecer.

E₁: A camisinha deve ser esquecida.

Outro aspecto importante deste jingle é o seu diálogo, especificamente, com o excerto abaixo:

⁷ Aqui, o termo “locutor” refere-se ao profissional da imprensa falada que faz apresentações de programas, lê textos comerciais, etc. – no caso, profere o slogan da campanha de 2004 – e não à figura enunciativa definida por Ducrot.

2. O uso típico de preservativos, na vida real, está longe da perfeição; ao invés disso, ele é frequentemente usado de maneira inconsistente e incorreta. O que não é difícil de entender, já que o uso correto requer uma enorme auto-disciplina (e memória), e que um processo de sete passos sejam meticulosamente seguido. [...] Sem entrar em detalhes, é suficiente dizer que o ato sexual, devido ao seu aspecto instintivo e apaixonado, agravado pela ausência de um mínimo autocontrole, traz consigo os riscos já mencionados durante e depois o uso do preservativo. (PC_07)

A relação *uso correto x eficácia na proteção* dos preservativos é um tema relevante para os dois posicionamentos. No entanto, o enunciador católico dá um peso relativamente grande ao fato de a proteção não ser total se o procedimento não for o correto – o que, segundo este enunciador, é quase impossível de ser executado na vida real, já que é um processo de sete passos que deve ser meticulosamente seguido (o que exigiria memória, autocontrole, etc.). Por sua vez, o enunciador laico não nega a importância do uso correto, que é, inclusive, o tema principal do jingle. Na realidade, o modo de usar os preservativos de maneira a maximizar sua eficácia é frequentemente tematizado nos manuais produzidos pelo Governo Federal, por meio de instruções escritas e ilustradas de como o preservativo deve ser colocado. No entanto, o uso correto nos textos laicos é muito fácil de ser executado – como instrui o jingle: *Para completar a diversão/ tem que usar direito. Tira o ar todinho/ encosta no sujeito. Pega na pontinha e vai desenrolando. Agora é só brincar/ sem se preocupar*. Essa mesma facilidade é expressa nas instruções ilustradas presentes nos panfletos entregues aos foliões e nos manuais analisados em geral. Por exemplo, todos os anos os foliões do carnaval recebem um panfleto ilustrando os passos a serem seguidos para o uso correto do preservativo. No panfleto distribuído no carnaval de 2005 (PL_05), ao lado das ilustrações, lêem-se as seguintes instruções: 1) *Rasgue cuidadosamente a embalagem com a mão e retire a camisinha;*

2) *Desenrole a camisinha até a base do pênis, segurando a ponta para retirar o ar;* 3) *Depois da relação, retire a camisinha do pênis ainda duro, com cuidado para não vazar;* 4) *Use a camisinha uma só vez. Depois de usada, dê um nó e jogue no lixo.* E, ao final, mais uma recomendação: *Observe o prazo de validade na embalagem da camisinha, ele é a sua garantia de segurança.*

Esse “passo a passo” está presente em quase todos os materiais que mencionam o uso dos preservativos. Inclusive, na cartilha destinada às travestis (PL_04), ensina-se, além do uso convencional, como colocar a camisinha no parceiro com a boca: *Aperte a ponta do ar para sair. Prenda a camisinha no céu da boca com a língua. Lembre-se: não morda a camisinha!*

A insistência no uso correto do preservativo nos materiais laicos indica que se trata de algo relevante não apenas para os católicos. Isto é, o enunciado *o uso incorreto da camisinha a deixa insegura* pode ser atribuído tanto a um enunciador católico quando ao laico. Inclusive, no jingle analisado, afirma-se que, quando usada corretamente, a camisinha é segura (*Coloca direitinho que eu não arrebenho; tem que usar direito*) – o que deixa subentendido que quando não colocada conforme as instruções, pode arrebentar, vazar, etc., comprometendo, portanto, sua segurança. No entanto, o que muda consideravelmente é a avaliação deste “fato” por cada um dos enunciadores: se o enunciador católico avalia que o uso incorreto é um problema praticamente insolúvel (como é possível verificar no excerto (2) acima), o enunciador laico aposta em instruções simples, ilustradas, abundantes – e, às vezes, bem-humoradas, como no caso do jingle – para resolver a questão. Na realidade, é algo tão simples que é possível até colocar com a boca, conforme ensina a cartilha destinada a travestis.

Outra diferença é que da perspectiva laica o uso inadequado é o único problema que pode interferir na segurança oferecida pelos preservativos, enquanto que para os católicos, mes-

mo sendo usada e armazenada seguindo todas as instruções, ainda assim ela não será efetivamente segura.

Por fim, mais um enunciado negativo do mesmo tipo dos analisados até agora. A ilustração que acompanhou o slogan e que foi divulgado em cartazes e outdoors na ocasião da campanha era a de duas camisinhas sem uso lado a lado. A da esquerda tinha como fundo a cor azul e possuía duas asinhas de anjo e uma aureola; a da direita tinha como fundo a cor vermelha, dois chifrinhos e um rabo que remete a uma figura diabólica. Abaixo dessa figura, o slogan *Não importa de que lado você está. Use camisinha.*

A rigor, não é o enunciado “Não importa de que lado você está” – já que poderia ser de um lado ou do outro de um rio, por suposição – que dá corpo à polêmica (embora USE CAMISINHA seja, por si só, um ponto polêmico), mas as imagens (anjos e demônios), pois são elas que possibilitam a interpretação “esteja você do lado da Igreja ou do lado dos pecados da carne, use camisinha”.

Além disso, é interessante notar como aquela estrutura negativa identificada nos excertos católicos – [não p, mas q] e [q, não p] – ecoa na imagem que ilustra esta campanha, posição que é, no posicionamento laico, rejeitada. Se lá é preciso “separar o joio do trigo” (os que vivem de acordo com as leis de Deus dos pecadores), aqui se afirma exatamente o contrário: essa divisão não deve existir, já que todos devem usar a camisinha, não importando o lado em que se está. Assim, o que está sendo negado, aqui, é novamente uma tese central do posicionamento católico, aquela em que é *dever* do indivíduo que vive de acordo com os preceitos católicos rejeitar a camisinha.

Mas, como já foi afirmado, estes não são os únicos tipos de enunciados negativos encontrados nos materiais laicos. Ao lado das negações em que um dos pontos de vista pode ser atribuído ao discurso adversário, encontrei várias ocorrências de nega-

ções em que o ponto de vista refutado não pode ser atribuído a nenhum discurso efetivo. Vejamos alguns exemplos abaixo:

Enunciados negativos laicos/ E ₁ subjacente	Enunciados católicos
<p>Não pode haver imposição sobre o uso de métodos anticoncepcionais ou sobre o número de filhos. (PL_02)</p> <p><i>E₁: Deve haver imposição sobre o uso de métodos anticoncepcionais e sobre o número de filhos.</i></p>	<p>Há um paradoxo em que o Estado (que afirma ser neutro) tem a liberdade de ativamente propagar e difundir os anticoncepcionais, enquanto que, caso empreendesse uma campanha educacional baseada no valor (inclusive higiênico) da fidelidade conjugal, seria acusado de ser eclesial! (PC_07)</p>
<p>... o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. (PL_01)</p> <p><i>E₁: A escola substitui e concorre com a família na tarefa de educar os filhos para a sexualidade.</i></p>	<p>a escola, que se tornou disponível a desenvolver programas de educação sexual, fê-lo muitas vezes substituindo-se à família e o mais das vezes com intenções puramente informativas. Às vezes chega-se a uma verdadeira deformação das consciências. (PC_08)</p>
<p>Ressalta-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas também e principalmente aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos dessa sexualidade. (PL_01)</p> <p><i>E₁: É suficiente abordar a sexualidade da criança e do adolescente apenas em seu aspecto biológico.</i></p>	<p>Não é qualquer tinturinha de informação sobre a fisiologia do aparelho sexual, ou as cautelas contra a gravidez indesejada, que pode receber aplausos. Nesta educação aguada não há espaço para os valores da família, nem para a educação da vontade. (PC_01)</p>

Tabela 3: Mais negações laicas

Diferentemente do que ocorre nas negações do primeiro grupo de exemplos analisados, no GRUPO 2 (Tabela 4) os enuncia-

dos E_1 não podem ser atribuídos a um enunciador católico ou a qualquer outro que seja um enunciador legítimo do campo em que circulam discursos de educação sexual. Mas, conforme podemos observar nos enunciados presentes na coluna da direita, os pontos de vista refutados nos enunciados laicos coincidem com o que a Igreja afirma que o Estado faz através de sua proposta de educação sexual – ou seja, coincidem com um simulacro do discurso laico. Inclusive, os dois últimos enunciados católicos são, eles mesmo, negativos e o E_1 subjacente, como vimos na seção anterior, materializa o simulacro do discurso laico nos textos católicos. Porém, o Estado refuta tais pontos de vista, operando, assim, aparentemente, uma estratégia de defesa.

Mas, como vimos, a rejeição do discurso católico não se materializa, no discurso laico, apenas por meio das negações linguísticas. Na verdade, a recusa dos preceitos católicos se dá muito mais por meio da *afirmação do que deve se feito* do que pela *definição do que não pode ser feito* – como outras análises (apresentadas na tese) mostraram. Neste sentido, em relação à expressão da negação nos textos produzidos pelos Ministérios da Saúde e da Educação, é importante tecer duas considerações:

a) não se trata de um recurso tão abundante, se comparado à presença das negações no discurso católico. A esse respeito, o excerto abaixo é representativo da valoração dada ao “não” pelo enunciador católico:

3. Em terceiro lugar vem o valor dos limites. A criança precisa do “não” para discernir o bem e o mal. Dizer “não” é próprio do amor exigente. A firmeza da educação confere segurança e abertura para a convivência. É pela disciplina que a gente se torna discípulo. (PC_08)

b) no interior do posicionamento católico, conforme vimos nas análises da seção anterior, E_1 sistematicamente representava um simulacro do discurso laico. Assim, em geral, por meio da

negação, o enunciador católico constrói uma imagem bastante rebaixada do adversário. Por outro lado, o E₁ dos enunciados negativos laicos ora representa um ponto de vista efetivamente católico, ora representa um ponto de vista que é atribuído, pelo discurso católico (mais ou menos explicitamente), ao discurso laico. O rebaixamento do discurso católico por parte do enunciador laico se dá por meio de outras estratégias, sendo a principal dela comportar-se com uma quase indiferença em relação ao adversário. Mas busquei mostrar, com as análises, que na verdade essa indiferença é impossível, se pensarmos em termos de uma interincompreensão regrada, mecanismo essencial para a formação da identidade de um discurso. Ou seja, a negação da proposta católica, no interior do posicionamento laico, se dá de uma forma muito mais afirmativa.

Comentários finais

A análise das negações presentes neste corpus de pesquisa permitiu observar como os dois posicionamentos atuam na relação polêmica. No caso do enunciador católico, o “inimigo” é frequentemente nomeado e suas práticas, rejeitadas. Assim, tão importante quanto a instrução de seus fiéis a respeito de como deve ser a “sexualidade cristã”, está o combate aberto e, frequentemente, violento, ao modo como a sexualidade humana é entendida pelo Estado.

Mas se a Igreja avalia de forma bastante pejorativa as ações governamentais, por sua vez, o enunciador laico assume um tom que, aparentemente, não é polêmico – isto é, não possuem um tom agressivo, como ocorre com os textos católicos. Mas, dada as relações interdiscursivas implicadas, revelam o embate existente esses dois modos de falar de sexo na atualidade e o modo específico como o Estado interage na relação polêmica: um modo essencialmente afirmativo, que só é negativo na me-

dida em que rejeita, pela suas afirmações, o Outro do posicionamento discursivo. Desta forma, o ataque é mais sutil, exige que o co-enunciador tenha determinados conhecimentos prévios para reconhecer o embate – ou seja um enunciador católico, cuja competência lhe permite não apenas falar como uma católico, mas também rejeitar o discurso de seu Outro no espaço discursivo. Em suma, a polêmica só pode ser reconhecida se levarmos em conta o interdiscurso.

Referências

DUCROT, Oswald. (1984). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. La polifonía en lingüística In: DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1988. p. 15-30.

_____. (1989). Argumentação e “Topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.

FOSSEY, Marcela Franco. *Polêmica sobre sexo saudável: uma abordagem discursiva*. Campinas, 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos* (1984). Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. (1987) *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

DIETA DA SEXUALIDADE: SEXO E VERDADE

Mariana Jafet CESTARI (doutoranda Unicamp - CNPq)
Sírrio POSSENTI (Unicamp / CNPq / FEsTA)

1. A questão

Uma das questões centrais da obra de Michel Foucault é certamente a da verdade: sua historicidade, as condições de acesso a ela, a tendência de sua penetração em todos os domínios. Em sua *A ordem do discurso* (Foucault 1971), a questão está apresentada de forma sucinta e clara: a verdade não é concebida da mesma forma e, sobretudo, não é “atingida” pelos mesmos métodos em todas as épocas e em todos os campos.

A primeira lição de Foucault é relativa a um deslocamento fundamental, que teria ocorrido “entre Hesíodo e Platão”: agora, a verdade não residia mais “no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*” (Foucault 1971: 15). A verdade se “deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: seu sentido e sua forma, seu objeto, sua relação com a referência” (idem, *ibidem*).

A segunda lição fundamental é a colocação em perspectiva da questão da verdade: uma coisa é considerar uma proposição

no interior de um discurso (digamos, uma afirmação sobre o número de fonemas vocálicos de uma língua à luz de uma teoria fonológica de extração gerativista): sua verdade ou sua falsidade pode ser facilmente atestada (nos termos elegantes do autor: “a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta”). Outra coisa é considerar a vontade de verdade que “atravessou tantos séculos”; então se vê desenhado um sistema de exclusão – histórico, institucionalmente constrangedor (p.14).

O autor explicita determinados aspectos – ou efeitos – da vontade de verdade. Por exemplo, é ela que define o domínio dos objetos aos quais se dirige, as formas que põe em jogo, as técnicas sobre as quais se apóia (p. 16). Mas, principalmente (é a questão que motiva este pequeno ensaio), a vontade de verdade “tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (p. 18). Foucault explicita que está pensando, por exemplo, na forma como a literatura teve que buscar apoio no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também (ela que não tem – não teria – compromissos com a verdade). Lembrem-se, por exemplo, os compromissos da literatura com as teses “científicas” sobre o meio e a raça que marcaram o realismo e o naturalismo. Mas Foucault vai além: evoca o caso da economia, antes codificada em preceitos e receitas, ou como moral, e que, desde o século XVI, procura “fundamentar-se, racionalizar-se, justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção” (p. 18). E prossegue, chamando a atenção para como o sistema penal, um conjunto de regras fundamentalmente prescritivas,

procurou seus suportes ou sua justificação (...) a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade” (p. 19).

Considerando esta tese foucaultiana, este trabalho fará a descrição de uma reportagem, destacando nela as passagens nas quais um saber que se apresenta como científico é invocado para justificar certa dieta da sexualidade, com efeitos diversos. Como se verá, a reportagem não se limita a invocar discursos de saber; mas os inclui. E é isto que será destacado. O modesto intuito é o de apresentar um caso em que a tese de Foucault (1971) se confirma: que a verdade tende a invadir discursos que, em princípio, funcionariam segundo outros critérios.

2. O corpus

“Dieta da Sexualidade” foi o título da matéria de capa da edição de 23 de Setembro de 2009 da revista ISTOÉ¹, distribuída em todo Brasil e considerada uma das quatro maiores revistas de publicação semanal do país². O subtítulo dizia: “Os alimentos que despertam o desejo, facilitam o orgasmo e aumentam a fertilidade, segundo médicos e nutricionistas. Conheça esse cardápio do prazer.” No centro da capa, a foto de uma maçã vermelha, coberta de gotículas de água³.

A paráfrase “cardápio do prazer” para “dieta da sexualidade” e os “médicos e nutricionistas” como autoridades que legitimam o enunciado do subtítulo da matéria poderiam sugerir

¹A reportagem está disponível no site da Revista ISTOÉ. http://www.istoe.com.br/revista/indice-de-materias/318_DIETA+DA+SEXUALIDADE

²A revista ISTOÉ é uma publicação da Editora Três, desde 1976. Atualmente, tem tiragem de cerca de 450 mil exemplares por edição, segundo a revista ISTOÉ Dinheiro, edição de 21 de Dezembro de 2005. http://www.terra.com.br/istoedinheiro/432/negocios/grande_acordo.html

³A maçã aparece duas vezes ao longo da matéria “Dieta da Sexualidade” relacionada à tentação, aos impulsos, ao desejo e à sensualidade. Este “símbolo da tentação”, na capa da revista, funciona para o leitor como objeto de desejo de consumo e insere um elemento exterior à discursividade da ciência. Este ponto será retomado mais adiante.

uma relação entre o discurso da arte erótica e o discurso da ciência. A verdade da ciência balizaria o discurso sobre o prazer sexual que, em princípio, não seria um discurso que necessita dois suportes do verdadeiro? Há alguma relação, ou, quem sabe, alguma divisão, entre saber e arte erótica? Quais seriam os apelos à verdade no discurso sobre o sexo?

Considerando algumas teses de “História da Sexualidade – A vontade de saber” (1976), de Foucault, pretendemos analisar a matéria “Dieta da Sexualidade” para explicitar (embora em corpus pouco extenso) a relação estabelecida atualmente entre o discurso sobre o sexo e o discurso da ciência. Em consonância com o autor, adotamos o pressuposto de que o sexo foi historicamente constituído em objeto de verdade e de que existem dois grandes procedimentos, muito diferentes entre si, para produzir a verdade do sexo: a *ars erotica* e a *scientia sexualis*.

Por um lado, sociedades como as da China, Japão, Índia, Roma e nações árabe-muçulmanas dotaram-se da *ars erotica*. “Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência” (p.57). Neste procedimento, o prazer é considerado fora de um critério de utilidade ou de uma lei do permitido e do proibido. Este saber recai sobre a prática sexual com o objetivo de ampliar o prazer e deve ser mantido em segredo, pois perderia sua eficácia caso fosse divulgado, segundo a tradição. Tal segredo é guardado por um mestre e transmitido aos seus discípulos por meio de uma iniciação.

A civilização ocidental, à primeira vista, não possui uma *ars erotica*. Por outro lado, seria a única a praticar uma *scientia sexualis*, calcada em procedimentos para obter a verdade do sexo, por meio, principalmente, da forma de poder-saber da confissão, oposta à arte da iniciação sexual e do segredo dos mestres. É distinta, portanto, a noção de verdade nos procedimentos da *ars erotica* e nos da *scientia sexualis*, esta última um campo de saber pretensamente objetivo.

Os campos de saber constituem-se a partir de projetos de vontade de saber afetados de certas formas pela vontade de poder, e desenvolvem critérios de verdade específicos. Foucault (1971) propõe a tese segundo a qual “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (p.9). A vontade de verdade, apoiada sobre um suporte institucional, funciona como um dos grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, pois tende a exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão e poder de coerção, como acima já se observou.

3. A questão da verdade em relação ao sexo

Antes de comentar a relação entre arte erótica e ciência sexual na matéria “Dieta da Sexualidade” e avançar na reflexão sobre o lugar da vontade de verdade no discurso do sexo, exporemos breve síntese de alguns pontos do livro “A História da sexualidade – A vontade de saber” (Foucault 1976). Em especial, destacaremos os apontamentos de Foucault acerca da *scientia sexualis* e da *ars erotica*.

3.1. *Scientia Sexualis e Ars Erotica*

No primeiro volume da sua História da Sexualidade, “A vontade de saber”, Foucault (1976) expõe suas teses sobre a relação entre sexo e poder. O ponto de partida é o questionamento do que denomina “hipótese repressiva”. Esta tese, amplamente aceita, considera que o sexo foi reprimido (ou mais fortemente reprimido) no Ocidente a partir do século XVII.

O autor expõe três dúvidas sobre a “hipótese repressiva”, que apresentamos de forma resumida: 1) a repressão do sexo seria uma evidência histórica? 2) a mecânica do poder posta em

jogo em uma sociedade como a nossa é de ordem essencialmente repressiva? 3) o discurso que contesta a repressão serve de barreira a um mecanismo de poder ou faz parte da mesma rede histórica que denuncia?

Ao questionar a “hipótese repressiva”, Foucault não estabelece contra-hipóteses simétricas. Ou seja, não afirma que a sexualidade a partir da Idade Moderna foi vivida em regime de liberdade; que o poder em nossa sociedade é mais tolerante e que a crítica à repressão é uma forma de poder mais discreta. O que faz é deslocar a hipótese de proibição do discurso sobre o sexo para as análises de uma economia geral dos discursos sobre o sexo. Este ponto de vista permite a constatação de que as sociedades modernas devotaram-se a falar sobre o sexo, “valorizando-o como o segredo” (p.36) (grifo do autor).

Há alguns séculos, este segredo do sexo ocupou o centro de uma petição de saber e de uma demanda de verdade. Ao longo do século XIX, o sexo pareceu inscrever-se em dois domínios distintos, o da biologia da reprodução, segundo as normas do campo da ciência, e o da medicina do sexo, submetida a regras muito distintas. O primeiro seria uma garantia distante do segundo. Mais do que um desnivelamento nas formas de racionalidade, a biologia da reprodução diria respeito à imensa vontade de saber que sustentou o discurso científico no Ocidente ao passo que a medicina do sexo corresponderia a uma vontade de não-saber. Apesar dos mecanismos próprios do desconhecimento, presentes na medicina do sexo, importa reconhecer no discurso científico sobre o sexo no século XIX uma relação fundamental com a verdade e uma petição essencial de saber. Esta petição de saber em torno do sexo fez com este fosse constituído em objeto de verdade. “O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e de falsidade, que a verdade do sexo tenha se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida” (p.56).

No Ocidente, a confissão foi um procedimento primordial para constituir a *scientia sexualis* em sua busca pela verdade do sexo. Mais do que isso, a confissão da verdade passou a ser central nos procedimentos de individualização pelo poder. “A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como um efeito de um poder que nos coage” (p.59). Ao contrário, dentro de nós residiria a verdade como um segredo escondido que demanda sua revelação. Na ligação entre verdade e sexo está um segredo sempre individual.

O ritual da confissão, por sua vez, supõe a presença ao menos virtual de um parceiro, de uma instância que requer a confissão – uma relação de poder sustenta este ritual em que a enunciação produz modificações em quem enuncia, seja por inocentá-lo, resgatá-lo ou purificá-lo. A instância de dominação está do lado de quem escuta. Esta forma distancia-se daquela que rege a *ars erotica*. Enquanto o discurso na *ars erotica* vem do alto, pela vontade do mestre, que garante sua verdade por sua autoridade radicada na tradição, o essencial no discurso da confissão é a implicação mútua entre aquele que fala e aquilo que fala. “Com essas verdades confessadas estamos muito longe das sábias iniciações ao prazer com sua técnica e com sua mística” (p.62).

No ritual da confissão, não se trata apenas de dizer como foi feito o ato sexual, mas de reconstituir o prazer nele envolvido. Pela primeira vez teria uma sociedade se inclinado a solicitar e a ouvir a própria confidência dos prazeres individuais. Deste modo, formou-se progressivamente um grande arquivo dos prazeres sexuais. Os rituais da confissão nos moldes das regularidades científicas constituíram-se a partir da reinscrição do procedimento da confissão num campo de observações cientificamente aceitáveis; do postulado de uma rede de causalidade a partir de uma conduta sexual; da noção de que o sexo esconde do próprio sujeito um segredo; da necessidade da interpretação

e da decifração da verdade do sexo; da medicalização dos efeitos das patologias do sexo.

Em resumo, a partir do século XIX, nossa sociedade instaurou um dispositivo capaz de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo. Este dispositivo permitiu o aparecimento de “algo como a ‘sexualidade’ enquanto verdade do sexo e de seus prazeres” (p.67). A ‘sexualidade’, correlata da prática discursiva da *scientia sexualis*, deve ser pensada dentro de uma economia dos discursos, das necessidades de seu funcionamento, de suas táticas e dos efeitos de poder que os sustentam e que eles veiculam.

No entanto, é preciso assinalar que a *ars erotica* não desapareceu da sociedade ocidental, nem mesmo se ausentou do movimento de constituição da *scientia sexualis*. Segundo Foucault, seria necessário perguntar se a *scientia sexualis* não funciona como uma *ars erotica*, ao menos em algumas de suas dimensões. A produção de verdade, mesmo nos marcos do saber científico, “talvez tenha multiplicado, intensificado e até criado seus prazeres intrínsecos”, entre eles, “o prazer específico do discurso verdadeiro sobre o prazer” (p.69).

4. Dieta da Sexualidade

Uma primeira leitura de “Dieta da Sexualidade” poderia levar a supor que o prazer sexual é atribuído a funcionamentos fisiológicos do organismo, como a produção de hormônios sexuais, ou seja, que o prazer do sexo e mesmo a *ars erotica* tenham se constituído como objeto de verdade da *scientia sexualis*. Se esta afirmação nos parece verdadeira a partir de nosso pequeno corpus, a partir de Foucault (1976), no entanto, é necessário duvidar deste funcionamento como estanque e único. Afinal, como o autor afirma em suas reflexões sobre saber e poder, “podem existir discursos diferentes e mesmo contraditó-

rios dentro de uma mesma estratégia; podem ao contrário circular sem mudar de forma entre estratégias opostas.” (p.97)

Na matéria em questão, arte erótica e ciência sexual se relacionam de formas diversas. Na maior parte dos casos, a ciência sexual é chamada a legitimar o que se diz há muito tempo sobre a relação entre alimentação e sexo e a arte erótica é invadida por elementos do saber científico. Em uma passagem singular, alguém ligado à arte erótica, um professor de tantra, fala sobre sexo a partir do discurso científico. Ao final, os alimentos propostos pela ciência, somados às recomendações da arte erótica para se criar um clima de paixão, resultam no que seria o cardápio do prazer. Construímos duas tabelas para mostrar que há dois discursos em funcionamento na matéria, o da arte erótica e o da ciência sexual. Destacamos dois momentos em que estes discursos parecem encavalar-se. No que segue, serão destacadas (e brevemente comentadas) as passagens do texto que apresentam argumentos oriundos do saber “científico” sobre aspectos da sexualidade (prazer, fertilidade).

Scientia Sexualis

Profissão	Instituição	Síntese do “dizer sobre sexo/alimento”
Médico, autor de best-sellers como “A idade verdadeira”	Cleveland Clinic (EUA)	O cérebro é o mais erógeno dos órgãos. Alguns nutrientes como o DHA, presentes na alga, são importantes para sua saúde do cérebro. Há também substâncias importantes para a boa irrigação sanguínea dos órgãos sexuais.
Nutricionista e autora do livro “Alimentação e		Zinco, disponível nas ostras e em amêndoas, por exemplo, desempenha papel importan-

Sexo – Realidade e Mitos sobre os Afrodisíacos”		te para despertar o desejo tanto do homem quanto da mulher, pois auxilia na fabricação da testosterona.
	Estudo italiano, publicado na revista científica “The Journal of Sexual Medicine”, da Sociedade Internacional de Medicina Sexual	Consumo de doce, sempre presente nos menus românticos, aumenta os níveis de substâncias cerebrais associadas ao prazer. Experimento com mulheres comprovou aumento do desejo sexual entre as que consumiram chocolate diariamente.
Nutricionista e farmacêutica	Instituto Alpha de Saúde Integral, de São Paulo	Os nutrientes que aparecem com maior relevância para “facilitar o orgasmo” são os que estimulam a fabricação do óxido nítrico, substância que ajuda a relaxar as paredes dos vasos sanguíneos, processo fundamental para que o pênis encha de sangue no momento da relação. Para a mulher, a capsaicina, típica das pimentas, relaxa os músculos da região da vagina, facilitando a penetração do pênis e o orgasmo.
Casal		Recorreu a especialistas para ter filho. As recomendações para tomar vitaminas e incluir no cardápio alimentos ricos nesses nutrientes foram importantes para a gravidez
	Dois estudos feitos nas universidades de Mur-	Associação entre alimentação e fertilidade: baixo consumo de antioxidantes, encontrados

	cia e de Alicante, na Espanha, um deles publicado na revista científica "Fertility and Sterility"	principalmente em frutas, está ligado à queda da capacidade reprodutiva nos homens; carnes muito gordurosas e produtos lácteos reduzem a quantidade de espermatozóides no sêmen e prejudicam sua capacidade de chegar ao óvulo.
Médico	Clínica Huntington, do Rio de Janeiro	Relação entre peso e fertilidade. A falta de gordura prejudica a produção do estrogênio, hormônio sexual feminino, e o excesso de peso altera a sensibilidade das células à insulina e pode interferir na fertilidade. Especialistas em reprodução humana assistida já incluem na conduta de tratamento a questão nutricional.

Ars erotica

Profissão	Instituição	Síntese do "dizer sobre sexo/alimento"
Casal - <i>Personal Sexy Trainer</i> e Assessor comercial		Casal julga que vale tudo para transformar um simples jantar em uma refeição afrodisíaca para não cair na rotina. O visual dos pratos e a beleza dos alimentos remetem à sensualidade.
Professor de yoga		Alimentação é instrumento para aguçar a libido. Frutas vermelhas, por exemplo, estimulam a sexualidade e até a paixão. Prepara alimentos nos encontros com a namorada.

Ginecologista e terapeuta sexual	Centro de Referência e Especialização em Sexologia do Hospital Pérola Byington, em São Paulo	“O sexo é um jogo que precisa de estímulos para ser mais intenso. A comida pode ter essa finalidade” ⁴ : “um jantar a dois com comidas bonitas pode ser entendido como uma espécie de fantasia sexual”.
Psicólogo e terapeuta sexual	Instituto Paulista de Sexualidade	A história ajuda a explicar porque alguns alimentos, como o sal e a genitália de animais, passaram a ser considerados afrodisíacos. A escassez está na origem do mito que atribui qualidades estimulantes à genitália de animais. ⁵ Além disso, são mais protéicos. E, como o sexo precisa de energia, a ideia de se alimentar com essas partes para recuperar as forças e a libido ganhou força especialmente em épocas de falta de alimentos

Paráfrases e sentidos – sexo, razão de tudo

A chamada da capa da ISTOÉ “Dieta da Sexualidade” é reescrita em seu subtítulo como o “cardápio do prazer”. Este sub-

⁴ O discurso da *scientia sexualis* e da *ars erotica* se encontram nestas afirmações. A partir do lugar de ginecologista e terapeuta sexual (legitimado pelo saber científico), os alimentos são tratados como “estímulos” para a “fantasia sexual”, que se torna objeto de verdade da ciência.

⁵ Novamente, elementos de saber da ciência atribuem “qualidades estimulantes” aos alimentos, assinalando os nutrientes neles presentes (no caso as proteínas). A partir de uma instituição que trabalha com a sexualidade, um profissional psicólogo e terapeuta sexual explica o motivo de certos alimentos fortalecem a libido e a necessidade de “energia” para o sexo.

título torna-se o título da matéria no interior da revista. Para facilitar o entendimento da análise feita, segue um quadro com as seqüências discursivas em questão:

<i>Capa de revista</i>	<i>Interior da revista</i>
Dieta da Sexualidade	O cardápio do prazer
Os alimentos que despertam o desejo, facilitam o orgasmo e aumentam a fertilidade, segundo médicos e nutricionistas. Conheça esse cardápio do prazer.	A ciência começa a decifrar como os alimentos podem tornar sua vida sexual mais feliz e até aumentar a fertilidade.

Na capa da revista, o foco do subtítulo são os alimentos com a propriedade de despertar o desejo, facilitar o orgasmo e aumentar a fertilidade. Os conhecedores deste conjunto de alimentos (o cardápio do prazer) são os médicos e nutricionistas. Ao comprar/ler a revista, o leitor também poderá conhecê-lo, como é marcado pelo verbo *conheça*, no modo imperativo.

No interior da revista, o cardápio do prazer não aparece mais como um conjunto de alimentos com propriedades especiais. O foco são as descobertas da ciência sobre *como* os alimentos podem constituir um cardápio do prazer, tornando a vida sexual mais feliz. Ao longo da matéria, a ciência, mais do que sugerir um cardápio, explica a relação entre certas propriedades dos alimentos e transformações no organismo humano que se relacionariam ao desejo, ao prazer na relação sexual e à fertilidade. Neste subtítulo, o que interpela o interlocutor é o pronome *sua*.

Nas duas seqüências, o cardápio do prazer deve ser conhecido e aplicado na vida de cada um dos leitores. Se não há a imagem de um único mestre detentor de um segredo que, caso revelado, perderia seus efeitos, ou ainda a imagem de um grupo seletivo a ser iniciado, tem-se a ciência disposta a dizer o dis-

curso verdadeiro sobre o sexo e sobre o prazer no sexo a um grupo que busca ter uma vida sexual mais feliz.

Uma vida sexual feliz ou, em outra paráfrase, “a atividade sexual satisfatória”, seria, dentro deste discurso em que a ciência desempenha um importante papel, “um dos pilares da boa qualidade de vida”, segundo a Organização Mundial de Saúde. Por ser o sexo uma das bases da boa qualidade de vida, “vale a pena procurar tudo o que possa contribuir para que isso se torne uma realidade cada vez mais acessível a todos”. Interessante notar que o argumento inicial de que a ciência e o cardápio do prazer poderiam levar o leitor a uma vida sexual mais feliz amplia-se para um argumento que legitima a ciência socialmente, pois seus esforços contribuiriam para o acesso de todos à realidade da felicidade no sexo ou da atividade sexual satisfatória. Mais adiante na matéria, atividade sexual satisfatória é relacionada à “saúde sexual e reprodutiva”, o que aproxima o discurso sobre o sexo do discurso médico e indicia a inclusão da fertilidade ao discurso da sexualidade.

A noção de que a qualidade do sexo é um dos pilares da qualidade de vida da população está de acordo com o deslocamento, no Ocidente, do sexo para um campo de racionalidade que o erigiu a chave universal: “O sexo, razão de tudo” (Foucault, 1976, p.76). No discurso da medicina, da pedagogia, do direito, da psiquiatria, da psicanálise, da demografia, entre outros, o sexo é segredo que fala, que diz a verdade sobre si mesmo e sobre quem somos nós.

4.1. Sexo e o discurso da ciência

A relação entre alimentação e sexo, todavia, não é proposta inicialmente pela ciência e remonta uma longa memória e tradição histórica: “A combinação de sexo e alimentos sempre fez parte das fantasias da humanidade” – esta é a primeira frase da

matéria “A dieta de sexualidade”. “Uma fama que atravessou séculos” reescreve “sempre fez parte das fantasias da humanidade”. Estas *fantasias* e *fama* “tidas como folclore por muita gente” começam a ser *estudadas* pela *ciência* com “mais rigor”. A combinação alimentação e sexo, presente nas sensações e prazeres do sexo e ensinada por meio de técnicas e mística, seria objeto de saber da ciência? E quais seriam os portadores e disseminadores da verdade da ciência sobre o sexo?

Para refletir sobre estas questões, recuperamos as pessoas e instituições “chamadas a compor” o discurso sobre a relação entre sexo e alimentação nesta matéria jornalística. Entre estas pessoas e instituições não estão unicamente os médicos e os nutricionistas anunciados na capa da revista. Há em maior número médicos, nutricionistas, terapeutas sexuais e ginecologistas. Também há psicólogos, neurologistas, psiquiatras, um professor de ioga, um professor de tantra, casais (um deles composto por uma *personal sexy trainer*) e uma empresária. Na maioria dos casos, aparecem os nomes dos cientistas ou de outros profissionais que tratam de relação entre alimentação e sexo, o que faz parte do discurso jornalístico. Entretanto, em nenhum dos casos estes nomes parecem organizar o modo de circulação, funcionamento, valorização e apropriação do discurso.

Foucault (1969a) contribui para as reflexões sobre a função autor e os textos científicos. Hoje, os textos que consideramos científicos parecem não pedir uma atribuição. Se na Idade Média eram portadores do valor de verdade apenas na condição de serem assinados com o nome do autor, no século XVII ou no XVIII “começou-se a receber os discursos científicos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável; é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu” (p.49). Os indícios de confiabilidade seriam relativos às técnicas e aos objetos de experimentação utili-

zados num dado momento e num dado laboratório. Em “Dieta da Sexualidade”, os indícios de confiabilidade são as instituições de pesquisa onde foram produzidos os experimentos, as descrições das técnicas científicas empregadas na experimentação e os periódicos científicos de publicação destas pesquisas.

Não obstante um conjunto sistemático garanta a verdade do discurso científico, mais uma vez a partir de Foucault (1969b), sabe-se que a ciência não está isenta de ideologia. Todavia, tampouco se deve buscar na ciência o reflexo de práticas de alguma ideologia ou o uso ideológico que dela se possa fazer. A questão da ideologia proposta à ciência “é a questão de sua existência como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas.” (p.207) Dito de outra maneira, para o autor, qualquer descrição mais precisa da função ideológica que cumpra uma estrutura epistemológica “deverá passar pela análise da formação discursiva que lhe deu lugar e do conjunto dos objetos, conceitos e escolhas teóricas que tiveram de ser elaborados e sistematizados” (p.208)

Para compreender os discursos de verdade sobre o sexo, no lugar de buscar a repressão exercida pelo “Poder”, trata-se de analisar a produção dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder múltiplas. Tal proposição teórico-metodológica, neste trabalho, previne algumas leituras mais rápidas que poderiam nos levar, por exemplo, a associar de forma definitiva o discurso científico sobre o sexo presente na matéria da revista ISTOÉ com um modelo heterossexual e de dominação masculina da sexualidade e, para além dela, da sociedade. Também seria possível associar o discurso científico aos interesses de uma série de serviços disponíveis no mercado para fazer falar e para falar sobre o sexo, como as terapias sexuais ou as clínicas de reprodução assistida.

Mais produtivo, por exemplo, seria explicitar a relação que se tece entre a “dieta da sexualidade” e a “dieta equilibrada”.

Este é o único momento em que *dieta* é associada à perda de peso em toda a matéria. Com o subtítulo “A saúde trouxe sensualidade”, apresenta-se a experiência de uma empresária de 35 anos que, com uma alimentação a base de frutas, verduras e legumes perdeu 7 quilos, passou a se sentir mais bonita, com melhor auto-estima e com mais disposição para tudo, “até para paquerar”. Para ela, não tem faltado candidato a namorado. Uma foto desta mulher de perfil em posição sensual, tomando suco e comendo frutas, completa o quadro. Não são ressaltadas as propriedades dos alimentos, mas a relação entre ter saúde, perder peso, melhorar a auto-estima, sentir-se mais bonita, ter mais disposição para viver, para relacionar-se afetivo-sexualmente e ter pretendentes a namorado. Este discurso que associa magreza, saúde, auto-estima e beleza, comumente dirigido às mulheres, não é nem o discurso da arte erótica nem o discurso da ciência sexual, que se misturam de certa forma na reportagem. Entretanto, convive com esses discursos apesar da dominância do discurso da verdade científica no texto, que em alguma medida também associa saúde, nutrição e satisfação na vida sexual (um médico na reportagem, por exemplo, afirma que “Falar hoje sobre a performance sexual é falar sobre a saúde e nutrição global do corpo”).

Também poderia ser produtivo o questionamento sobre os experimentos científicos que baseiam certas verdades. Em um dos casos, uma pesquisa italiana mediu a relação entre ingestão de chocolate e desejo sexual e comprovou o aumento do desejo sexual em mulheres que ingeriram “uma dose da guloseima no período estudado”. Poder-se-ia perguntar por que esta pesquisa não foi feita com homens, mas vale destacar que a reportagem apresenta o experimento como característica dos procedimentos científicos, sem discutir a natureza dos experimentos e seus pressupostos. Neste caso, é retomada a memória discursiva de que as mulheres em geral gostam de chocolate e muitas vezes consomem a gulo-

seima com culpa por conta das freqüentes dietas para emagrecimento as quais se submetem. Aqui podemos atestar a proposição foucautiana de que podem existir discursos diferentes dentro de uma mesma estratégia: o cardápio do prazer pode incluir a ingestão de chocolates, pois é comprovado cientificamente que os doces aumentam os níveis de substâncias cerebrais associadas ao prazer, ao mesmo tempo em que sugere uma dieta equilibrada, sem excesso de açúcar, para a perda de peso e aumento da auto-estima.

4.2. Sexo, ciência e tradição - Falar sobre o sexo

Em uma das últimas frases da matéria, a expressão “transar com mais apetite” parece destoar de paráfrases como “vida sexual feliz” para expor a relação entre as descobertas científicas acerca dos efeitos da alimentação na sexualidade. Esta expressão poderia ser considerada o resultado da relação entre o discurso de ciência sexual e o discurso da arte erótica que se estabelece ao longo do texto. O discurso da arte erótica se baseia em certas tradições, a crenças apresentadas como folclóricas, à memória e aos sentimentos. Alimentos como a maçã e a romã remetem à sexualidade por serem elementos relevantes de determinados mitos; a história tornou outros alimentos ligados à sensualidade por razões que podem se qualificadas de quase psicológicas (como o efeito de ingerir determinados produtos escassos ou em períodos de escassez).

O discurso da arte erótica se manifesta mais na narrativa de experiências de pessoas que não são ligadas às áreas da ciência – ou não são baseadas em experimentos ou medições. Os enunciadores que estão mais próximas da arte erótica falam sobre experiências com sexo em uma confissão que pode englobar ou não “descobertas” da ciência sobre a relação entre alimentação e sexo, ou seja, de certa forma, o instrumento de saber-poder da confissão relaciona-se à vida de praticantes da arte erótica.

Um casal composto por um assessor comercial e uma *personal sexy trainer* “acredita” – verbo distante do “comprovar” da ciência – que vale tudo para transformar um simples jantar em uma refeição afrodisíaca e menciona a importância da beleza e do visual dos pratos para intensificar da sensualidade. Um professor de ioga diz que a alimentação é instrumento para aguçar a libido e que prepara alimentos que aumentam o prazer nos encontros com a namorada (sem menção a propriedades “objetivas” desses alimentos). Neste caso, os alimentos “estimulam até a paixão”⁶. Um professor de tantra combina “alimentos com grande quantidade de zinco, substância que ativa a produção de testosterona”, em suas palavras, com a filosofia tântrica, para obter uma “sexualidade a florada”, reescrita por “virilidade garantida” no subtítulo que apresenta sua experiência.

Um movimento interessante toma conta de matéria “Dieta da Sexualidade” em sua parte final: “Estas são revelações sobre os mecanismos de ação dos nutrientes dentro do organismo que contribuem para levar à satisfação sexual e garantir a fertilidade. Mas há um aspecto especialmente interessante sobre a ligação da comida com o sexo *que foge às explicações fisiológicas e repousa mais nas nossas memórias, sentidos e sentimentos*” (grifo nosso). O consumo dos alimentos certos, “é consenso”, deve ser acompanhado de um clima atraente, pois “o sexo é um jogo”, segundo uma ginecologista e terapeuta sexual. Outro ginecologista explica porque os alimentos podem estimular os sentidos: pela associação de suas formas à partes da anatomia humana e, por outro lado, ao imaginário coletivo. A história também explica porque alguns alimentos tornaram-se afrodisíacos, como a genitália de animais (“no mercado de Belém, os genitais de boto

⁶ Há fotos dos dois casais na matéria “Dieta da Sexualidade”. Nos dois casos, são retratados momentos de intimidade do casal em um ambiente preparado com elementos sensuais.

e do quati são vendidos com finalidade afrodisíaca”), segundo um psicólogo e terapeuta sexual.

A conclusão reúne a verdade da ciência com os conhecimentos da arte erótica. Explicita-se uma escala de valores, pois as descobertas da ciência livram-nos de práticas “de mutilação de animais”, que podem ser substituídas, com o mesmo efeito, por “alimentos mais charmosos”: “Felizmente, pelas descobertas da ciência, a boa notícia é que não é mais necessário *mutilar animais* para *transar com mais appetite*. O mesmo efeito já pode ser obtido com *alimentos charmosos*, como frutos do mar, uvas e chocolates. Tudo temperado, é claro, por uma boa dose de imaginação”. (grifos nossos) O advérbio *já* marca a novidade da ciência, como se a ingestão dos alimentos elencados não fizesse parte há tempos de um cardápio da arte erótica.

A esta altura, deve-se rever algumas expectativas: o professor de tantra recomenda a ingestão de zinco e ginecologistas e terapeutas sexuais falam de sexo como um jogo de rituais e fantasias. Seria a ciência sexual uma espécie de arte erótica? Seria a arte erótica objeto da ciência sexual? Segundo Foucault (1976), “não é no ideal de uma sexualidade sã, prometida pela medicina, nem no sonho humanista de uma sexualidade completa e realizada” que devemos procurar pelos elementos da arte erótica vinculados a nosso saber sobre a sexualidade, pois nestes casos trata-se apenas da utilização normalizadora da arte erótica. Os livros científicos sobre o sexo, narrativas feitas a si mesmo e aos outros sobre os prazeres, fantasias secretas, tanta curiosidade e confidências formariam “fragmentos errantes de uma arte erótica, vinculados em surdina pela confissão e a ciência do sexo”. (p.70) A vontade de verdade da ciência sexual parece exercer pressão e coagir o discurso da arte erótica.

Referências

FOUCAULT, M. (1969a) *O que é um autor?* Tradução: Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4ª edição. Lisboa: Ed. Passagens/Vega, 2000.

_____ (1969b). *A arqueologia do saber*. Tradução: Luis Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____ (1971) *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14ª edição. São Paulo, Edições Loyola, 2006.

_____ (1976) *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 7ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

O FUNCIONAMENTO DO *ETHOS* NO DISCURSO DE PROPAGANDA ELEITORAL TELEVISIVA

Maria Célia Cortez PASSETTI (UEM)
Paula Camila MESTI (Gepomi CNPq-UEM)

Introdução

As estratégias discursivas dos sujeitos políticos em campanha eleitoral objetivam a adesão da massa dos eleitores, e para isso, passam, quase sempre, pelo *marketing*. Este, diferente da comunicação política, que tem por objetivo “[...] valorizar e promover homens e ideias, propostas e programas que se suporá, por hipótese, predefinidos”, visa adequar “[...] as expectativas dos eleitores e as propostas do candidato”. Assim, não é raro vermos no Brasil candidatos transformarem-se em “[...] produtos criados, modificados ou adaptados em função do mercado” (HABIB apud MIGUEL, 2000, p. 81).

É justamente essa pressão das mídias audiovisuais e da publicidade sobre as condições do exercício da palavra publicamente proferida, que, segundo Maingueneau (2006), fundamentam o interesse crescente pelo *ethos*. Com a modernização e profissionalização das campanhas eleitorais, o *marketing* e a publicidade invadiram o campo político, acarretando não poucas

mutações, como já demonstraram, dentre outros estudiosos, Courtine (2006), no campo do discurso e Rubim (2000; 2004) nos estudos sobre a comunicação política. Dentre elas, destaca-se aqui a mudança de foco do interesse dos analistas da comunicação que se deslocou das doutrinas e dos aparelhos, aos quais relacionavam uma *apresentação de si*, para o *look*. Pode-se dizer que tal deslocamento ocorreu em virtude da importância da conjunção verbo-visual e sonora na propaganda televisiva, veículo que tem função essencial na massificação de uma campanha eleitoral.

Partindo da concepção de *ethos* discursivo proposta por Maingueneau (1997; 2005; 2006; 2008a; 2008b), neste texto objetiva-se avançar um pouco mais na compreensão desse processo de construção da imagem que o sujeito dá de si em seu discurso, inscrevendo este conceito na problemática do gênero. Assim, se a construção da imagem do sujeito candidato é de fundamental importância na propaganda eleitoral televisiva, a que tipo de coerções advindas desse gênero do discurso político os sujeitos que nele enunciam precisam se submeter? Como se daria o funcionamento enunciativo-discursivo em relação à construção e a fixação dos *ethé* junto aos sujeitos telespectadores/eleitores, alvos desse discurso? Para responder a essas questões, propõe-se refletir sobre o funcionamento do *ethos* na propaganda eleitoral televisiva, obrigatória e gratuita no Brasil, no já conhecido formato do HGPE/TV (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na TV).

A colaboração de alunos-pesquisadores no grupo de estudos políticos e midiáticos (Gepomi CNPq-UEM), liderado por Passetti há alguns anos, tem propiciado a construção de arquivos de e sobre discursos políticos-eleitorais veiculados nas mídias em níveis municipal, estadual e nacional e que estão começando a apresentar os primeiros resultados das pesquisas. As reflexões teóricas aqui efetuadas são subsidiadas pelos trabalhos de orientação e co-autoria de Passetti com Silva (2006), em

que analisaram as regularidades discursivas dos dois candidatos finalistas no HGPE/TV das eleições municipais maringaenses de 2004; com Greco (2009) quando examinaram a construção do *ethos* no gênero debate eleitoral, e com Mesti (2010) em que fizeram estudos comparativos, quantitativos e qualitativos sobre o funcionamento do *ethos* do sujeito político vencedor das eleições municipais maringaenses em 2004 e 2008.

Inicialmente, serão abordados alguns aspectos importantes das relações entre mídia e política na contemporaneidade, situando o momento eleitoral como um grande foro de debate público da política, dentro do qual o HGPE/TV está estabelecido enquanto um dos formatos do gênero propaganda eleitoral. Em seguida, será apresentada uma retomada do conceito de *ethos* sob duas perspectivas teóricas difundidas no Brasil, para, finalmente, poder refletir sobre as coerções que esse gênero impõe à construção do *ethos* e sobre os mecanismos de funcionamento desse processo de construção da imagem de si, tendo como pressuposto os estudos teórico-metodológicos que o trabalho analítico e as discussões em grupo têm suscitado.

1. Discurso político contemporâneo: as relações entre mídia e política

Lembrando a distinção de Cornelius Castoriadis entre político e política, Rubim (2000, p, 18) afirma que “[...] a política nasce como prática específica de resolução da questão do (poder) político, que requisita a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo da sociedade”.

A modernidade impulsionou profundas transformações na configuração da política ao promover a

[...] inclusão, formal ou real, ampliação potencial de participação, alargamento temático, caráter majoritariamente público e predominância de realização sob a forma de disputa de hegemonia. Tais componentes inscrevem como possibilidades históricas a socialização real da política, a desconcentração do poder e, enfim, a realização de uma radical, ampliada e efetiva democracia em toda a sociedade (RUBIM, 2000, p. 23).

Numa sociedade estruturada e ambientada em rede, a mídia tem construído uma nova dimensão pública de sociabilidade, denominada *telerealidade*, a qual permite que o acontecimento distante seja apreendido simbolicamente como próximo, ganhando sentidos instantâneos.

O HGPE/TV insere-se, assim, na chamada *telepolítica* ou *videopolítica*, termo oriundo da obra do cientista político Giovanni Sartori (2001). Para este autor, a televisão gerou um novo tipo de ser humano, um indivíduo que tem sua opinião manipulada pela mídia: o *homo videns*. Embora as reflexões deste autor possam ser polêmicas, neste texto não será dado o aprofundamento necessário a tais discussões, pois, para os objetivos deste trabalho, torna-se relevante apenas destacar que a TV, com seu ritmo ágil em comparação com outras esferas sociais, propicia um formato de comunicação política em rede eletrônica.

Grande parte das imagens é recebida pelos telespectadores como fragmentos indiscutíveis e imediatos do real. Sendo este um poder que a palavra não tem, as imagens se tornaram, com muita rapidez, uma maneira eficaz de persuasão, modificando o comportamento social e, com ele, a política. Desta maneira, não é mais possível fazer a mesma análise do discurso político como a que era feita na década de 60 e 70. De acordo com Courtine (2006, p. 50), deve-se levar em consideração “[...] quando a comunicação política consiste num comício que reúne uma multidão em

torno de um orador e quando essa comunicação toma forma de shows televisivos, aos quais cada um assiste em domicílio”.

A política na tela adquire o tom imagético e passa a ser regida pela gramática própria desse meio de comunicação, provocando transformações em si, nos sujeitos políticos e em seus *ethé* e nos discursos por eles proferidos.

2. Eleições: momento privilegiado da política e um grande foro de comunicação

O lado ordinário da política tende a desaparecer na tela. Esta se mostra mais sensível aos momentos deliberativos ou de decisões impactantes como é o caso das eleições, momento em que se acelera o ritmo do campo político e que pode ser definido como “[...] um procedimento – ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigente (representativos) para exercício de poder(es) na sociedade”. (RUBIM, 2000, p. 91). Este ritual legitimado torna-se um grande foro de comunicação que permite aos analistas do discurso ter acesso a uma extensa gama de textos em diversificados gêneros nos quais se verificam a materialização das relações de saber/poder. Relações que são inerentes ao conflito que se instaura no campo político.

As eleições possibilitam e solicitam o envolvimento e decisão de todos, obrigando a uma ampliação do número de participantes da política. É requerido de todos um julgamento dos sujeitos políticos candidatos e de suas propostas. Trata-se de uma disputa de poder que precisa ser publicizada para que haja a participação das pessoas.

Apesar de todo o desenvolvimento das novas mídias, como a internet, num país do tamanho do Brasil, a televisão ainda é o meio de comunicação de maior poder massificador, daí o gênero HGPE/TV ser um dos mais utilizados e decisivos numa campanha eleitoral. Caberia então discorrer um pouco sobre esse

gênero, suas transformações para depois adentrar nas questões específicas do *ethos*.

3. O HGPE/TV: histórico, transformações, características e contrato

Desde 1962, os candidatos brasileiros em campanha têm direito ao acesso gratuito nos meios de comunicação (TV e rádio) para divulgar suas propostas. Por ser obrigatório e ir contra a lógica comercial dos meios de comunicação, o HGPE é considerado por muitos como uma imposição arbitrária e nociva à liberdade de escolha, entretanto, outros o concebem como necessário à democratização das campanhas. Nota-se que para se manterem atrativos, os programas obrigatórios têm ultrapassado o modelo vigente no período ditatorial, quando se permitiam apenas a exibição da foto do candidato e a narração do seu currículo feita por um locutor. Atualmente, tem se investido cada vez mais na incorporação de elementos próprios do entretenimento da mídia televisiva nos programas eleitorais.

Embora transmitido também pelo rádio, o HGPE tem na televisão seu principal veículo de divulgação, isso porque ao permitir o uso de cenas externas, de imagens de arquivo e a utilização do recurso dos planos imagéticos, principalmente o *close*, a tevê garante o dinamismo do discurso político. É por meio de um estilo dialogado, familiar, que destaca o rosto, os gestos e o tom de voz que as estratégias usadas na televisão produzem efeitos que aproximam o sujeito político candidato de seu público eleitor, provocando um sentimento de intimidade. Todo esse processo de personalização da política favorece a construção dos *ethé*, principalmente os de *identificação* formulados por Charaudeau (2008).

Adequando-se cada vez mais ao ritmo televisivo, o HGPE/TV vem exigindo que os sujeitos políticos abandonem enun-

ciados longos e muito reflexivos em prol de discursos sucintos, com frases de efeito e voltados para um público heterogêneo. Também se tem feito uso de uma linguagem simples, permitindo-se até um abuso de expressões metafóricas, populares. Porém, como alerta Courtine (2003, p. 23) as chamadas “línguas de vento”, típicas do discurso publicitário incorporadas ao discurso político, com toda a sua brevidade e simplicidade normativa, não garantem a transparência das intenções.

Com base na concepção de gêneros discursivos de Mainueneau (2006), o HGPE/TV pode ser descrito como um gênero *constituído*, de caráter dialogal, em que os parceiros ocupam papéis pré-estabelecidos que permanecem estáveis durante todo o programa eleitoral, ou seja, o sujeito político no HGPE/TV fala do lugar discursivo de sujeito candidato a um cargo político e este papel social é assentido pelo telespectador/eleitor que lhe assegura a legitimidade necessária para que seu discurso seja crível.

A propaganda eleitoral na televisão se pauta em um contrato de comunicação cujo propósito é a incitação de fazer o telespectador/eleitor votar. Mas, como o sujeito político candidato encontra-se em uma posição discursiva de não autoridade para impor essa ação, ele deve procurar um modo de convencer o telespectador/eleitor a votar nele, acionando, para tanto, não só um dizer apropriado, mas um modo de dizer que produza os efeitos de sentido esperados pela equipe de *marketing*.

A compreensão do funcionamento de um gênero do discurso político contemporâneo como o HGPE/TV exige que o analista se volte menos aos conteúdos e aos valores dos argumentos julgados em função do sistema de crenças ao qual eles remetem e, em função de todo um processo de mediação da política, passe a considerar os procedimentos enunciativos encenados na tela, as estratégias persuasivas obtidas com os recursos audiovisuais simultâneos aos verbais, o que implica deslocar-se do teor

dos argumentos para o de sua encenação, já que o “[...] os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade.” (CHARAUDEAU, 2008, p. 46).

Menezes (2005, p. 165) afirma que o sujeito candidato deve circunscrever-se em um espaço de estratégias visando organizar seu dizer segundo três níveis de realização: *legitimidade*, *credibilidade* e *captação*. Por meio da *legitimidade*, o sujeito político deve buscar tornar-se apto a tomar a palavra e dirigir-se à instância cidadã. Nesse sentido, esse autor pondera que “[...] ao mostrar a imagem que tem de si e do mundo por meio do discurso é que o sujeito legitima seu *ethos*”. Já pela busca da *credibilidade*, o sujeito candidato no HGPE/TV precisa fazer com que o telespectador eleitor acredite naquilo que ele diz. Para isso ele precisa se inserir em um imaginário sócio-discursivo de autenticidade que conta com os índices de verossimilhança para provar a verdade de seu discurso, agora centrado no *logos*. E, finalmente, na estratégia de *captação* o sujeito político candidato objetiva seduzir e induzir o telespectador/eleitor ao voto através do suscitar de determinadas paixões contidas no seu modo de formulação discursiva.

Amossy (2005, p. 124) afirma que “[...] o orador apóia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem”. Nos dizeres de Charaudeau (2008, p. 87), no domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser, se forem voltadas para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados: “O político coloca sua própria pessoa para alimentar o desejo de identificação do cidadão, que assim participa por procuração da realização de um projeto político.” (CHARAUDEAU, 2008, p. 94).

O gênero de propaganda eleitoral televisiva funciona no Brasil como uma grande vitrine eletrônica na qual se tenta “vender” a imagem dos candidatos, de acordo com a lógica

social do consumo, que, segundo Gomes (1994), se apropriou da publicidade que não vende os objetos pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor-signo, basicamente de duas formas:

a) Apresentando a imagem do próprio candidato, como fiador de si mesmo, geralmente em *close* e em cenografias que ajudam a construir seus *ethé*, “vendendo” sua própria imagem, falando de si e de suas propostas, e

b) Exibindo outros sujeitos que atuam como fiadores dos candidatos, são verdadeiros sujeitos testemunha que reforçam os *ethé* já existentes. Neste processo, têm relevância o *ethos* pré-discursivo e o lugar social ocupado em uma dada conjuntura sócio-histórica por esses sujeitos testemunha.

Desta maneira, pode-se observar que o HGPE/TV permite ao candidato interagir em *close* diretamente com o seu interlocutor (telespectador/eleitor), fato que lhe pode garantir um *ethos* mostrado. O HGPE/TV também admite que se fale do candidato: a) em *off* – quando simultaneamente à fala de um narrador, tem-se a exibição das obras ou realizações do sujeito político; b) por meio de sujeitos fiadores-testemunhas – que, em cenografias variadas, atuam como apoiadores da candidatura do sujeito político, persuadindo indiretamente o eleitor e fazendo convergir seu *ethos* pré-discursivo e mostrado de sujeito testemunha ao *ethos* do sujeito político, que, nessa situação, torna-se referente do discurso, e não mais seu enunciador.

4. O *ethos*: dois autores, duas disciplinas, duas formas de abordagem

O *ethos* constitui uma dimensão de todo ato de enunciação, uma vez que o locutor, ao falar, ativa em seus destinatários certa representação de si mesmo, a qual ele tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável, segundo os gêneros do discurso. Por isso Maingueneau (2008b, p.

12) insiste que essa noção teórica não é tão simples e requer sua inscrição

[...] numa problemática precisa, privilegiando esta ou aquela faceta, em função, ao mesmo tempo, do corpus que nos propomos a analisar e dos objetivos da pesquisa que conduzimos, mas também da disciplina, isto é, do que é corrente no interior da disciplina em que se insere a pesquisa.

Para se refletir sobre a problemática das relações entre *ethos* e gênero discursivo, é necessário retomar alguns conceitos básicos sobre o *ethos* e, para avançar nestes estudos, devem-se propor alguns questionamentos e fazer novas reflexões teóricas, inquietações que o trabalho analítico tem propiciado.

Na discussão do *ethos*, alguns autores o veem como construção do discurso, outros como caráter intrínseco ao orador. Torna-se desnecessário fazer uma retomada da origem aristotélica do termo, mas talvez fosse o caso de resgatar algumas diferenças entre posições teóricas que podem ser denominadas de *pragmático-comunicativas* e de *discursivas*. Tendo em vista tais diferenças teóricas, propõe-se fazer um paralelo entre as posições de dois autores que estudam o conceito de *ethos* e que tem suas teorias bastante disseminadas no Brasil. Trata-se de Charaudeau, relacionando-o ao primeiro grupo, e de Maingueneau, ao segundo.

No quadro do discurso político, Charaudeau (2008), ao falar dos modos de construção da imagem dos atores políticos, trabalha não só com o *ethos* discursivo, mas toma posição pelos dois aspectos: pré-discursivo e discursivo, ou seja, opera com a fusão entre a identidade social do locutor, e a discursiva, na qual o *ethos* é efetivamente produzido numa dada situação comunicativa. Ele entende que durante a construção do *ethos* do sujeito existe um diálogo entre a instância cidadã e a política, pois é da

natureza do cidadão ambicionar melhoria para sua cidade, seu país, sua vida, bem como é da natureza do candidato ao cargo convencer o eleitor de que ele é a pessoa ideal para realizar tais melhorias, assim o *ethos* passa a ter função de suporte de identificação, passa a viabilizar os valores comuns desejados, passa a refletir os desejos de ambas as instâncias,

Para Charaudeau (2008, p. 137), “[...] toda construção do *ethos* se faz numa relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência”. No discurso político, e também em um dos seus diversos gêneros – a propaganda eleitoral, as figuras dos *ethé* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência.

Considerando-se que o HGPE/TV visa atingir as massas e estas são heterogêneas e vagas do ponto de vista desses imaginários, os sujeitos políticos costumam jogar com valores opostos e até mesmo contraditórios, de forma que seu *ethos* possa configurar-se ao mesmo tempo, por exemplo, como tradicional, mas também moderno. Essa problemática fez com que se refletisse sobre o funcionamento discursivo dos *ethé* no HGPE/TV em relação às derivações de sentidos possíveis em sua construção. Tal reflexão possui valor de ser porque, não obstante alguns *ethé* sejam em si mesmos negativos, em certas circunstâncias eles podem se tornar positivos. Bem como um *ethos* construído para ser positivo pode receber a leitura negativa de dada parte do eleitorado, pois pela própria constituição metafórica do sentido (Pêcheux, 1990), no deslizar de uma palavra a outra, o sentido sempre pode mudar, inclusive para um sentido não previsto, não desejado pelo sujeito político.

De qualquer forma, Charaudeau (2008) salienta que o *ethos* resulta de uma dupla identidade (social e discursiva), embora reconheça que, ao final, elas se fundam numa só. Para este autor,

o *ethos* passa por um duplo imaginário sócio-discursivo: corporal e moral e pode dizer respeito a indivíduos ou a grupos sociais.

O referido autor assevera que não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens, e, em política, as ideias não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as aplica. O sujeito político deve, desta maneira, ser crível (mostrar que tem o poder de fazer) e ao mesmo tempo ser suporte de identificação, ou seja, para se aderir às ideias, é preciso aderir às pessoas. Eis a importância da construção discursiva do *ethos* no discurso político eleitoral que tem por objetivo a adesão ao voto em uma pessoa, o candidato.

Para esse autor as figuras identitárias do sujeito político agrupam-se basicamente em duas tipologias: a) os *ethé* de credibilidade – que resultam da construção de uma identidade discursiva que faz com que os outros o julguem digno de crédito, sendo necessário para isso que ele atenda às condições de sinceridade (pelo *ethos* de sério), performance (pelo *ethos* de virtuoso) e competência (pelo *ethos* de competente); b) os *ethé* de identificação – resultantes de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, traços em que são agrupadas imagens que refletem, definem e essencializam os políticos enquanto pessoas (*ethos* de potência, de caráter, de inteligência e de humanidade). Pertencendo aos *ethé* de identificação, têm-se, ainda, imagens que são voltadas para os cidadãos, na medida em que se fundam sobre uma relação necessária entre si e o outro (*ethos* de chefe, por exemplo).

Já uma elaboração mais discursiva pode ser buscada nos trabalhos de Maingueneau. Em *Gênese do Discurso* (2008a), é fundamental a inserção do *ethos* no que ele chama de “Semântica Global” do discurso, posição reforçada em *Novas Tendências em Análise do Dis-*

curso (1997), quando afirma que a AD só pode integrar a questão do *ethos* retórico, realizando um duplo deslocamento:

[...] precisa afastar qualquer preocupação ‘psicologizante’ e ‘voluntarista’, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos não pelo sujeito, mas pela formação discursiva ao mesmo título que outras dimensões da discursividade. O que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis. [...] Em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito (MAINGUENEAU, 1997, p. 49).

De acordo com Maingueneau (1997, p. 49-50),

[...] em AD a reatualização aparente da retórica, através das diversas tendências da Pragmática, vem acompanhada de um recuo em relação aos seus pressupostos. Nada mais estranho em sua perspectiva, do que a imagem de um discurso veiculando ‘idéias’ graças a diversos procedimentos. Devolver todo seu peso ao sujeito, ao destinatário, ao lugar, ao momento, aos gêneros da enunciação, não deve, em caso algum, corresponder à justaposição de ‘fundo’ e ‘forma’.

Esse autor desenvolve a noção de *ethos* articulada à de cena de enunciação, a qual permite, por exemplo, que o sujeito político escolha falar a seus eleitores, como homem do povo, como homem experiente ou como um tecnocrata. Maingueneau usa a noção de tom, ao invés da noção retórica de voz, geralmente associada ao *ethos*, pois isso lhe permite trabalhar com o *ethos* também em textos escritos. Esse tom se apoia sobre uma dupla figura: a de um *caráter* e de uma *corporalidade* do enunciador. Para ele

[...] é insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como ‘voz’ e, além disso, como ‘corpo enunciante’, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente (MAINGUENEAU, 2005, p.70).

Em relação aos diversos estudos do *ethos* por diferentes disciplinas, esse autor (2008b) afirma que ainda é possível manter acordo sobre o *ethos* em três pontos, a saber: a) o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; b) o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro, e c) é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada.

5. Funcionamento do *ethos* no HGPE/TV: regularidades e reflexões

Cada gênero discursivo pode suscitar diferentes problematizações no funcionamento dos *ethé* por ele mobilizados, neste capítulo será restringida à reflexão sobre o gênero propagandístico televisivo que: a) tem no candidato a “mercadoria” principal a ser divulgada, logo, sua imagem é fundamentalmente construída como positiva; b) por ser um gênero filiado ao discurso político, carrega algumas características próprias dessa tipologia discursiva, como a presença do ataque aos adversários, e c) comporta várias cenografias, que, articuladas ao discurso verbal, reforçam os *ethé* do sujeito político.

Com o intuito de aprofundar as reflexões e apresentar exemplos de gestos de interpretação que integram a concepção de

ethos ao gênero discursivo, serão utilizadas como referência algumas análises presentes no trabalho de Mesti (2010). Tendo como *corpus* de pesquisa as gravações e as transcrições dos HG-PE/TV das eleições para o cargo de prefeito de Maringá nos anos de 2004 e de 2008, a pesquisa versa sobre as diferentes formas de construção de *ethé* mobilizadas pelo sujeito político Silvio Barros, do Partido Progressista (de agora em diante, SB/PP).

Ao se comparar as tipologias de *ethé* nas duas campanhas ficou evidenciado que na primeira, o predomínio foi por *ethé* de identificação (caráter, inteligência, humanidade), através dos quais esse sujeito, apresentando-se como “gente de Maringá”, “filho de político”, de família pioneira e tradicional na cidade, a ela retornava, depois de se preparar e de se qualificar, para, então, se candidatar ao cargo de prefeito:

Eu sou maringaense, nascido e criado nessa cidade, estudei aqui, fui me qualificar e me sinto perfeitamente qualificado para exercer o cargo mais importante dessa cidade [...] eu quero ser prefeito da gente de Maringá [...]. (SB/PP no HG-PE/TV de 25/10/2004).

A necessidade de uma construção identitária de Maringaense por este sujeito político e seus modos de construção por filiações a formações discursivas religiosa e familiar estão mais detalhadamente descritas em Passeti (2008), por hora é importante frisar que o predomínio desses *ethé* de identificação não significa que haja ausência dos *ethé* de credibilidade, sempre exigido em um discurso político. Nesse caso, o então candidato não tinha ainda exercido nenhum cargo político-administrativo na cidade, não possuindo, assim, “obras/realizações concretas” para mostrar sua competência, restando-lhe mostrar-se digno de crédito, como o fez na sequência discursiva transcrita a seguir:

Eu também queria dizer a vocês que tive a oportunidade de trabalhar e desempenhar meu trabalho em universidades dos Estados Unidos, fiz palestras em vários lugares do mundo pra atrair investidores pra cá, acompanhei comitivas do presidente Fernando Henrique é como palestrante para atrair turistas e para trazer pessoas que pudessem investir na nossa infraestrutura aqui no Brasil [...]. (SB/PP no HGPE/TV de 25/10/2004).

Temos neste exemplo a construção de um *ethos* de inteligência do sujeito político, pois existe a formação da imagem de um homem culto, experiente, que atuou em faculdades estrangeiras e trabalhou com personalidades brasileiras e, portanto, seria capacitado para o cargo pretendido.

Comprovando a liquidez do discurso e a flutuação dos sentidos, verifica-se ainda neste exemplo, a existência de outra característica do funcionamento do *ethos* nesse gênero, a sobreposição de *ethos*, ou seja, em uma mesma sequência discursiva faz-se coexistir mais de um tipo de *ethos*: ao enunciar seus feitos, que ratificam a imagem de homem culto, este sujeito político constrói, concomitantemente, seu *ethos* de competência.

Na segunda campanha, em 2008, verificou-se a predominância dos *ethé* de credibilidade, como neste exemplo:

Bem, a nossa campanha, assim como a nossa administração foi limpa e transparente e acima de tudo, foi responsável. (SB/PP no HGPE/TV de 01/10/2008).

As possíveis razões que poderiam sustentar uma ou outra tipologia dos *ethé* seriam as conjunturas sócio-históricas de cada campanha eleitoral, ou seja, deve-se observar as condições de produção do discurso político que, no contexto de 2004 foi o “[...] período em que o candidato volta para a cidade e lança sua candidatura, havendo a necessidade de se aproximar e se fazer

conhecer pelos telespectadores / eleitores” (MESTI, 2010, p. 140) e de 2008 quando houve a necessidade “[...] se produzir mais *ethé* de credibilidade, pois o candidato tentava se reeleger e precisava comprovar sua competência” (ibidem), diante das críticas dos adversários.

O trabalho analítico suscitou a verificação de outra questão: a tipologia de *ethos* proposta por Charaudeau (2008) para o discurso político seria suficiente para dar conta do funcionamento deste conceito inserido no gênero da propaganda eleitoral? Percebeu-se que ela dá conta de uma grande parcela de *ethé*, o que não impede o analista, de acordo com o gênero do *corpus* sob análise, de identificar outras categorias não previstas por Charaudeau. No caso do HGPE/TV, Mesti (2010) propôs a categoria de *ethos* de proximidade que é construída por meio do discurso do sujeito político quando este fala diretamente com o telespectador / eleitor, produzindo um efeito de sentido de proximidade para com ele. É possível observar esta construção na sequência discursiva seguinte:

E nós terminamos por aqui esse giro especial com o prefeito, mostrando tudo o que nós estamos fazendo pelo esporte em Maringá, vejo você no próximo programa. (SB/PP no HGPE/TV de 29/08/2008).

O enunciado “[...] vejo você no próximo programa”, típico dos telejornais e programas de TV, produz uma inversão de papéis. O telespectador / eleitor é convidado a assistir ao próximo programa, portanto ele, o telespectador, que irá “ver” o candidato na televisão. Entretanto, ao fazer essa enunciação o sujeito político rompe com o princípio de realidade produzindo a sensação no telespectador de que ele também é visto pelo político. Esse efeito de proximidade longínqua (COURTINE, 2006;

2008) também contribui para diminuir a distância entre ambos e cria impressão de que são próximos e íntimos.

A tipologia discursiva política ao prever a instância adversária como constitutiva desse discurso se mantém nos diferentes gêneros, mas a definição da finalidade, do estatuto dos parceiros e da situação de comunicação de cada gênero pode determinar diferentes planos de manifestação e de construção do *ethos*.

Greco e Passeti (2009) já tinham mostrado pela análise do movimento interdiscursivo polêmico de dois sujeitos políticos em um debate na TV que o *ethos* é construído simultaneamente a um processo de desqualificação da imagem do adversário, mas esse gênero reduz a construção do *ethos* aos dois sujeitos políticos em confronto, diferente da propaganda eleitoral que permite a inserção de outros sujeitos para fazer esse trabalho.

Pela própria estrutura organizacional do gênero HGPE/TV, verificou-se que ela exigia o reforço na fixação do *ethos* do sujeito candidato de forma indireta, para não cansar o telespectador e para não se correr riscos de deriva de sentido dos *ethé* construídos. O HGPE/TV demanda a presença de sujeitos testemunhas, principalmente quando as eleições estão já no segundo e decisivo turno. Essa nova figura, uma espécie de fiador indireto, dado seu lugar sócio-discursivo estratégico na conjuntura eleitoral, mostrou-se capaz de reforçar/fixar os *ethé* já construídos pelos sujeitos políticos durante a campanha.

Com o exemplo abaixo, retirado do arquivo da campanha maringaense de 2004 espera-se mostrar a importância do lugar sócio-discursivo a partir do qual esse sujeito testemunha fala: neste caso específico, o lugar da mãe, mas não uma mãe qualquer, tratava-se da mãe do prefeito falecido e cujo vice era adversário de SB/PP. Essa mãe, ao invés de apoiar o vice, apoiou, por razões particulares e ligadas à conjuntura da política local, o adversário político do próprio filho:

[...] No segundo turno, junto com Edmar Arruda e a minha família, estamos apoiando Silvio Barros, porque achamos nele uma pessoa competente, séria, íntegra que tá preparado para ser o prefeito de Maringá. (Testemunho de Dona Maria Aparecida Pereira, mãe do falecido prefeito José Cláudio, do PT, no HGPE/TV de 26/10/2004).

Outro ponto importante a se destacar sobre a função desses sujeitos testemunha no reforço, na fixação do *ethos* do sujeito político candidato é a relação deles com parcelas indecisas do eleitorado que poderiam mudar seu voto, principalmente nos casos de segundo turno, sob a influência deles. Assim por exemplo, candidatos derrotados em primeiro turno, podem ser apoiadores decisivos no segundo turno, caso eles apareçam em cena destacando o *ethos* do sujeito candidato. Nesse caso, há uma espécie de identificação indireta que passa primeiramente pelo *ethos* do sujeito testemunha e deste para o do sujeito candidato.

No caso de um pleito municipal, em que o prefeito precisa ter apoio dos vereadores, garantir um *ethos* dito por eles significa atingir (mais ou menos) a parcela de eleitores que votou naquele vereador. Além disso, os sujeitos testemunhas também ajudam na produção do *anti-ethos* para o adversário, preservando a face do sujeito candidato.

Em apenas um enunciado curto e sintético, que transfere a parte lógico-argumentativa para o telespectador/eleitor, como o exemplificado a seguir, pode-se ver esses dois funcionamentos de forma simultânea: um vereador eleito com o apoio dos servidores públicos municipais, volta-se a essa parcela do eleitorado, transferindo seu *ethos* para o do sujeito candidato Silvio Barros,

Sou Silvio Barros. Votar onze é votar na valorização do servidor. (Depoimento de apoio de Dorival Dias, vereador eleito pela coligação que apoiava este sujeito candidato no HGPE/TV em 28/10/2004).

Nesta sequência discursiva fica implícito um raciocínio que pode ser parafraseado desta maneira: “Você, eleitor servidor municipal, votou em mim, para defendê-lo. Eu voto no Sílvio Barros, logo, você deveria fazer o mesmo, porque votar no adversário é votar na desvalorização do servidor.”

Mesmo se sabendo que a própria concepção metafórica do sentido (conforme proposta por Pêcheux, 1990) praticamente impede que ocorra uma comunicação “sem falhas”, já que esta é constitutiva do ritual de linguagem, o gênero HGPE/TV, cujo tempo de enunciação é curto e depende de critérios políticos, exige enunciados previamente planejados, de forma que sua síntese (pelo verbal conjugado ao não verbal) permita a recuperação dos não ditos a serem inferidos, com o menor risco possível de deslizamentos de sentidos, daí a preferência pela inserção de uma argumentação lógica a ser inferida pelo telespectador/eleitor.

Assim, a regularidade da alta incidência com que os sujeitos testemunha reforçaram os *ethé* de credibilidade nos estudos feitos por Mesti (2010, p. 140), “[...] fez inferir que tais sujeitos testemunha possuem a função de apoiar e reforçar as virtudes e os traços de competência do candidato [...]”.

Os estudos feitos com o *corpus* analisado por Mesti (2010) apontaram para a existência de uma simultaneidade na construção de *ethé* positivos e de *ethé* negativos (ou anti-*ethé*), que é muito mais forte quando construída pelo próprio sujeito candidato, mas também sujeita a derivações de sentido e, portanto, de risco para esse sujeito. Ao estabelecer um diálogo com o Outro em sua campanha eleitoral de 2004, o sujeito político Sílvio Barros constrói um *ethos* de virtuoso para si e, concomitantemente, de não-virtuoso para seu adversário:

Gente, o prefeito tem que ter sensibilidade pra perceber as necessidades da população, tem que ter competência e capacidade para encontrar a solução do problema e precisa ter fir-

meza na hora de tomar a decisão: Nós vamos abaixar a tarifa do ônibus e nós vamos fazer isso com duas ações importantes [...]. (SB/PP no HGPE/TV de 27/10/2004).

O visual sério e o falar manso desse sujeito candidato certamente o ajudaram a eliminar os riscos, principalmente pela forma indireta de construção desse *ethos* mostrado, pois se “[...] o prefeito tem que ter” e o da situação não está tendo, ao afirmar que vai fazer determinada ação ele se mostra sensível aos apelos da população e, na sequência de seu enunciado, quando mostra a forma como faria para baixar a passagem, tenta convencer o eleitor de sua competência.

A construção do anti-*ethos* para o adversário precisa ser muito bem planejada quanto ao conteúdo e ao modo de enunciação, mas também quanto ao período certo no decorrer da campanha. Em 2004, por exemplo, o sujeito SB/PP sempre deixou essa função aos âncoras das cenografia de telejornal ou a terceiros, mas no último dia de programa, quando o adversário já não teria mais como responder aos seus ataques ele, ainda que de forma indireta, constrói um *anti-ethos* de não-sincero para seu adversário quando afirma:

Existem políticos que escolhem a verdade, na hora de participar de uma campanha como a sua arma preferencial e existem outros que preferem aquilo que se chama verdade conveniente, boataria, assim pra ser bem explícito, mentira mesmo. (SB/PP no HGPE/TV em 27/10/2004).

De acordo com Mesti (2010, p. 141): “Uma especificidade desse mecanismo discursivo é que os *ethé* positivos são sempre enunciados, são mostrados, são verbalizados. Já os *anti-ethé* são inferidos pelos implícitos, são construídos através dos não-ditos que os dizeres dizem.”

Nos estudos feitos por Mesti (2010), é possível verificar que a escolha de se utilizar como cenografia do HGPE/TV a representação de telejornal pode ser muito eficaz dada a sua capacidade de simular (parecer, mas não ser um telejornal) e dissimular (fazer não parecer que é propaganda eleitoral) e assim produzir efeitos de verdade. Além dessa cenografia, outras são mobilizadas, muitas vezes por apelo a gêneros inseridos na propaganda eleitoral através de quadros, dramatizações, autobiografia, tudo de acordo com as necessidades e as coerções do discurso político eleitoral em uma situação específica.

Essas cenografias podem ajudar na construção e na fixação dos *ethé* e, ainda, possibilitar sua sobreposição, que pode ser verificada em apenas uma das materialidades ou na interface do verbal com o não-verbal. O sujeito político maringaense que aqui se exemplificou mostrava-se *sério* e *competente* tanto pelo modo de suas declarações, quanto por suas vestimentas, tom de voz e sorrisos contidos.

Considerações finais

Para sintetizar os aspectos abordados neste capítulo – a relação entre o *ethos* e o gênero HGPE/TV – faz-se necessário lembrar que esse gênero é apenas um dos muitos inscritos na tipologia política e que esta impõe seus elementos básicos a seus diversos gêneros. Assim, os elementos intrínsecos a esse gênero nunca perdem de vista que o discurso político é, em geral, veiculado nas mídias, mas se volta à instância cidadã e, direta ou indiretamente, à instância política adversária.

Dentre as coerções próprias desse gênero sob estudo, destaca-se que ao ser afetado pelo campo da publicidade, ele dá ao sujeito político o papel de “mercadoria principal” a ser vendida, fato que implica a produção de imagens necessariamente positivas para esse sujeito e negativas para seu(s) adversário(s).

Trata-se de um gênero que permite a inserção de cenografias variadas e de participantes outros, que não o candidato, nessas cenografias. Desta sorte, o *ethos* pode ser *dito* ou *mostrado* pelo próprio sujeito político e também reforçado por fiadores que falam de lugares sócio-discursivos estratégicos em uma dada conjuntura histórico-eleitoral. Por outro lado, é um gênero que ao ser veiculado no *mídiu*m televisivo exige a adaptação à gramática televisiva regida pelo tempo e pela articulação verbo-sonoro-visual. Tal característica implica a opção por enunciados curtos, porém previamente bem planejados, privilegiando uma argumentação lógica implícita e evitando a deriva de sentidos negativos. Deve-se ressaltar que, apesar das tentativas de controle feitas pelo *marketing* político, é sempre possível ocorrer deriva dos sentidos produzidos pelos enunciados.

Sobre o funcionamento do *ethos* nesse gênero, os trabalhos até então realizados no Gepomi permitiram reflexões teóricas e metodológicas que questionam as razões da predominância de determinadas tipologias de *ethé*, buscando-as na historicidade dos discursos e, ainda, propiciando a verificação e a criação de novas categorias que cada gênero pode impor, sendo o uso sobreposto das tipologias de *ethos* como forma de reforço da imagem positiva do candidato mais uma das contribuições dos trabalhos do grupo.

Ao que concerne o controle da deriva de sentidos na construção do *ethos*, encontrou-se outro ponto que poderá propiciar futuras reflexões: verificou-se que a construção da imagem negativa do adversário é sempre melhor vista quando feita por terceiros. Da mesma forma, a valorização excessiva de si daria margem para derivas negativas, sendo de melhor tom também ficar a cargo de outros fiadores. Por conseguinte, pode-se afirmar que cada gênero impõe um estatuto específico aos seus enunciadores: no debate, a construção do *anti-ethos* é intrínseca à metáfora da arena e do confronto; no HGPE/TV evita-se o

ataque direto ao adversário pelos riscos da propaganda negativa na campanha eleitoral.

Para efeitos de finalização, deve-se frisar que o *ethos* no HGPE/TV mantém a metáfora proposta por Charaudeau (2008, p. 181) de ser realmente uma faca de dois gumes: “[...] de um lado, para o político, pois ele pode perder por causa de seu próprio *ethos*; de outro, para o debate democrático, pois a força do *ethos* pode fazer com que os indivíduos adiram por fascinação – e de maneira quase cega – a pessoas e não às idéias”.

Referências

AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradutores Milton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.

_____. Discursos Sólidos e Discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (org.) *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

GOMES, Wilson. Propaganda política, ética e democracia. In: MATOS, Heloisa (org.) *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Página Aberta, 1994, p.53-90.

GRECO, Eliane e PASSETTI, Maria Célia. A polêmica e a construção do *ethos* no debate político das eleições para prefeitura de Maringá/2004. *Acta Scientiarum. Language and Culture* (online), v. 31, 2009, p. 205-213.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 69-92.

_____. Problemas de *ethos*. In: *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 55-73.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.

MENEZES, William Augusto. Semiolinguística e política. In: MACHADO, I. L. et al. *Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

MESTI, Paula Camila. *Análise discursiva dos éthé de um sujeito político em campanha eleitoral*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Maringá – PR. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

PASSETTI, Maria Célia. *Ethos e a construção identitária em discurso político eleitoral*. In: TASSO, Ismara (Org.) *Estudos do Texto e do Discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 115-128.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET:HAK (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação & Política*. São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

SARTORI, Giovanni. *Homo Videns: televisão e pós-pensamento* Tradução de Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Vera Lúcia da. *Regularidades discursivas de sujeitos políticos no HGPE/TV nas eleições 2004 de Maringá*. Maringá, Dissertação (Mestrado em Letras). Maringá – PR. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

DISCURSO BIZARRO MIDIÁTICO NO NOTICIÁRIO DO BIZARRO NA MÍDIA

Renata Marcelle Lara PIMENTEL

Abertura ao (não) bizarro

A investida teórica e analítica deste texto, como um movimento discursivo no qual me arrisco, está em ensaiar o que (não) pode ser dito a respeito do que a mídia denomina como bizarro *no* discurso midiático já no jogo parafrástico de deslize para o bizarro *do* discurso midiático. Nesse mecanismo, considero, respaldada em Orlandi (2007), o “não-sentido” na relação com a *falha* constitutiva do ritual de linguagem, apontando para o irrealizado como aquele que poderá vir a ser, e o “sem-sentido”, aquilo que já significou e não faz mais sentido, advindo pela *falta*, por uma interdição.

A ideia que formulo, ainda em estado de ensaio, é a de que ao se enunciar a respeito do que se explicita/nomeia como bizarro, em forma de notícia, em circulação na internet, instaura-se o bizarro do discurso midiático no discurso midiático sobre o bizarro. O que torna possível o funcionamento do bizarro no discurso midiático não é o evento em si, mas a forma como tal

evento é formulado como notícia e posto em circulação na relação com o público, em meio ao que se apaga/silencia no que se põe em evidência.

Sinteticamente dizendo, o discurso midiático sobre o bizarro desliza para o bizarro do discurso midiático. E nesse/por esse movimento/mecanismo se inscreve tanto o sentido de lazer como oferta/oferenda do degustar de um evento tido/significado como bizarro, em funcionamento midiático, a um público movido (que se põe ou que é posto) pelo desejo de apropriação de um “tempo (supostamente) livre”, materialmente mercantilizado. Trata-se, a meu ver, do que chamarei de “discurso de fronteira”¹ como discurso que caminha na margem e à margem, como divisão do sentido (limites do *im*-possível), mas na imposição de um sentido que se quer possível no apagamento ou interdição de outros possíveis.

Como objetivo central, busco visibilizar esse funcionamento do bizarro como estruturante do discurso midiático *sobre* o bizarro, mediante apontamentos teóricos com viés analítico-discursivo. Daí minha questão discursiva se volta a saber como, no interior do discurso midiático sobre o que se denomina bizarro, funciona o que estou considerando como um discurso bizarro midiático. Antes, mas já como parte das condições de produção discursiva, formulo compreensões teóricas do bizarro a partir de gestos de leitura do estudo de Leite Júnior (2006) e do termo bizarro em dicionários.

(Sem-) Sentido (de) Bizarro

Em *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento*, obra em que se observa, entre outras,

¹ Maingueneau (2010, p. 14), ao se referir à literatura pornográfica, afirma que “a fronteira entre o lícito, o ilícito e o tolerado sempre foi flutuante”.

uma influência foucaultiana, Leite Júnior (2006) aborda o bizarro na pornografia. Segundo o autor (2006, p. 17), a produção pornô bizarra está ligada a práticas sexuais tidas como desviantes, exploração do riso e de protagonistas que são “pessoas cujos corpos escapam das classificações médico-morais de normalidade”. Assim, “o sexo, as risadas e os corpos e práticas incommuns são o tema central” do que ele considera uma “espetacularização da vida moderna”.

Foi pelas “mãos da ciência”, conforme Leite Júnior (2006, p. 15-16), que os gozos sexuais sofreram fragmentação, sendo classificados em “ ‘saudáveis’ ou ‘doentes’, delimitando o campo do prazer útil e organizando os desvios e transgressões nas chamadas ‘perversões’ ou ‘perversidades’”. Assim também, “a pornografia encarna a reprodução obscena maldita, excluída dos padrões culturalmente aceitos do ‘gosto legítimo’”. Afirma que “mais do que liberar a fruição dos prazeres, a pornografia legalizada explicita uma padronização dos desejos e uma domesticação dos corpos talvez nunca encontradas antes”.

Esse “entretenimento para adultos”, criação da cultura de massas, a que se refere Leite Júnior (2006, p. 16), que se materializa em produtos de consumo do mercado pornográfico (filmes, revistas, sites, etc.), comumente se delimitam ou se misturam por características de bizarro, sadomasoquista ou fetichista, não existindo, contudo, uma classificação mercadológica única, como esclarece o autor. São subdivisões que apresentam, no cenário da pornografia, conforme o autor, as “perversões sexuais” ou o “gosto [tido como] ilegítimo”. O que foge aos padrões dominantes de beleza, figurando como estranhos a esses padrões, transformam-se em espetacularizações do mercado pornô.

No cenário desse mercado pornográfico, como observado em Leite Júnior (2006, p. 18), quanto ao sadomasoquismo este comumente se relaciona a “práticas sexuais que envolvem humilhação e/ou dor física entre os parceiros”. O fetichismo diz

respeito ao “sexo envolvendo a erotização e adoração de partes do corpo, roupas ou objetos”. No que tange ao bizarro – termo que nos interessa em particular – como componente desse mercado pornográfico, envolve:

penetração de objetos gigantes e/ou inusitados na vagina, ânus ou canal da uretra; fist fuck (penetração vaginal ou anal das mãos até o punho); sexo com urina (chuva dourada), fezes (banho marrom), vômito (banho romano) ou enemas; sexo com corpos esteticamente “diferentes”: mulheres grávidas, pessoas muito velhas, muito gordas, anões, travestis; enfim, tudo o que é apresentado como “diferente” e não cabe diretamente nas categorias anteriores. (LEITE JÚNIOR, 2006, p. 18)

O autor esclarece que dentro da indústria pornográfica é pelo rótulo “bizarro” que os produtos, por ele analisados (filmes, revistas, sites), são principalmente conhecidos, sendo tal rótulo uma criação do próprio mercado. Quantos aos termos sadomasoquismo e fetiche, muitas vezes acompanham o termo bizarro ou substituem-no. O próprio autor se apropria do termo “pornografia ‘bizarra’” no subtítulo do seu livro, nele abarcando, simbolicamente, diferentes manifestações da indústria/mercado pornográfico abordadas no livro. No quarto capítulo, intitulado “O corpo extraordinário: monstros, bufões, *freaks* e anormais”²,

² Com base em autores que exploram sentidos etimológicos da palavra monstro, Leite Júnior (2006, p. 180) afirma que “o ‘monstro’ então seria aquele que ‘mostra’ algo: uma revelação divina, a ira de Deus, as infinitas e misteriosas possibilidades da natureza ou aquilo que o homem pode vir a ser. É, portanto, a manifestação de algo fora do comum ou esperado. Representa uma alteração maldita ou benfazeja das regras conhecidas”. Além de terror, também pode provocar “fascínio, encanto, dúvida, fonte de curiosidade e desejo”. Quanto aos bufões, segundo Leite Júnior (2006, p. 187), com base em outros autores, “são a versão ocidental dos loucos domésticos das cortes do Oriente, hábito trazido pelos cruzados (Sodré e Paiva, 2002), embora já existissem al-

Leite Júnior explora esse corpo, investigando as origens das façanhas sexuais da pornografia bizarra nos conceitos dos termos explicitados no subtítulo desse capítulo, como também explicita na introdução do livro.

Sinteticamente, observo no estudo de Leite Júnior (2006) que o que se apresenta como “diferente” ao padrão socialmente estabelecido, seja quanto a aspectos corporais de beleza física ou a comportamentos morais, disciplinares, normatizados, normalizados, são possivelmente explorados como bizarros no universo da pornografia. Saindo da delimitação do bizarro ao cenário do mercado pornográfico, envolvendo produtos do cinema (vídeos), revistas e sites, analisados pelo autor, busco explorar o termo bizarro, para além do aspecto sexual, em que se mantém a ideia de “diferente” daquilo que seria assumido e/ou aceito como normalidade ou moralidade pública para uma dada cultura.

No site de busca do Google (2010) ou mesmo, especificamente, do Google Acadêmico, a pesquisa, por mim realizada, pelas expressões “etimologia da palavra bizarro”, “dicionário bizarro”, entre outras relacionadas ao termo bizarro, não retornaram produções relevantes quanto ao conhecimento científico em torno do termo e possíveis efeitos de sentido de seu funcionamento. Mas o curioso é que o sentido de bizarro mais comumente encontrado está atrelado ao mercado de consumo de produções bizarras co-

guns ‘pré-bufões’ desde a Grécia Antiga (Minois, 2003). No período medieval, além dos entes fantásticos encontrados no Oriente e na África, surgem nos castelos dos senhores feudais estas pessoas de carne e osso que sofriam das mais variadas mutações físicas”. O bufão era o “bobo da corte”. Os *freaks* dizem respeito à espetacularização comercial do estranho/anormal, com fins lucrativos, no contexto da massificação da cultura. No século XIX, a concepção de monstro migrou do corpo para a mente. O anormal é, assim, a “figura que vai assombrar o imaginário social e desestabilizar os padrões normativos até os dias de hoje” (LEITE JÚNIOR, 2006, p. 202-203).

mo vídeos, textos noticiosos, construções piadistas, comentários senso comum, curiosidades, entre outras.

Em dicionários de língua portuguesa, as palavras mais recorrentes para significar o termo bizarro, este que aparece sob a designação de adjetivo, relacionam-no tanto a esquisito, excêntrico ou extravagante, quanto a nobre, gentil/generoso, elegante/vestido com elegância.

No *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa* (WEISZFLOG, 2007, grifo do autor), disponibilizado pelo UOL (2010), o termo bizarro é assim definido: “*adj (cast bizarro)* 1 Bem apessoado, alto e esbelto. 2 Elegante e loução. 3 Generoso, liberal, nobre. 4 Jactancioso. 5 Extravagante, excêntrico, esquisito”. Ferreira (2004) apresenta no *Novo dicionário eletrônico Aurélio verão 5.0* a seguinte definição: “[Do it. *bizzarro*, pelo esp. *bizarro*.] Adjetivo. 1.Gentil, nobre, generoso. 2.Bem-apessoado, bem-parecido; garboso. 3.Vestido com elegância; bem vestido. 4.Fanfarrão, jactancioso. 5.Extravagante, esquisito”.

No *Dicionário da língua portuguesa: acordo ortográfico*, disponibilizado pela *Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora* (2010), bizarro aparece como: “adjetivo. 1.esquisito; excêntrico; insólito. 2.gentil; generoso. 3.nobre; valente. 4.arrogante; fanfarrão. (Do vasc. *bizarra*, «barba cerrada», pelo cast. *bizarro*, «valente»”. Bueno (2000, p. 123) também define bizarro, na condição de adjetivo, como “gentil; garboso; esquisito”³.

³ Quanto à origem da palavra bizarro, em português, geralmente aparece relacionada ao termo *bizzarro*, em italiano, *bizarro*, em espanhol, e *bizarre*, no francês. O termo italiano *bizzarro* é definido no *Michaeli: dicionário escolar italiano* (POLITO, 2003), disponível no sistema UOL (2010), como “1 *bizarro*, esquisito, extravagante, estranho. 2 caprichoso, manhoso”. A tradução do português *bizarro* para o italiano *bizzarro* é: “1 *bizzarro*. 2 *eccentrico*. 3 *elegante*”. No *Dicionário português-italiano, italiano-francês*, disponibilizado pela *Infopédia* (2010), o termo italiano *bizzarro*, também tido como adjetivo, é assim definido: “1. excêntrico, esquisito, caprichoso, extravagante”. E traz como exemplo: “è un tipo *bizzarro*”, sendo traduzido por “é um tipo esqui-

De modo geral, a apresentação de palavras nos dicionários mais usuais para definir o termo bizarro se dá de forma solta, fragmentada, descontextualizada. Não se aborda o processo de movimento sócio-histórico de um sentido a outro, de deslize ou mesmo de uma convivência conjunta/combinatória. Tampouco se abre a tal possibilidade. Apenas se expõem palavras que figuram, na condição de adjetivos, como sinônimos entre umas palavras e de opostos, extremos, na relação com outras, produzindo uma cristalização desse lugar de oposição/extremidade. Contudo, o não dizer naquilo que se expõe de forma dicionarizada significa nesse movimento de apagamento e interdição de sentidos por um processo histórico ausente (silenciado) nesse cenário, mas não inexistente.

sito". "2. (cavalo) fogoso". Do termo bizarro, em português, para o italiano (*bizarro*) a definição que aparece é: "adjectivo. 1. coraggioso, valoroso. 2. generoso, nobile, magnânimo. 3. gentile, elegante. 4. spaccone, spavaldo. 5. bizzarro, strambo, eccentrico". No *Dicionário de espanhol-português, português-espanhol* (2010), da Editora Porto, disponível no site da *Infopédia* (2010), o termo bizarro aparece no sistema de tradução português-espanhol, também significado como adjetivo: "(*estranho*) raro, extraño; (*excêntrico*) excêntrico, extravagante. 2. (*corajoso*) bizarro, animoso, valiente". Na tradução do espanhol-português, *bizarro* é definido apenas pelos adjetivos "valente, corajoso". Já no *Minidicionário Michaelis: espanhol-português, português-espanhol* (PEREIRA; SIGNER, 1993, p. 42; 354), situam-se apenas as palavras bizzaria, em espanhol, traduzida por "bizzaria, extravagância; graça, capricho", e bizzaria, em português, traduzida, em espanhol, para "bizzaría, gallardía, arrogancia; bravura". A palavra bizarro também não consta no *Michaelis: dicionário escolar espanhol* (2007), disponível no site do UOL (2010), no sistema de busca português-espanhol/espanhol-português. *Bizarre*, no dicionário impresso *Ediouro: francês-português, português-francês* (FLORENZANO, s.d., p. 31), aparece como adjetivo "esquisito, extravagante, exótico, caprichoso", e no *Michaelis: dicionário escolar francês* (AVOLIO; FAURY, 2002), no UOL (2010), igualmente como adjetivo, é assim definido: "bizarro, esquisito, estranho, gozado, anormal. *elle est un peu bizarre* / ela é um pouco original, excêntrica".

É no próprio apagamento do processo de deslizamento dos sentidos, por um não dizer, que a contradição⁴ retorna como constitutiva do possível da significação do termo bizarro. Aí o extravagante e o exótico tanto podem ser empregados para afirmar o “mau-gosto” como o “bom-gosto”, assim como o que seja mau ou bom pode variar entre épocas, culturas, lugares e sujeitos, como o efeito advindo na relação entre interlocutores. Por isso, compreender um termo não se faz possível fora das condições de produção em que este funciona nas relações de linguagem entre sujeitos. O que requer retomar a tese pecheutiana (PÊCHEUX, 1997b) do primado do interdiscurso sobre o intradiscurso.

Embora seja, constitutivamente, relevante e até possa marcar uma necessidade analítica, não me debrucei numa investida em levantar, em termos históricos para uma possível abordagem da historicidade, como o termo bizarro figurou em diferentes épocas e lugares a ponto de transitar entre a positivação e a negatificação, conforme parâmetros normativos do que seja positivo e/ou negativo para determinada época, sociedade, classes/grupos, sujeitos. Contudo, parto das palavras postas no dicionário para significar

⁴ Tomo a contradição, partindo de uma categoria marxista, mas no sentido discursivo do termo, como o real da história. Althusser (1978, p. 27, grifos do autor) se refere à tese marxista-leninista do “*primado da contradição sobre os contrários*”. Nessa perspectiva, como explica Althusser, “a luta de classes não é o efeito derivado da existência das classes, que existiriam *antes* (de direito e de fato) de sua luta: a luta de classes é a forma histórica da *contradição* (interna a um modo de produção) que *divide* as classes em classes”. Ao se referir à obra de Pêcheux e Gadet *La lengua de nunca acabar*, Morales (2005, p. 219, grifos da autora) afirma que, no texto, partindo de uma posição materialista em linguística na discussão proposta acerca da existência de um real da língua e de um real da história, os autores “mostram que o real da história existe dentro de uma complexidade contraditória, começando por examinar os caminhos seguidos pelo poder da burguesia em suas *políticas da língua – a questão da língua concebida como uma questão de Estado*”.

o termo bizarro, tal como aparecem, considerando os efeitos de sentido possíveis a partir da apropriação e circulação dos dicionários no contexto da contemporaneidade e, de forma mais específica, na *web*/no *webjornalismo*, na relação estabelecida com o público leitor/espectador/consumidor.

O jogo constitutivo da contradição, em funcionamento na própria dicionarização do termo bizarro, cujo efeito de oposição como polos estanques gera o estranhamento e o próprio sentido de inusitado para um mundo que não aceita a contradição funcionando no mesmo lugar, ao mesmo tempo, no (re)conhecimento de um sentido como possível, faz ecoar, materialmente, o bizarro como esse lugar do possível da contradição no esfacelamento de parâmetros estabilizados entre bom e ruim, certo e errado, bonito e feio, estranho e familiar, normal e anormal. Efeitos de sentido que o termo em si produz no espaço/contexto regulatório que o mundo dividido produz.

O possível (do) desliza, a meu ver, que se inscreve como o possível do termo bizarro, na materialização da contradição – o sentido do termo é por si bizarro porque extravasa e aponta para uma possível ruptura ao mesmo tempo em que (re)afirma a normalidade (efeito) – é o que permite que, no contexto midiático da noticiabilidade do que se expõe como sendo bizarro, o ritual que se estabelece na relação com o público funcione, enquanto efeito, como lazer e realização lúdica, e também na sua negação e interdição.

Na relação com o discurso sobre o bizarro, os sujeitos internautas estão afetados por uma sensação de acesso à transgressão do sentido de normalidade e/ou de moralidade pública, sem, supostamente, sentirem-se transgressores, embora usufruindo a sensação alheia da transgressão, da anormalidade, do inusitado, mas numa zona de conforto pela reafirmação de sua “própria” “normalidade/ moralidade”, pela identificação do estranho, não usual, no outro.

Em termos do funcionamento do discurso *webjornalístico* sobre o bizarro, há uma vulgarização na produção de sentidos, mas que faz sentido na relação “a”, com o público. Há uma identificação do sujeito internauta com esse discurso sobre o bizarro. A eficácia não está na exploração do que o público supostamente gosta, como um gosto social, cultural e institucionalmente já construído, na relação com a ideia de bom, gostoso, belo, mas do que se proíbe que se goste, em termos de moralidade e normatização/normalização pública. A questão é que incitar ao gosto pela notícia sobre o bizarro não significa, no discurso midiático do que pode e deve ser dito, que se assumam os mesmos comportamentos ou práticas discursivas retratadas em forma de notícia do/sobre o inusitado. Assim, o sentimento proibido e/ou reprimido, em termos de controle social disciplinador e normalizador do comportamento, extravasa na possibilidade do riso/prazer advindo dos aspectos de estranhamento, curiosidade, diferença, cômico.

Na perspectiva dos Estudos Culturais Britânicos, Hall (2009, p. 106) entende a identificação como “um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre ‘demasiado’ ou ‘muito pouco’ – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade”. Sujeita ao “jogo” da *différance* e operando por ela, “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’”. Com vistas à consolidação do processo, o exterior que a constitui, aquilo que é deixado de fora, é requerido.

A propósito do termo identificação, Pêcheux (1997b, p. 265, grifo do autor) afirma que “o fato de que a evidência do sentido (a produção do sentido no *non-sens*) seja estritamente contemporânea à interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se exprime [...] por sua identificação com a formação discursiva que o domina [...]”. Essa identificação imaginária remete à “gê-

nese do ego', ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo"; "à sua identificação com os traços do objeto na representação que o sujeito 'possui' desse objeto...".

Pêcheux (1997b, p. 265) considera que a identificação imaginária é dependente da questão da identidade como "fundamento da imputação e da responsabilidade". Segundo ele (1997b, p. 266, grifos do autor), a interpelação é, concomitantemente, ideológica e jurídica no sentido de que "não se efetua na esfera fechada e vazia do 'cultural', mas na imbricação dos aparelhos ideológicos e do aparelho repressivo (jurídico-político) de Estado". Assim, a forma-sujeito do discurso, em que a interpelação, identificação e produção de sentido estabelecem uma coexistência indissociável, "realiza o *non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira*".

Retomo a ideia de forma-sujeito que aparece explicitada em Althusser (1978, p. 67, grifos do autor) em sua observação sobre a categoria de um "Processo sem sujeito nem fim (s)":

A "forma-sujeito", de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais: pois as relações sociais de produção e de reprodução compreendem necessariamente, como parte *integrante*, aquilo que Lênin chama de "*relações sociais jurídico-ideológicas*", as quais, para funcionar, impõe a todo indivíduo-agente a forma de *sujeito*. Os indivíduos-agentes, portanto, agem sempre na forma de sujeitos, enquanto sujeitos. Mas o fato de que sejam necessariamente sujeitos não faz dos agentes das práticas sociais-históricas o nem os sujeito(s) da história (no sentido *filosófico* do termo: *sujeito de*). Os agentes-sujeitos só são ativos *na* história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas.

Orlandi (2010, p. 15) esclarece que não há como resistir à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia (tese althus-

seriana), que acarreta na forma-sujeito, porque, nesse caso, “resistir é não constituir-se em sujeito”. Contudo, quanto ao mecanismo de individuação do sujeito pelo Estado, existe a possibilidade de falha da ideologia, ruptura, pois “o sujeito individualizado pode resistir aos modos de individuação e romper com seus processos de identificação”.

Como, para Pêcheux (1997b), todo ritual *falha*, “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação” (PÊCHEUX, 1997a, p. 56-57, grifo do autor).

Diante desses apontamentos, em seguida traço um percurso analítico que me permite problematizar sentidos naturalizados para o bizarro na atualidade e, de forma mais específica, no discurso midiático sobre o bizarro, tocando nos mecanismos discursivos que produzem a identificação dos sujeitos com os sentidos, mas também a *falha* nesse ritual de linguagem.

Midiatização discursiva do bizarro

Os apontamentos que suscito, em termos de materialidade analítica, voltam-se para o funcionamento discursivo da notícia jornalística em circulação no site do *G1*, intitulado *O Portal de Notícias da Globo*, na editoria “Planeta Bizarro”. Trata-se de um material ainda em fase de levantamento/exploração, mas que já me possibilita apontar para possíveis regularidades, na forma de tateamentos iniciais.

O *corpus* tomado para análise é composto por um recorte formado por títulos e subtítulos⁵ de notícias *webjornalísticas*, acessados a partir da página principal da editora em questão,

⁵ Na *web*, os subtítulos funcionam como chamadas dos textos completos.

que foram disponibilizadas na segunda quinzena do mês de novembro de 2010.

Recortes

Shopping bate recorde com quase 450 mil bolas natalinas em decoração

Foram utilizadas 449.658 bolas natalinas. Shopping fica em Bucareste, capital romena.

Sofá inspirado em caixão custa quase R\$ 9 mil

Móvel foi criado pelo designer Von Erickson. É possível, inclusive, fechá-lo como um caixão.

Homem invade escola e é flagrado por câmeras dançando pelado

Incidente ocorreu em Jackson, no estado do Tennessee. Dakotah La-muska começou a dançar sem motivo aparente.

Dono treina cão de estimação para fazer compras na China

'Ele adora carregar as coisas', disse o dono. Animal foi treinado para fazer compras em Changsha.

Orangotango faz sucesso em zoo alemão ao pintar quadros

Animal chamado 'Buschi' vive no zoo de Osnabrück. Treze quadros pintados por ele foram colocados à venda.

Vídeo mostra garota entalada em máquina de secar roupa

Não se sabe ao certo por que ela entrou na máquina. Mas imagens mostram cervejas vazias sobre o eletrodoméstico.

Homem é flagrado 'nu' lendo livro na varanda no Canadá

Cena foi flagrada em Saint-Guillaume, na província de Quebec. Mas aproximação da foto indicaria que homem estaria de bermuda

Mulher é flagrada vomitando em programa ao vivo na Espanha

Cena ocorreu em programa do canal 'RTVE'. Mulher sente enjoo e vomita em um saquinho plástico.

Casal constrói versão em escala menor da Casa Branca

Versão tem 18,3 m de comprimento e 7 m de largura. Casal tem trabalhado desde 1959 na construção da réplica.

Tarado é preso pela quarta vez por exibir o pênis

Caso foi registrado em Tampa, na Flórida. Suspeito foi acusado de exposição indecente.

Apresentador perde aposta e usa vestido de carne em programa

Ele disse que seria capaz de beijar a cantora pop Lady Gaga. Leos Mares apresenta um programa de talentos na República Tcheca.

'Robô' feito de lâmpadas promove a reciclagem na Romênia

Peça está exposta na capital Bucareste. 'Robô' foi feito com lâmpadas e outros materiais reciclados.

Jovem deixa aliança cair no mar ao pedir namorada em casamento

'Eu espero que alguém possa encontrá-la', disse namorada. Jovem tinha escolhido um cais para fazer o pedido de casamento.

Americana alega que atirou em gato porque felino atacou seu pit bull

Ela foi acusada de crueldade contra os animais. Polly Boykin, de 52, anos, disse agiu em autodefesa.

Menino bate recorde ao fazer pilha com copos de papel de 27 cm

Marca foi alcançada durante evento em Tóquio. Masato Kajiwara teve 30 segundos para erguer a pilha.

Artista russa inova e usa os seios para pintar quadros

'Eu tive um sonho que estava fazendo isso e resolvi experimentar', disse. Victoria Romanova criou a técnica há mais de 1 ano e tem mais de 25 telas.

Gêmeas fazem cirurgia plástica no mesmo dia no Reino Unido

Christine Martin e Diane Reeve foram operadas pelo mesmo cirurgião. Elas fizeram a cirurgia porque o médico aceitou operá-las no mesmo dia.

Russo bate recorde ao subir escada equilibrando mulher sobre a cabeça

Antol subiu 23 degraus enquanto equilibrava mulher sobre a cabeça. Marca foi batida na semana passada na frente de uma igreja em Paris.

Jovem é preso após usar pênis falso para burlar teste antidrogas

Caso ocorreu em Painesville, no estado de Ohio. Jovem tentou burlar o exame de urina com 'whizzinator'.

Casal recupera fotos de casamento que estavam perdidas há 45 anos

Caso ocorreu em Tunkhannock, no estado da Pensilvânia. Casal achou negativos que eram guardados por fotógrafo em depósito.

Bombeiro e servidora são demitidos após sexo em veículo de aeroporto

Um dos vídeos mostra casal fazendo sexo por 11 minutos em 2009. Eles mantiveram relações sexuais no veículo em pelo menos 3 vezes.

Dançarinas de can-can batem recorde com 720 'chutes' em 1 minuto

Cada dançarina deu 24 chutes em um minuto. Marca anterior era de 450 chutes, segundo o Guinness.

Homem de 2,09 m e mulher de 1,98 m formam casal mais alto do mundo

Wayne e Laurie Hallquist estão juntos há sete anos. Guinness confirmou o recorde em evento em Hollywood.

Policial usa carro patrulha para 'escoltar' vaca em avenida nos EUA

Caso ocorreu em Decatur, no estado do Alabama. Policial manteve o animal longe do tráfego para evitar acidentes.

Professor se irrita com aluno e ameaça mostrar seu 'lado ruim'

Incidente ocorreu durante aula na universidade de Cornell. 'Meu lado ruim é tão ruim quanto meu lado agradável é agradável', disse.

'Fã de Ronaldinho', criminoso é preso no México

Criminoso usava calça com caricatura do craque brasileiro. Bandido foi apresentado à imprensa na quarta na Cidade do México.

Polícia é chamada porque meninos vendiam guloseimas sem licença

Incidente ocorreu em New Castle, no estado de Nova York. 'Estou chocada e triste pelos meninos', disse uma das mães.

A composição do *corpus* possibilitou/levou a considerar o efeito de conjunto da ideia de bizarro produzido na disposição sequencial desses título/subtítulos na editoria “Planeta Bizarro”. Tal editoria oferece ao internauta o que estou considerando como uma espécie de “passeio (pelo) bizarro” por intermédio de tais titulações noticiosas dispostas/organizadas sob a designação “últimas notícias” e “veja mais notícias”, e em ordem cronológica (dia/mês) decrescente, de arquivo (aqui considerado como valor documental que inscreve em si o valor de veracidade, como efeito). No momento do acesso às titulações das notícias (29 nov. 2010), foram disponibilizadas 199 páginas, por ordem cronológica decrescente (da data mais recente para a menos recente) de divulgação, recuperando notícias divulgadas desde março de 2009. A circulação por esse trajeto noticioso expõe notícias de/sobre diversos lugares do mundo e, de forma mais específica, notícias que se constroem no e pelo aspecto “raridade” no seu deslizamento para “inusitado”, como explicitarei nesse percurso de análise.

A conjugação dos termos planeta e bizarro, compondo o título da editora “Planeta Bizarro”, produz esse efeito de universalidade do bizarro e, também, de universalidade na cobertura sobre o bizarro. O que se dá por uma editora, inserida num site, parte de um grupo midiático que se coloca num cenário de globalização mundial, como monopólio da notícia, e cuja memória social de globo, mundo, potência, retorna a todo o momento na sustentação daquilo que se diz, no que diz, e na circulação do dizer cuja ideia de global/universal é reforçada pela dimensão de amplitude da internet/web.

Nos recortes que conjugam a constituição do *corpus*, considerando o seu funcionamento no contexto de circulação/navegação, o efeito de bizarro sinaliza se construir, de forma predominante, e pelo discurso verbal como discurso determinante sobre o discurso visual. As imagens que participam da composição dos títulos/subtítulos, funcionando, no conjunto, também como espécie de chamadas, tendem a não sustentar e/ou suportar, por si só, como discurso, o sentido de bizarro que se busca produzir pela escrita.

Ainda não explorei, propriamente, na discursividade imagética, (im)possibilidades de contradição discursiva entre as materialidades verbal e visual na noticiabilidade advinda da relação título-subtítulo-foto, tampouco a relação entre verbal e imagem na constituição do corpo da notícia (matéria jornalística, em seu conjunto) como discurso. Contudo, é possível afirmar que, sendo ou não a imagem reduzida a um elemento meramente afirmativo de uma realidade verbalmente narrada, que se quer verdadeira, na sustentação desse discurso midiático sobre o bizarro – considerando, ainda num primeiro contato visual-analítico, que grande parte das imagens, por si só, não expressam valor de inusitado, estranho, nobre, ou adjetivos empregados para definir o bizarro, na sua dimensão de extremismo (dois lados que, supostamente, não se cruzam/não se

entremeiam) –, a construção da notícia *webjornalística* sobre o bizarro e o funcionamento da eficácia desse sentido de bizarro, na relação com o público, é dependente da imagem, ou seja, não se faz fora da relação verbal-visual, tendo em vista as condições de produção do próprio meio de circulação da noticiabilidade. Na minha compreensão, o espaço da internet é dependente da imagem. Não existe sem ela. Não porque fosse impossível no caso do *webjornalismo*, em termos de construção noticiosa, por exemplo, um site somente com texto verbal, mas porque o texto *webjornalístico* traz em sua constituição a imagem como elemento fundante na relação com o verbal.

A relação constitutiva dos sujeitos com os sentidos no ritual de linguagem tomado já na relação com o público funciona, tendo em vista o material de análise, pela circulação-recepção, e não pode ser desconsiderada. Retomo Orlandi (2001, p. 9) quando ela situa que “os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes”, quer seja, a sua constituição, a sua formulação e a sua circulação.

O movimento analítico aponta que os sentidos possíveis para o bizarro, também no discurso midiático sobre o bizarro, são aqueles que, por definições dicionarizadas, conforme levantado, associam-no aos aspectos de negatização ou de positização do inusitado – este significando o não usual, incomum, estranho (no sentido de causar estranhamento, seja considerado em seu aspecto positivo ou negativo, conforme padrões sócio-históricos e culturais, normatizadores/ normalizadores, validados/reafirmados, balançados/desestabilizados, mesmo sem que haja confronto como oposição).

O inusitado (positização ou negatização) situa-se numa divisão de fronteira entre sentidos que validam ou advêm como efeito de um funcionamento discursivo de determinação – marcação, institucionalização e (re-a)firmação de uma normatização e normalização (sentidos que podem e devem ser ditos), e um mecanismo de

apagamento/silenciamento de sentidos sócio-históricos e ideológicos (aquilo que não pode ser dito e aceito frente ao que pode e deve ser dito/aceito). Sentidos outros que, se evidenciados, produziram um desarranjo na rede de filiações que determinam o sentido (como) possível. Pêcheux (1997a, p. 54-55) afirma que “a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual desse enunciado ou dessa seqüência”.

O bizarro funciona, no discurso *webjornalístico*, por um mecanismo de naturalização do termo bizarro em seu caráter de inusitado, instaurando, do lugar do não usual, do incomum e do estranho/estranhamento, o efeito de anormal(idade) na sustentação da curiosidade pelo *in-comum*⁶. Para além de uma oposição contenedora (extremos, polos), funciona, no termo bizarro, uma contradição constitutiva, estando sentidos outros inscritos num mesmo sentido. O extravagante, por exemplo, pode, em certa circunstância enunciativo-discursiva, significar exagero, falta de gosto quanto exuberância, bem vestido, entre outros. Indo além, carrega, como (im)possibilidades de significação, materialmente inscritas, sentidos que se contrapõem no (im)próprio do bizarro como/no simbólico.

⁶ Silva (2009), ao tematizar sobre “A produção social da identidade e da diferença”, na perspectiva dos Estudos Culturais Britânicos, levando em conta que se trata de uma operação de produção de diferença, considera o anormal como elemento constitutivo do normal. Para ele, tal qual a definição de identidade depende da diferença, assim também há uma dependência da definição de normal à de anormal. Compreende que o “fora” é sempre constitutivo do “dentro” e de sua definição. Portanto, “a definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural” (SILVA, 2009, p. 84).

Eu diria que um sentido se instaura no apagamento/silenciamento do(s) outro(s) possível(is), instaurando um ilusório fechamento do simbólico. A questão é que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”, como afirma Pêcheux (1997a, p. 53), “a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente”.

Vejo que, no caso do discurso *webjornalístico* sobre o bizarro, esse efeito de fechamento dos sentidos se dá na própria reprodução do sentido pré-construído – o “‘sempre-já-aí’ da interpeção ideológica” (PÊCHEUX, 1997b, p. 164) – de notícia como novidade e também do elemento raridade como um dos critérios⁷ apontados no pensamento comunicacional brasileiro para avaliar um fato/evento como possível de vir a ser notícia jornalística. Esses critérios, trazidos pelo pesquisador Luiz Beltrão, pioneiro nos estudos comunicacionais brasileiros, no clássico livro *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal impresso* (1969), são discutidos em minha dissertação de mestrado (PIMENTEL, 2002), em que eu explicito o caráter funcionalista que estrutura e regula – ainda de forma predominante na atualidade – o fazer jornalístico no Brasil.

O elemento raridade traz como possibilidade de notícia aquilo que se apresente como “excepcional”, fugindo ao comum e causando estranhamento. Além disso, Beltrão (1969, p. 86-87 apud PIMENTEL, 2002, p. 54) afirma que “mesmo que [algo: fato/evento] em si não tenha importância e os seus personagens não sejam figuras proeminentes”, a presença do incomum permite que seja explorado como notícia. Desta forma, “fugir às

⁷ Os outros critérios apresentados por Beltrão (1969), citados em Pimentel (2002), são: proximidade, proeminência, conseqüências, conflito, idade e sexo, progresso, drama e comédia, política editorial e exclusividade.

regras, ao instituído como normalidade, faz-se notícia” (PI-MENTEL, 2002, p. 54), nessa perspectiva do autor.

Ao explorar o deslizamento do sentido de raridade (incomum), como elemento capaz de determinar se algo é/pode vir a ser notícia, na perspectiva funcionalista do fazer jornalístico, para o sentido de inusitado, em funcionamento no discurso jornalístico sobre o bizarro, afirmo que este discurso, em sua dimensão de lazer para consumo – dimensão esta utilitarista do (supostamente) inútil – naturaliza sentidos pré-construídos de bizarro como positivação e negativação, no contexto da sociedade capitalista da atualidade. Por esse deslizamento de sentidos, o elemento raridade, como um dos pré-construídos da notícia jornalística, levado ao extremo ou superexposto na notícia *webjornalística* sobre o bizarro, na forma de inusitado já como pré-construído da notícia sobre o bizarro, leva à produção do bizarro do discurso midiático no discurso midiático sobre o bizarro.

Se ser (supostamente) “raro” (tido como tal) – para o discurso jornalístico – já justifica ser notícia, ser inusitado (não usual) – para o discurso *webjornalístico* sobre o bizarro, que se instaura dentro do discurso jornalístico – justifica ser bizarro. Diante disso, requer-se explicitar que a notícia, na condição de novidade jornalística, funciona em sua dimensão de pré-construído quer sob a designação de raridade quer figurando como inusitado. Assim, a ideia de novo, na perspectiva da noticiabilidade sobre o bizarro, é balizada por parâmetros cristalizados de normalidade para determinada época frente ao que é significado como fora do normal ou anormal.

Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 166) explicam que “o acontecimento discursivo [contudo] não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado”.

O acontecimento se dá, segundo Pêcheux (1997a, p. 17), no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Interpretando essa ideia pecheutiana de acontecimento, Teixeira (2005, p. 180) compreende que se trata de “buscar um efeito de sentido no entrelaçamento do passado com o presente”⁸. Daí, entendendo não ser possível tratar a notícia (*web*)jornalística necessariamente como acontecimento discursivo.

Ainda no que tange ao material de análise, observo que o elemento raridade, que no discurso *webjornalístico* é levado ao extremo, apresentando-se na forma de inusitado, na sustentação do (efeito de) bizarro, (se) abre à *falha* nesse ritual de linguagem⁹. Funcionando nas notícias que tematizam o bizarro, ou que se valem da temática do bizarro, o elemento raridade aponta que tais notícias circulariam em outros lugares e jornais de comunicação de massa, como uma notícia entre outras, podendo ter sido originadas da exploração do elemento raridade, como critério para definição do que pode ser notícia, mas sem sustentar ou, necessariamente, produzir o efeito de bizarro ou de um discurso sobre o bizarro.

Se invisibilizássemos o local de circulação e a denominação da editoria (site do G1 – “Planeta Bizarro”), outros efeitos de sentido poderiam advir, a ponto, inclusive, de apagar/silenciar/interditar ou não haver espaço possível para os efeitos de sentido evocados pelo termo bizarro enquanto termo explicitado – embora possa estar funcionando o sentido de es-

⁸ No *Glossário de termos do discurso*, coordenado por Ferreira (2005, p. 11, grifo da autora), o termo acontecimento é assim apresentado: “ponto em que um **e-nunciado** rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo. O acontecimento inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir”.

⁹ Sobre o que formulo a respeito do ritual de linguagem, na perspectiva pecheutiana, cf. Pimentel, R. (2010).

quisito, estranho, não usual em outras relações significantes, na ausência do bizarro como termo ou evocação de sentidos.

Certos enunciados, apresentados no recorte, poderiam perfeitamente funcionar em jornais classificados no cenário midiático como sensacionalistas sem que, necessariamente, o aspecto bizarro fosse enfatizado como tal, inclusive como efeito, ou ganhasse tal dimensão. Em materiais enquadrados pela própria mídia como sensacionalistas, o aspecto sensacional tende a ser associado à maneira como tal evento é relatado/descrito, formatado/estruturado, do que, propriamente, ao que envolve tal evento a ponto dele se constituir como notícia. Já no material recortado para análise, cuja localização se dá num espaço nomeado como bizarro, tanto a formulação e circulação do dizer quanto os efeitos advindos do funcionamento (desse com) junto das notícias daí resultantes buscam (para além de uma ação consciente) e tentem a “validar” (como efeito) o sentido de estranhamento no evento em si do que na forma/estrutura do dizer.

Entendo, portanto, o bizarro como efeito de uma editoria do bizarro que se constitui, a priori, no sentido vendável de notícia como “inusitado”. Ainda, que o sentido do bizarro na notícia se constrói na tensão do apagamento/silenciamento naquilo que se explicita.

O (não)lazer bizarro-midiático

Pensando, propriamente, na forma como o termo bizarro se põe/é posto em circulação midiática, via internet, na contemporaneidade, e de forma mais específica no cenário *webjornalístico*, assim como nos efeitos de sentidos daí advindos na relação com o internauta, vejo funcionar, na mercantilização noticiosa do termo bizarro, a sustentação deste como uma “necessidade humana”, de consumo simbólico, alimentada no e pelo processo de naturalização da normalidade. Ao re-a-firmar/naturalizar a ideia de normalidade, portanto, o discurso jornalístico sobre o

bizarro também naturaliza a ideia de entretenimento (consumo do tempo supostamente livre)¹⁰ e lazer (usufruto do tempo disponível) como sinônimos

Tendo como parâmetro o que foi discutido sobre o material focalizado nos tateamentos de análise, observo presente o que considero um discurso de fronteira¹¹. Discurso este que, funcionando na margem e à margem, na divisão do sentido, (se) instaura (no) limite entre o normal e anormal, entre o permitido e o proibido. (N)o limite do acesso. No cenário da notícia *webjornalística* sobre o bizarro, pode-se ter acesso (permissão normativa) a ele desde que apenas como notícia a ser consumida, não como realização no espaço da vida social (proibição normativa). O que aponta, discursivamente, para dois – e ao mesmo tempo um – aspecto(s) do lazer em funcionamento: a mercantilização da/na notícia sobre o bizarro, instaurando o consumo regrado, controlado e proibitivo no supostamente libertatório (apropriação do “tempo livre” – lazer no/como consumo); o movimento de circulação *online* por tais notícias, como “usufruto” do internauta por “outros cenários”, tomado pelo (efeito de acesso ao) bizarro, que pode tanto se fechar quanto se abrir a outros sentidos nessa busca por e pelos sentidos (movimento de deslize de “tempo livre”, no/como consumo, para tempo disponível – tensão entre controle e dispersão).

“Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se

¹⁰ Gostaria de mencionar a investida teórico-analítica de Pimentel, G. (2010) acerca do lazer não-usual. Foi a partir de conversas com o autor, no seu interesse em pensar/explorar o lazer pornográfico e bizarro, inclusive no cenário da noticiabilidade jornalística, que cheguei à construção do meu objeto de pesquisa.

¹¹ No tópico “Midiatização discursiva do bizarro”, afirmei que o inusitado situava-se numa “divisão de fronteira entre sentidos que validam ou advém como efeito de um funcionamento discursivo de determinação”.

aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 1997a, p. 57). Vejo, assim, se instaurar, no discurso *webjornalístico* sobre o bizarro, também por um mecanismo de passeio/diversão/consumo daquilo que é apresentado como bizarro, o (não)lazer bizarro-midiático.

Diante disso, para mim o discurso midiático sobre o bizarro, que faz funcionar o bizarro no/do discurso midiático, não pelo consumo em si do conteúdo noticiado, mas pelos efeitos daí resultantes, na perspectiva da circulação na relação com o público, só possibilita o lazer como consumo/“inusitado”, como mercadoria. Contudo, considerando o ritual com *falhas*, entendo que, tendo em vista as dimensões de circulação e leitura (gestos de interpretação), o lazer tanto se fecha quanto se abre aos sentidos.

Embora haja uma determinação dos sentidos naquilo que se quer visto e significado no discurso sobre o bizarro, que significa o lazer como consumo desse “inusitado” (oferta do diferente/da diferença), há também o gesto interpretativo do leitor, no ritual de linguagem, em meio a processos de identificação e desidentificação – contradição constitutiva que defendo ser possível pela presença e funcionamento do lúdico como o inapreensível do lazer, como movimento¹².

Discurso bizarro midiático rumo a considerações finais

O percurso teórico-analítico aqui esboçado suscita que a instauração do bizarro na midiaticização jornalística, como efeito da notícia jornalística sobre o bizarro, funciona como resultado da visibilização de determinados sentidos no/pelo apagamento/silenciamento de outros (im)possíveis. Nessa perspectiva, o bizarro advém naquilo que se invisibiliza em sua exposição. Então, aí pensar que o bizarro apresentado, jornalisticamente,

¹² Sobre lúdico, cf. Pimentel; Pimentel (2009).

como o conteúdo noticiado (aspecto jornalístico do vendável), ou seja, o que é dito – apresentação de um evento supostamente autônomo, como se o sentido de bizarro estivesse inscrito, por si só, numa realidade que existiria fora da relação simbólica com o sujeito) –, funciona mesmo no embate entre o dizer e o não-dizer o/do conteúdo, considerando estrutura e acontecimento. Trata-se de um jogo (não propriamente de consciência, mas inconsciente) entre visibilizar o que incomoda e apagar o sentido de incômodo no acesso noticioso, supostamente livre de coação/censura ao gesto de acesso, (à)daquilo que incomoda.

Ao construir/sustentar um discurso jornalístico sobre o bizarro, o jornalismo põe em funcionamento um discurso bizarro jornalístico – aquele que apresenta como evidência bizarra o que se dissolveria como tal na exposição daquilo que não se diz ou mesmo daquilo que se diz, mas num outro lugar de materialização/circulação (como dito, em jornais de comunicação de massa de modo geral ou ainda em jornais de perfil sensacionalista). Um dizer que bizarreia no que é dito pelo apagamento/silenciamento do que não é dito, pela forma como se visibiliza o conteúdo na/pela invisibilização do discurso.

Por fim, gostaria de salientar e até mesmo me (des)confortar frente ao incômodo que o trato com o material tomado para esboço analítico em mim suscita, diante da impossibilidade de condições de produção, para este momento, de avançar na análise, que “[...] uma produção não resulta tão diretamente da teoria e do método, quando se trata da análise de discurso. Resulta também da resistência dos materiais que analisamos, da capacidade que eles têm de nos desafiar em nossa compreensão. É nessa margem do compreensível que trabalhamos” (ORLANDI, 2010, p. 20).

Referências

ALTHUSSER, Louis. Resposta a John Lewis. *Posições-1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AVOLIO, Jelssa Ciardi; FAURY, Mára Lucia. *Michaelis*: dicionário escolar francês. São Paulo: Melhoramentos, 2002. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/escolar/frances/index.php>. Acesso em 29 nov. 2010.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000.

DICIONÁRIO da língua portuguesa: acordo ortográfico. *Infopédia* – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Lisboa: Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>. Acesso em: 29 nov. 2010.

DICIONÁRIO de espanhol-português, português-espanhol. *Infopédia* – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Lisboa: Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>. Acesso em: 29 nov. 2010.

DICIONÁRIO de português-francês, francês-português. *Infopédia* – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Lisboa: Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>. Acesso em: 29 nov. 2010.

DICIONÁRIO de português-italiano, italiano-português. *Infopédia* – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Lisboa: Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>. Acesso em: 29 nov. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio verão 5.0*. Positivo Informática Ltda, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Coord.). *Glossário de termos do discurso*: projeto de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FLORENZANO, Everton (Ed.). *Dicionário Ediouro francês-português, português-francês*. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, sd.

G1 – *Planeta Bizarro*. Disponível em: <http://g1.globo.com/planeta-bizarro/>. Acesso em: 29 nov. 2010.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura*: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-187.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? p. 103-133. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia "bizarra" como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010.

MICHAELIS: dicionário escolar espanhol. São Paulo: Melhoramentos, 2007. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/escolar/espanhol/index.php>. Acesso em 29 nov. 2010.

MORALES, Blanca de Souza Vieira. O real da língua e o real da história: considerações a partir do texto *La Lengua de Nunca Acabar*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 219-222.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinqüência. In: _____ (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: RG, 2010. p. 11-42.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: DAVALLON, Jean et al. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007. p. 59-71.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997a.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Edunicamp, 1997b.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Sobre os desvios no lazer: questões para se pensar a corrupção do lúdico. In: LARA, Larissa Michelle (Org.). *Abordagens socioculturais em Educação Física*. Maringá: Eduem, 2010. p. 81-112.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Discurso do lúdico nos discursos sobre o lúdico. *Forma y Función*, v. 22, n. 1, jan./jun. 2009. p. 161-179.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. *Leitura e movimento de sentidos do discurso jornalístico na educação*. 2002. 242 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba 2002.

_____. Tematizando o ritual de linguagem. *Linguagem em (dis)curso*, Palhoça, SC., v. 10, n. 2, p. 275-299, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/1002/00.htm>. Acesso em: 29 nov. 2010.

PEREIRA, Helena B. C.; SIGNER, Rena. *Michaelis: minidicionário espanhol-português, português-espanhol*. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

POLITO, André Guilherme. *Michaelis: dicionário escolar italiano*. São Paulo: Melhoramentos, 2003. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/escolar/italiano/index.php>. Acesso em 29 nov. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2005.

WEISZFLOG, Walter (Ed.). *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2007. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em 29 nov. 2010.

